



Carlos Carvalho, secretário-geral do Partido, apresentou aos jornalistas o comunicado da Comissão Política. Na conferência de imprensa de anteontem acompanharam-no Emídio Ribeiro, da Comissão Política e Jorge Gouveia Monteiro, do CC

Carlos Carvalho em conferência de imprensa

Inadmissível e intolerável

«O primeiro-ministro confunde os seus desejos com as suas possibilidades e confunde o regime constitucional vigente como seu projecto político de instauração de um regime autoritário»

BACALHAU

o fiel amigo nascido do trabalho

Suplemento



PSD aprova sozinho Orçamento do Estado



O secretário-geral do PCP condena afirmações de Cavaco Silva, no Parlamento

RESUMO

16 Quarta-feira

É aprovado na Assembleia da República o orçamento do Estado para 1993 ■ O Governo obtém autorização legislativa da AR para alterar o estatuto de aposentação da função pública ■ A Conferência de Doadores para auxiliar o processo de paz em Moçambique termina em Roma com a criação de um fundo para financiar a criação das novas forças armadas, o alojamento de refugiados e o processo eleitoral em 1993 ■ A Unita rejeita categoricamente o plano de paz apresentado pelo Governo angolano.

17 Quinta-feira

Inflação média fecha o mês de Novembro nos nove pontos percentuais, segundo relveta o Instituto Nacional de Estatística ■ Santana Maia é eleito bastonário da Ordem dos Médicos ■ Durão Barroso e Ali Alatas conferenciam em Nova Iorque, ao abrigo das Nações Unidas, sobre a situação de Timor-Leste, em que Portugal defende a realização de um referendo popular ■ Os alunos da Escola Secundária de Carcavelos cortam durante uma hora os acessos à autoestrada e a Marginal em protesto contra o despedimento de sete funcionárias ■ António Champalimaud desiste «definitivamente» da corrida à privatização da Secil/CMP e outras empresas do Estado ■ O Parlamento Europeu aprova o Orçamento Geral para 1993 ■ Boris Ieltsin chega a Pequim, sendo o primeiro presidente russo a visitar a China ■ Israel deporta 400 palestinos para terras de ninguém, no Sul do Líbano, na sequência do assassinato de um guarda fronteiriço israelita pelo Hamas ■ Kim Young Sam volta a ganhar as eleições presidenciais da Coreia do Sul ■ O Chanceler alemão, Helmut, anuncia que tenciona enviar para Somália 1500 efectivos a fim de ajudar a distribuição de alimentos ■ Os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos 16 membros da NATO reúnem-se em Bruxelas para analisar a hipótese de intervenção militar da aliança na Bósnia-Herzegovina.

18 Sexta-feira

Ferrovários cumprem uma greve de 24 horas afectando principalmente a circulação de comboios de médio e longo curso ■ O Conselho Geral da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação delibera uma acção de greve para o próximo dia 15 de Janeiro, em protesto contra a proposta governamental de aumentos salariais ■ Cavaco Silva apela, numa comunicação ao País, à poupança generalizada, pois «mais fundos não fazem Portugal mais rico» ■ O tribunal da Boa-hora condena os cinco arguidos do «caso

GAL» a penas que vão de nove a 15 anos de prisão ■ O Ministério da Indústria e Energia detecta 16 casos de irregularidades em projectos no âmbito do PEDIP ■ A Alemanha ratifica por unanimidade o Tratado de Maastricht com a aprovação do texto pela câmara alta do parlamento ■ O secretário-geral das Nações Unidas, Butros Ghali, garante que vai esforçar-se para proteger a integridade física de Xanana Gusmão.

19 Sábado

A Associação Democrática Independente de Profissionais da PSP acusa o comando da PSP do Porto de impedir os agentes de exercerem o direito de assistência à família ■ Os cerca de trezentos guardas e chefes de lança portugueses entram em greve por período indeterminado ■ Realizam-se no Taiwan as primeiras eleições legislativas desde há quatro décadas ■ As forças armadas angolanas entram em alerta geral face a um eventual ataque da Unita ■ O presidente sul-africano, Frederik De Klerk, anuncia ter suspenso ou saneado 23 oficiais das Forças Armadas devido a actividades ilegais.

20 Domingo

Decorrem em Cuba as primeiras eleições municipais directas ■ Fuzileiros navais norte-americanos e comandos belgas tomam o porto somali de Kismayu ■ A Unita anuncia que vai enviar um general ao Uíge e ao Negage para ordenar a retirada das suas tropas daquelas localidades ■ Realizam-se eleições presidenciais na Sérvia e Montenegro ■ São libertados os dez capacetes azuis uruguaios e o piloto russo raptados pelos khmers vermelhos ■ O governo japonês fixa o objectivo do crescimento económico real para o próximo ano em 3,3 por cento.

21 Segunda-feira

Um avião DC-10 da companhia holandesa Martinair explode no aeroporto de Faro, depois de uma aterragem deficiente em que toca com uma das asas no solo, provocando 54 mortos e 283 feridos ■ O PCP condena as declarações do Primeiro-Ministro no Parlamento, no sentido de retirar autoridade aos comunistas para participarem no debate sobre a aplicação dos fundos estruturais da CE ■ Televisão de Belgrado anuncia a vitória de Milosevic nas eleições presidenciais sérvias ■ O presidente brasileiro suspenso, Collor de Melo, despede os seus advogados de defesa obrigando a um adiamento de última hora do julgamento ■ O secretário-geral da ONU decide reforçar a protecção dos comboios humanitários no Norte do Iraque com mais capacetes azuis.

As broas envenenadas de Cavaco Silva

Cavaco Silva veio à televisão oficial aparentemente para dar as Boas Festas ao país. Mas logo se percebeu que não era disso que se tratava. A charla do Primeiro-Ministro teve o objectivo de tentar convencer os portugueses (os que vivem do seu trabalho, naturalmente) de que é preciso aceitar com resignação a política salarial do Governo, com a contenção ou mesmo a redução dos salários reais, bem como a «lei dos disponíveis», os «excedentes» e outras medidas de precarização do emprego e de despedimentos colectivos; de que é preciso aceitar sem protesto os cortes das verbas que são devidas às autarquias locais; de que é preciso aceitar sem protesto os cortes das dotações para a saúde e a educação e os míseros aumentos das reformas e pensões; numa palavra, de que é preciso aceitar as medidas de «austeridade» governamentais e os sacrifícios que elas implicam «sem fazer ondas».

Em contrapartida, Cavaco prometeu que está «determinado» e tem a «ambição» de fazer grandes coisas por nós em colaboração com Maastricht. Parece que o Governo quis fazer através das câmaras de televisão uma espécie de concertação social, que, pela sua manifesta injustiça, a CGTP energeticamente rejeitou e que a UGT até agora não teve a desfaçatez de aceitar.

Tais foram as broas envenenadas com que Cavaco Silva apresentou os portugueses.

Ao longo da alocução natalícia do Primeiro-Ministro percebeu-se estranhamente que o aumento dos fundos comunitários acordados em Edimburgo (e que tem sido intensamente propagandeado pelos meios de comunicação de feição governamental) foi o grande argumento para justificar a exigência de mais sacrifícios aos portugueses.

Confirma-se, pois, que a chamada grande vitória obtida pelo Governo em Edimburgo nos vai ficar muito cara.

Não se pode, também, tomar a sério a carrancuda severidade em relação à utilização dos fundos comunitários que Cavaco Silva anunciou. O País tem alguma ideia da pouca vergonha e dos verdadeiros escândalos que se têm verificado na sua atribuição.

O Governo, que é o grande responsável por este estado de coisas, nunca quis que as situações escan-

dalosas fossem esclarecidas perante a opinião pública. Pelo contrário, forçou, por exemplo, a interrupção de um inquérito parlamentar à aplicação do Fundo Social Europeu, onde se verificam desvios e outras anormalidades na ordem de muitas dezenas de milhões de contos, e nunca mais permitiu que qualquer inquérito parlamentar fosse feito nesta matéria.

Além disto, o Governo do PSD sempre recusou a gestão democrática dos fundos comunitários, com a participação da Assembleia da República, das autarquias, dos sindicatos e de outras associações, incluindo patronais, como o PCP desde há muito e insistentemente tem defendido.

Esta recusa do Governo explica-se não só pelo seu pendor autoritário e centralizador, mas pelo clientelismo, compadrio, nepotismo e, em geral, pela falta de transparência que caracteriza o manuseamento governamental dos fundos comunitários.

A charla televisiva de Cavaco Silva já tinha tido uma «première» na Assembleia da República com as mesmas tónicas propagandísticas e idênticas exigências de sacrifícios

Que estranha democracia é esta em que se pretende penalizar a discordância com a exclusão?

aos portugueses, nomeadamente através da «contenção salarial» e da «moderação salarial».

Tornou-se especialmente chocante ouvir o Primeiro-Ministro esgrimir diante dos deputados, a favor da sua política de «austeridade», os compromissos em relação à convergência nominal, que ele próprio assumiu em Bruxelas, como se fosse o papão com que antigamente se intimidavam os meninos recalitrantes. Disse ele: «o não cumprimento do programa de convergência significa que a Comunidade pode suspender os projectos de investimento».

De uma excepcional gravidade foram, porém, as excomuniões que Cavaco Silva lançou sobre as autarquias que reclamam as dotações a que têm direito pela Lei das Finanças Locais e contra os Partidos políticos que votaram contra a ratificação do Tratado de Maastricht.

Para quem tenha dúvidas acerca do projecto de regime centrali-

zador e autoritário que é acalentado na intimidade do estado-maior do PSD, as concepções antidemocráticas expandidas pelo Primeiro-Ministro são uma esclarecedora ilustração.

Em relação às autarquias não hesitou em lançar-lhes uma ameaça despótica nestes termos: «os comportamentos despesistas contrários ao programa de convergência portugueses que recentemente têm sido manifestados pelas nossas autarquias têm que mudar, se quiserem continuar a receber apoios dos fundos comunitários».

Isto é, ou calam-se ou não comem!

Em relação aos partidos políticos que votaram contra o Tratado de Maastricht, «o Partido Comunista Português e o Centro Democrático e Social», como foi citado, Cavaco Silva ensaiou um regime discriminatório que afronta com brutalidade a Constituição da República.

«Esses partidos, disse ele, estão agora excluídos do consenso de esforços que permitiram a vitória de Portugal em Edimburgo e nem tão pouco lhes atribuímos autoridade para participar na discussão da aplicação dos fundos...».

Que estranha democracia é esta em que se pretende penalizar a discordância com a exclusão!?

Uma coisa é o que Cavaco diz e deseja, outra o que pode fazer e outra ainda o que o povo português quer que se faça.

É também preocupante que o PS, que Cavaco Silva elogiou pela «postura séria, positiva e nacional», ao mesmo tempo que condenava à exclusão os outros partidos da oposição, tenha aceitado complacente, sorridente e até com alguns aplausos esta dupla e antidemocrática discriminação.

O PS não se pode furtar a assumir uma clara posição em relação à estranha concepção de democracia que está subjacente ao discurso do Primeiro-Ministro e às gravíssimas afirmações discriminatórias que proferiu em relação às autarquias locais e aos partidos da oposição que votaram contra Maastricht.

É de esperar que aproveite esta quadra de festas natalícias e de passagem do ano.

Quanto ao PCP, como afirmou Carlos Carvalhas na conferência de imprensa da passada segunda-feira, «intervem na vida nacional não por generosa concessão do Primeiro-Ministro, mas por direito próprio que lhe é garantido pelo regime democrático-constitucional que ajudou a fundar e a construir».

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOSI

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2.º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE'S Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 396 87 93; Telex: 85 791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1.º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04.

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos

Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heskia Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00
ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00
MACAU — 50 números: 13.042\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.780\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

TRABALHADORES

Salários Governo aposta no conflito

Ao contrário do que pretende inculir na opinião pública, ao fazer apelos consecutivos ao «consenso social», o Governo aposta numa «posição de intransigência», afirma a comissão negociadora sindical, que inclui a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. A secretária de Estado do Orçamento, Manuela Leite, acrescenta a FNSFP, manteve na reunião de 15 do corrente com os sindicatos «as posições anteriores que, na prática, significam aumentos de três por cento para a generalidade dos trabalhadores da Administração Pública». Essa posição insustentável pode levar o sector à greve novamente em Janeiro.

A possível paralisação foi anunciada no final de mais um encontro das duas frentes sindicais (CGTP e UGT)

e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE). Paulo Trindade, da Plataforma Reivindicativa, disse à Lusa no fim da reunião sindical que «a partir de hoje (15 do corrente) a proposta de greve em Janeiro está em discussão em todos os sindicatos do sector».

A greve, a concretizar-se, seguir-se-á a uma «semana de luto e protesto», organizada por aqueles três organismos que têm funcionado em unidade. Fontes sindicais referidas pela Lusa diziam no mesmo dia que naquela reunião do dia 15 — onde a secretária de Estado do Orçamento disse, segundo a FNSFP, não ter «mandato para alterar a proposta feita aos sindicatos», ao mesmo tempo que insinuava a possibilidade de o Governo passar à imposição — tinham sido encerradas

por parte do Governo as «negociações em matéria salarial».

Essa posição do Executivo agrava-se, segundo a FNSFP, com o facto de, na madrugada de 15 do corrente, «o Governo, através do grupo parlamentar do PSD, ter apresentado na Assembleia da República a alteração do Estatuto de Aposentação».

Adianta a mesma organização sindical que «quando o Governo admite uma inflação de 7 por cento e propõe aumentos de 3 por cento, se prepara para despedir milhares de trabalhadores e avança com alterações ao Estatuto de Aposentação, colocando numa postura de afrontamento aos trabalhadores que justifica adequada resposta».

Recorde-se que a proposta governamental prevê um aumento de cinco por cento para os funcionários públicos com salários superiores a 128 100 escudos e de 5,5 por cento para os que tiveram remunerações inferiores. Na prática, e por isso os sindicatos falam em aumentos de 3 por cento, essas percentagens incluiriam os 2 por cento que o Governo prometeu o ano passado, depois de aceites os 8 por cento na Concertação Social, «oferta» que — é voz corrente — não se chegou a concretizar.



Os sindicatos ironizam (Lisboa, 3 do corrente) com a «equipa» do Governo, que pretende fazer-lhes deste Natal uma época sem alegria: Um «Natal negro na Função Pública», sublinham expressamente. Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, afirmou na quinta-feira em Lisboa que, embora a hipótese de greve geral não se coloque de momento, «a resposta à ofensiva do patronato e do Governo vai ser forte», pois os trabalhadores e os sindicatos continuam a não aceitar a política de baixos salários, quando o Governo se esquece de modernizar, ao menos, os meios de produção

Nova greve na CP

No seguimento da greve de sexta-feira, que paralisou sobretudo os comboios para o Algarve, foi marcada nova paralisação para 31 do corrente na CP.

Como noticiámos quinta-feira, aquela greve foi marcada pela Federação dos Sindicatos Ferroviários Portugueses. A prevista para 31 foi anunciada pelo SIFA (Sindicato Independente dos Ferroviários e Afins).

Os motivos da nova greve são idênticos aos da anterior.

O SIFA reclama, segundo a Lusa, a redução do horário de trabalho e a revisão do regulamento de carreiras.

FENPROF teme despedimentos no Ensino Fala de 30 mil professores

O secretariado nacional da FENPROF (Federação Nacional dos Professores) emitiu recentemente um comunicado de imprensa onde refere «notícias recentes» sobre o despedimento a curto prazo de 30 mil professores.

Transcrevemos na íntegra o comunicado:

«Perante uma Lei Geral do Trabalho que impossibilita a manutenção por tempo indefinido de contratos a prazo, o ME (Governo) ignora, deliberadamente na área em que

é entidade patronal, a existência de uma Lei que deveria conhecer e cumprir.

«No sector da Educação é fácil encontrar cidadãos, isto é, professores que em regime de contrato anual asseguram há cinco, dez e mais anos, necessidades permanentes do sistema, sem que isso lhes garanta qualquer vínculo à Administração.

«Face a tal situação, agravada por notícias recentes que atribuem ao ME a intenção de despedir a curto prazo cerca de 30 000 professores, a FENPROF promoveu, no passado dia 11 de Dezembro, uma acção nacional de luta de professores e educadores contratados.

«Na referida acção os professores/educadores exigiram ao Ministério da Educação a marcação até 16 de Dezembro duma reunião específica com a FENPROF, na qual se procedesse a uma negociação efectiva de alterações concretas aos concursos, com

incidência já no próximo ano lectivo.

«No seguimento de tal exigência, o ME marcou ontem (16 de Dezembro) uma reunião com a FENPROF para o dia 7 de Janeiro.

«A FENPROF, lamentando que tal reunião não se tenha realizado até à data, espera que o ME no dia 7 de Janeiro apresente, clara e inequivocamente, propostas concretas que contribuam para a resolução da instabilidade de emprego que afecta milhares e milhares de docentes, garantindo-lhes uma perspectiva real de vinculação.

«No passado dia 11, os professores e educadores contratados demonstraram claramente a sua determinação em lutar pelas suas reivindicações. Se, mais uma vez, no dia 7 de Janeiro, o ME não lhes der respostas positivas, a FENPROF e os docentes abrangidos não ficarão, com certeza, de braços cruzados perante tal situação».

Melhores salários para motoristas

Os motoristas da Rodoviária Nacional (RN-Lisboa), uma das empresas resultantes da cisão da nacionalizada, «são os mais mal pagos do sector». Por isso, há cinco meses que se recusam a fazer horas extraordinárias, reduzindo assim, desde Agosto, a circulação de autocarros da RN nas áreas de Queluz, Caneças, Odivelas, Sacavém e outras localidades da zona da Grande Lisboa, em especial na hora de ponta da parte da tarde. A exigência de melhores salários obrigou os trabalhadores a essa forma de luta que terminou terça-feira da semana passada num plenário descentralizado com recolha de viaturas. Foi decidido suspender temporariamente a recusa do serviço extraordinário, mas os sindicatos exigem que a empresa continue as negociações na perspectiva de aumentos salariais superiores aos 9,75 por cento impostos este ano em Julho.



Um caso de greve em tribunal

Pescadores em greve solidária

Na sequência de processos crimes por desobediência às autoridades marítimas, de que foram alvo 80 pescadores artesanais em greve, o presidente da Associação dos Armadores de Pesca Artesanal do Barlavento Algarvio disse à Lusa a semana passada que uma greve a efectuar em 15 de Janeiro próximo manifestará a solidariedade da classe para com os cinco pescadores que nesse dia vão ser levados a tribunal, em Portimão

TRABALHADORES

Estudo sindical revela Subsídios oficiais servem para despedir

As empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico têm, de um modo geral, procurado apoios financeiros que deveriam servir para modernizar o aparelho produtivo, criar emprego e ganhar competitividade. Um estudo divulgado na semana passada pela federação sindical mais representativa do sector vem mostrar que, «afinal, o patronato tem utilizado os subsídios para pagar as indemnizações resultantes das rescisões de contratos de trabalho; em vez de investir na criação de emprego e no desenvolvimento das empresas, tem feito precisamente o oposto, com total impudência e perante a conivência do Governo e dos próprios mecanismos que devem fiscalizar a utilização daquelas verbas.»

Para a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas, «há situações que roçam a corrupção e o nepotismo e que atingem e culpabilizam os responsáveis pela política industrial do País», pelo que estes problemas merecem ser discutidos ao nível do Governo. Por isso, tem a federação uma audiência pedida, desde 9 de Novembro, com o ministro da Indústria e Energia. Mira Amaral não respondeu ainda, e a FSTIEP insiste em ser recebida, contando com o apoio e solidariedade da CGTP - como o próprio Carvalho da Silva afirmou na conferência de imprensa que teve lugar no passado dia 16.

A FSTIEP contabilizou em mais de 3 milhões de contos os fundos estruturais atribuídos a 19 empresas, entre Fevereiro de 1991 e Agosto de 1992. «Contudo, um traço comum à maioria

das empresas é a utilização das avultadas verbas recebidas para a redução de postos de trabalho ou para a substituição de trabalhadores com vínculo permanente por outros com contrato a termo certo».

O estudo abrange 40 empresas, com 83 por cento da mão-de-obra de todo o sector FMEE. Além das verbas recebidas pelas empresas no âmbito do PEDIP e outros incentivos oficiais, é feita também uma vigorosa denúncia da liquidação de postos de trabalho nos últimos anos e da ofensiva generalizada contra os direitos dos trabalhadores.

Menos emprego mais dependência

Nos últimos cinco anos, no sector da fabricação de material eléctrico e electrónico, que ocupa cerca de 40 mil pessoas, foram destruídos 11 861 postos de trabalho. Este número foi obtido a partir dos balanços sociais das empresas, adiantando ainda a FSTIEP as principais causas da redução do emprego: o encerramento de empresas (3667 postos de trabalho na AEP/Centrel, Seagate e Tudor Pilhas, já encerradas, mais 858 na Ibervisão, Samsung, SMP, Telequipo e Tronitec, que encerram até ao fim deste ano), as rescisões forçadas de contratos (4112 postos de trabalho em 10 empresas, dos quais 1238 na Alcatel, 558 na Cel-Cat, 569 na Siemens, 516 na Roederstein), a antecipação de reformas, os despedimentos colectivos e outros motivos ligados a processos de reestruturação de empresas (3224 trabalhadores de 21 empresas, nomeadamente 730 do grupo Efa-



Para Carvalho da Silva, que se juntou aos dirigentes da FSTIEP e dos sindicatos federados na conferência de imprensa de dia 16, o estudo sobre o sector FMEE evidencia as directrizes dos sacrifícios que são impostos aos trabalhadores: salários baixos, desemprego, precariedade e desrespeito pelos direitos individuais e colectivos

cec, 518 da Cablesa, 307 da Tudor Baterias, 300 da Texas Instruments, 247 da Kromberg, 170 dos Cabos Avila e 154 da Autosil).

Na véspera da conferência de imprensa a Indelma anunciou a suspensão, na base da lei do lay-off, de 1 100 trabalhadores até Fevereiro de 1993, sem qualquer negociação e sem fundamentação, um acto que a federação e os sindicatos consideram que pode ser um balão para o despedimento.

No documento que divulgou na semana passada, a FSTIEP chama a atenção para que «a estratégia de negócios e o domínio das multinacionais no sector FMEE tiveram como consequência que em Portugal se deixasse de fabricar lâmpadas (a Osram encerrou em Agosto de 1988), televisores (a Ibervisão vai encerrar até ao fim do ano) e pilhas (a Tudor Pilhas encerrou na primeira quinzena de Novembro)».

Mais precariedade menos direitos

A FSTIEP verifica haver «uma linha estratégica comum que tem por objectivo intensificar a exploração dos trabalhadores à custa do aumento brutal dos ritmos de trabalho e à revelia das leis laborais».

Nas empresas analisadas trabalham 29 976 pessoas, das quais 8309 estão contratadas a prazo, o que dá uma média de 27,7% a nível nacional (19,5% na região Sul, 40,7% no Norte e 47,1% no Centro).

Acima dos 30% de trabalhadores com vínculo precário situam-se 12 empresas, em 6 das quais mais de metade do pessoal está a prazo: BPPO/Grundig (95%), Yazaky/Centrol (92%), UTA (69%), Kromberg (55%), Reicab (55%) e Cablesa (53%).

Em várias empresas, nomeadamente nas multinacionais, os ataques aos direitos dos trabalhadores expressam-se em:

- tentativas de limitação do exercício da actividade sindical, desde obstáculos à livre sindicalização, até ten-

tativas de impedir a realização de plenários, a acção dos delegados sindicais e a presença de dirigentes nas empresas;

- aplicação de diferentes remunerações a trabalhadores com um mesmo nível de funções e atribuições profissionais;

- atribuição de prémios segundo critérios que revelam, antes de mais nada, uma preocupação de controlar o descontentamento interno, mantendo as ilegalidades;

- abuso da polivalência e manutenção de situações em que o trabalhador (geralmente mulheres nas linhas de montagem) é classificado numa categoria inferior àquela em que deveria estar pelas funções que efectivamente exerce;

- pressões de vária ordem (desde a ameaça de despedimento colectivo, até à imposição de uma situação de inactividade) para forçar a aceitação de rescisões;

- limitação ao exercício dos direitos da mulher.

«Apesar da gravidade de que se revestem as inúmeras situações de injustiça e ilegalidade, as administrações actuam impunemente», acusa a FSTIEP, para quem «merece repúdio a actuação do Ministério do Emprego e da Inspeção Geral do Trabalho, pela sua morosidade e pela cobertura que proporciona aos objectivos patronais nos processos apresentados pelas organizações sindicais».

Não há crise que justifique

Para a FSTIEP, o estudo que realizou «mostra claramente que a degradação social no sector FMEE só encontra justificação na busca desenfreada do lucro, procurando o patronato produzir mais com menos pessoal - o que é feito, em vários casos, não com a modernização do aparelho produtivo, mas com a intensificação dos ritmos de trabalho e o recurso a métodos mais refinados de exploração dos trabalhadores».

«Mesmo que se registasse qualquer fenómeno de crise, seria inaceitável que os seus custos recaíssem sobretudo nos trabalhadores», afirma a federação. Mas, «considerando o sector globalmente, até nem há crise, como se vê pelos resultados económi-

cos de algumas empresas em 1989-91: a Alcatel teve lucros de 5829 mil contos; a Cel-Cat - 2580 mil contos; o grupo Efacec - 2389 mil contos; a Tudor Baterias - 1926 mil contos; a Siemens - 1450 mil contos; a Philips - 961 mil contos; a Autosil - 469 mil contos».

No documento refere-se ainda que, «enquanto a nível nacional o crescimento da produtividade naquele período (1989-91) foi de 3,7% (dados do Banco de Portugal), há empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico com taxas muito superiores: 81,9% na Alcatel, 71,1% na Siemens, 38,2% na Autosil, 32,4% no grupo Efacec, 18,2% na Cel-Cat, 21,5% na Philips, 19,9% na Tudor Baterias».

Alguns exemplos

No documento divulgado pela FSTIEP referem-se algumas histórias de empresas que receberam incentivos oficiais para se modernizarem e criarem mais emprego... Mas o resultado final da aplicação dos fundos não foi bem esse.

O grupo Efacec, que nos últimos anos liquidou 933 postos de trabalho, recebeu em 1991-92 um total de 401 572 contos. A maior fatia (363 mil) foi para a Efacec Máquinas, que

ameaça despedir nas fábricas da Arroiteia e Póvoa de Varzim. A Efacec Motores recebeu 38 200 contos de subsídios, só na fábrica de Ovar já liquidou 350 postos de trabalho e continua a pressionar para a continuação de rescisões, ameaçando mesmo levar a cabo um despedimento colectivo de 100 trabalhadores de Ovar e da Maia; para já, avançou com uma lista de 27 pessoas, onde se incluem 9 membros das estruturas representativas dos trabalhadores.

A Siemens, multinacional alemã, recebeu 395 670 contos de subsídios; despediu 569 trabalhadores (entre os quais estiveram, no ano passado, 125 dos mais antigos e com alguns problemas de saúde).

A Samsung, sul-coreana, que vai encerrar até ao

fim deste ano, despedindo 150 trabalhadores, recebeu 471 865 contos nos últimos dois anos.

A SMP, do grupo Marconi, recebeu 70 mil contos do Estado para um projecto de investigação; vai encerrar também até ao final do ano e mandar para o desemprego 150 pessoas.

A Telequipo (do grupo Centrel) recebeu 172 300 contos de incentivos para criar 253 postos de trabalho, mas o volume de emprego nunca excedeu as 150 pessoas, que estão presentemente ameaçadas com a perspectiva de encerramento até ao fim do ano.

A Sistel (também do grupo Centrel) já averbou 434 680 contos de incentivos; rescindiu recentemente os contratos com 80 trabalhadores, prevendo-se que este número venha a aumentar brevemente.

A Texas Instruments, que recebeu 219 660 contos de incentivos, desfez-se de 300 trabalhadores (mão-de-obra alugada) no princípio do ano e iniciou depois um processo de rescisões que, até Setembro, levou à saída de mais 280 pessoas (operação em que esta multinacional americana terá despedido cerca de 1 milhão de contos).

A Philips, multinacional holandesa, recebeu 650 mil contos; já despediu 64 pessoas, mantém um elevado índice de precariedade (34%) e há a ameaça de despedimento de pessoal não efectivo.

A Seagate, multinacional americana, recebeu 80 mil contos de subsídios; depois, transferiu as encomendas e o equipamento para a Malásia, provocou o encerramento da fábrica em Palmela e deixou no desemprego 1147 trabalhadores.

A Tudor Pilhas, adquirida em 1991 pela norte-americana Ralftom, recebeu naquele ano 23 mil contos; encerrou em Novembro, deixando no desemprego 110 pessoas.

A Cablesa, multinacional alemã, recebeu 10 830 contos de subsídios; já despediu 518 trabalhadores, tem uma acção em curso para a rescisão de contratos e 53% do seu pessoal está contratado a prazo.

O grupo alemão Grundig recebeu 203 120 contos de subsídios; além de manter há vários anos taxas muito elevadas de contratos a termo (1377 trabalhadores no ano corrente), está a exercer pressões para a rescisão de contratos (particularmente na GEP), ameaçando concretizar despedimentos colectivos (iniciados em Agosto com 24 trabalhadores). A direcção do complexo Grundig/Blaupunkt está ainda a violar o protocolo assinado com as ORTs em 1990, no MESS, onde consta que o pessoal eventualmente em excesso numa das empresas seria absorvido pelas restantes.

Escandalosos

No Algarve o despedimento de trabalhadores a prazo está a atingir números escandalosos - denunciou na semana passada o Sindicato da Hotelaria e Turismo, referindo os concelhos de Portimão, Albufeira e Loulé como aqueles onde o problema é mais sentido. O sindicato - num comunicado citado pela Lusa - refere ainda o agravamento dos salários em atraso em vários estabelecimentos hoteleiros da região, afirma ter conhecimento de empresas que encerraram ilegalmente e acusa o patronato de pressionar os trabalhadores para diminuir drasticamente os efectivos ao serviço.

Longra não paga

Desde Setembro que a Longra não paga os salários aos seus trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, que denunciou a situação e, com as estruturas representativas do pessoal da empresa, convocou para ontem uma conferência de imprensa em Felgueiras, refere aquela empresa de fabrico de mobiliário metálico como uma das mais conceituadas do mercado, que está ainda a trabalhar para o Centro Cultural de Belém e que não tem sofrido baixas significativas na produção nem na facturação. O sindicato quer saber «o que pretende a administração com esta atitude» e «por que há dinheiro para pagar os salários e respectivas indemnizações aos trabalhadores que vão sendo despedidos, e continua a não haver para os que continuam a trabalhar».

SUCH também não

O Serviço de Utilização Comum dos Hospitais não pagou a tempo e horas o subsídio de Natal. Uma nota do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores manifesta o receio de que os próprios salários possam vir a atrasar-se, ao mesmo tempo que recorda situação idêntica verificada com o pagamento do subsídio de férias. As dificuldades alegadas pela comissão directiva do SUCH, refere o sindicato, vêm-se arrastando, pois desde 1988 não é pago como deve ser o subsídio de turno.

PCP

Mineiros de Jales e da Borralha Um Natal de sofrimento

Chamando a atenção do Governo e das instituições públicas para a gravíssima situação de miséria que vivem os mineiros de Jales e da Borralha e as respectivas famílias, a Direcção da Organização Regional de Vila Real do PCP divulgou uma nota em que sublinha a «perda significativa para a economia da região e do país» que representa o «sucessivo encerramento e abandono das minas em Trás-os-Montes». E afirma:

«Os condicionalismos do mercado mundial não justificam tudo e não desculpabilizam o Governo quer na sua fiscalização das empresas concessionárias quer, naquilo que também deveria ser sua obrigação, no despoletar de acções a nível comunitário que salvaguardassem mecanismos de protecção aos minérios portugueses e europeus.

«O Governo do PSD nada fez de protecção aos minérios portugueses, o Governo PSD nada fez de recurso aos meios comunitários dos chamados combates contra a pobreza — é significativo que de todas estas regiões mineiras abandonadas não tenha sido apresentado um único projecto candidato ao «Programa de Luta contra a Pobreza 3».

«O Governo nada fez para criar nesses locais situações alternativas, cursos de formação profissional, promoção de actividades económicas alternativas geradoras de postos de trabalho.

«A idade, as doenças profissionais, a família, a especialização da profissão de mineiro não permitem facilmente que os mineiros e suas famílias encontrem emprego noutros locais ou noutros países. Assim assiste-se progressivamente a uma situação de miséria nesses locais e que é esquecida pelo Governo, pelas entidades oficiais responsáveis (?) e por todos.

«Na Borralha cessam os subsídios de desemprego, degradam-se as casas, cortam-lhes a água e a luz. Em Jales defraudadas as perspectivas e as promessas prossegue o caminho da miserabilização.

«Se o problema não se circunscreve, infelizmente, ao Natal, mas multiplica-se em todos os dias do ano, entre o

abandono e o esquecimento, a DORVIR do PCP considera que esta época do ano poderá também servir para alertar as consciências e denunciar uma situação que muitos desejam ignorar.

«Consideramos que são urgentes subsídios e programas de emergência que possam minorar o sofrimento e a angústia dos mineiros e suas famílias.

«Consideramos ainda que é urgente a implementação de programas e outras iniciativas que visem recuperar o atraso económico dessas aldeias e permitam o seu relançamento e criação de postos de trabalho.

«O silêncio do Ministério do Emprego, da Segurança Social, das autarquias e em particular do Governo é cúmplice e responsável pela situação dramática que em Jales, Borralha e em tantos outros locais se vive.»

Minas da Panasqueira

Por sua vez, a Comissão Concelhia da Covilhã do PCP, tendo analisado a situação existente nas Minas da Panasqueira, decorrente de a empresa ter manifestado a intenção de despedir trabalhadores e encerrar a mina, tornou público um comunicado em que pode ler-se:

«A Comissão Concelhia da Covilhã do PCP lembra que já em momentos anteriores a empresa desenvolveu idênticas iniciativas com o objectivo claro de reduzir o número de trabalhadores e degradar o nível salarial e as condições de trabalho.

«Contudo, importa recordar que a sempre propalada crise do comércio de volfrâmio só pode ser explicável pela subserviência do Governo português face à Comunidade Europeia, pois não é aceitável que sendo a nossa mina a única que na Europa produz volfrâmio e com a melhor qualidade mundial, este não tenha entretanto preferencial no comércio comunitário.

«Também aqui, os trabalhadores e a população em geral podem verificar os efeitos nefastos do Tratado de Maastricht, que o PSD e o PS aprovaram nas costas dos Portugueses, para a nossa economia e a produção nacional.

«A Comissão Concelhia da Covilhã do PCP chama a atenção que mais uma vez o capital procura fazer recair sobre os trabalhadores e a nossa economia regional os custos de uma política errada que está condenando o nosso País ao atraso e desmente a chamada democracia de sucesso demagogicamente propagandeada pelo PSD.

«Para a Comissão Concelhia da Covilhã do PCP a empresa toma estas medidas neste momento com duplo objectivo:

— Por um lado limitar o crescimento dos salários criando a psicose da crise, obedecendo assim às directivas do Governo do PSD e ao seu ministro Braga de Macedo.

— Por outro lado criar as condições para a redução de postos de trabalho, para mais tarde encetar uma estratégia de precarização do trabalho através do recurso ao trabalho a prazo, empreitada, etc.

«Neste quadro a Comissão Concelhia da Covilhã do PCP manifesta a sua solidariedade e apoio aos trabalhadores das Minas da Panasqueira e exorta-os a porem uma firme e determinada resistência às pretensões da empresa e à política do Governo Cavaco Silva (PSD).

«Esta resistência passa também pela criação de uma forte dinâmica de luta pela exigência de negociações de um caderno reivindicativo que faça crescer os salários, assegure direitos e melhore as condições de vida no Couto Mineiro.»

sas, aumento da precariedade de trabalho, bloqueamento às negociações colectivas, degradação das condições de vida das populações.

Os vergonhosos e irrisórios aumentos das pensões dos reformados, pensionistas e idosos, a tentativa de impor aos trabalhadores da Administração Pública uma actualização salarial de 5 e 5,5%, a degradação nas condições de ensino, designadamente a superlotação das escolas, a reforma educativa que está a ser implementada, a ausência de preparação na aplicação do novo modelo de avaliação dos alunos dos 5.º e 7.º anos de escolaridade, a imposição das propinas no ensino superior, a degradação dos serviços de saúde, etc».

O comunicado manifesta o apoio e solidariedade da DOREV «à luta dos estudantes na Universidade de Évora realizada a 11 e 12, à acção desenvolvida pelo Movimento Sindical e pela Inter-Reformados, a 21, na Praça do Giraldo, à luta da Administração Pública a realizar no princípio de Janeiro».

Finalmente, a DOREV, «de acordo com a posição da Comissão Política de 15/12 — sobre o acordo de Edimburgo — alerta a opinião pública do distrito pelo facto da perspectiva da duplicação dos fundos estruturais a favor dos quatro países menos desenvolvidos, até 1997, apresentado no Pacote Delors II, passar pelo aumento desses fundos em apenas 60% até 1999! O corte verificado corresponde a 1260 milhões de contos a preço de 1992, o que equivale a menos 252 milhões de contos por ano.»

DOREV solidariza-se com trabalhadores e autarquias em luta

Após a sua reunião do passado sábado, a Direcção da Organização Regional de Évora do PCP, que analisou a luta das autarquias locais, e a dos trabalhadores, nomeadamente os da administração pública, emitiu uma nota em que salienta o êxito da acção do dia 11 do corrente desencadeada pelas autarquias, «durante a qual encerraram 13 das 14 Câmaras do distrito, num amplo protesto contra o escandaloso incumprimento da Lei das Finanças Locais, e protesta contra a insensibilidade, as ameaças e as falsas acusações com que o PSD, o Governo e particularmente o seu chefe Cavaco Silva respondem a estas acções de luta.

«A DOREV do PCP solidariza-se com esta luta», afirma-se na nota publicada, «ao mesmo tempo que responsabiliza o Governo e o PSD por todas as consequências negativas do corte das verbas e a eventual imposição de novas competências aos municípios sem as respectivas contrapartidas que beneficiam as populações, o que condena a diminuição de verbas que as autarquias no distrito vão dispor para apoiar as actividades e de apoio aos seus agentes.

«Os 4200000 contos retirados às autarquias do distrito em 92 e 93, devido ao não cumprimento da Lei das Finanças Locais (que foi aprovada na Assembleia da República por unanimidade), significarão mais dificuldades para as autarquias, menos obras e prejuízos graves para os interesses das populações.»

Seguidamente, a DOREV do PCP, salientou a «grave situação social que se vive no distrito de Évora, o encerramento de empre-

Almoço de homenagem a Lopes Graça

Por iniciativa da Comissão de Freguesia do PCP reuniram-se no passado domingo, num restaurante da Parede, cerca de 80 camaradas e amigos que assinalaram deste modo mais um aniversário do maestro Fernando Lopes Graça. Entre os convivas contaram-se Mário Casal Ribeiro, Dias da Silva, Suzete Freitas, Borges Coelho, Miguel Urbano Rodrigues, Zillah Branco, Aníbal Guerreiro, Alexandre Babo e o general Vasco Gonçalves que, em breves palavras, traçou o perfil do homem, político e músico, que é Lopes Graça. O Sector de Artes e Letras do PCP fez chegar ao homenageado um abraço fraterno e amigo, todos desejando a Lopes Graça votos de saúde.

Aniversário do Leixões com delegação do PCP

Uma delegação do PCP esteve presente na sessão comemorativa do 85.º aniversário do Leixões Futebol Clube, em resposta ao convite expresso pela direcção daquele popular clube de Matosinhos. O deputado e membro do Comité Central, António Filipe, e José Calçada, deputado do PCP pelo distrito do Porto compuseram a referida delegação que efectuou uma visita às instalações do clube e teve uma reunião com a direcção.

A delegação do PCP foi saudada pelo presidente da direcção do Leixões, Américo Jorge, não só pela sua presença mas também por ter apresentado na Assembleia da República um requerimento sobre a situação do Bingo do clube.

PSD recusa verbas para Setúbal

O repúdio à «atitude prepotente e lesiva dos interesses das populações do grupo parlamentar do PSD, ao inviabilizar, na votação do Orçamento de Estado e da dotação de verbas para o PIDDAC de 1993, um vasto conjunto de propostas do Grupo Parlamentar do PCP contemplando a área da saúde» foi manifestado em comunicado pela Comissão Coordenadora Distrital do Sector da Saúde do PCP em Setúbal, após reunião do passado dia 19 de Dezembro.

Segundo Apolónia Teixeira, deputada, em todas as propostas apresentadas pelo PCP, o PSD votou contra e o PS absteve-se, e salvo numa excepção, nenhum daqueles partidos apresentou propostas alternativas tendo em conta o distrito.

Escola Pública Superior de Enfermagem, em Setúbal; Centros de Saúde do Lavradio, Vale da Amoreira, Palmela, Alcochete, Montijo e Seixal e ainda a ampliação e remodelação do Hospita Distrital de Santiago do Cacém foram entidades que ficaram sem verbas propostas pelo PCP. O PSD rejeitou ainda a dotação de um milhão de contos para o pagamento de dívidas aos bombeiros.

Ameaças a grevistas na CP

«Um plano de coacção e de repressão verdadeiramente pidesca contra os ferroviários» foi denunciado na passada sexta-feira pela DORPorto do PCP, no dia em que se cumpria uma greve na CP não subscrita pelo Sindicato dos Maquinistas: «numa linha de actuação claramente identificada com a orientação política do Governo PSD/Cavaco Silva, equipas de inspectores e engenheiros das empresas, actuaram desde a Régua até Ovar, passado por Ermesinde, batendo altas horas da madrugada à porta dos trabalhadores ferroviários, com ameaças de suspensão imediata, seguida de despedimento, se aderissem à greve, coagindo-os a assinarem no próprio momento um documento que os forçava a prestar serviço no dia da greve», afirma a nota do Gabinete de Imprensa daquela estrutura do Partido.

Trinta e quatro despedidos nos cristais de Alcobaca

A Comissão Concelhia de Alcobaca do PCP protestou em comunicado contra recentes despedimentos na Crisal já «depois da sua administração ter feito despedimentos políticos que visaram destruir a organização sindical na empresa». Apesar da empresa ter sido beneficiada com grandes incentivos para construir duas novas unidades e ser agora a única que produz cristal, 34 operários foram despedidos.

CAMARADAS FALECIDOS

FELICIANA PARREIRA

Natural de S. João da Torre dos Coelhoos, Évora onde nasceu a 27 de Dezembro de 1913, residente em Lisboa, faleceu no passado dia 8 a camarada Felicidade Rosa Roque Parreira.

JOÃO DA VEIGA

Faleceu no passado dia 13 do corrente, com 79 anos, o camarada João da Veiga, membro da organização do Partido em Albufeira, onde desfrutava de grande estima entre camaradas e a população. Resistente antifascista, por diversas vezes esteve preso. Era militante do Partido há longos anos, muitos deles como funcionário do PCP.

À família e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sinceras condolências.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Aprovado no Parlamento

Um mau Orçamento de um mau Governo

PSD inviabiliza todas as propostas da oposição em áreas tão importantes como a carga fiscal sobre os trabalhadores, a educação, a habitação, a saúde e as autarquias

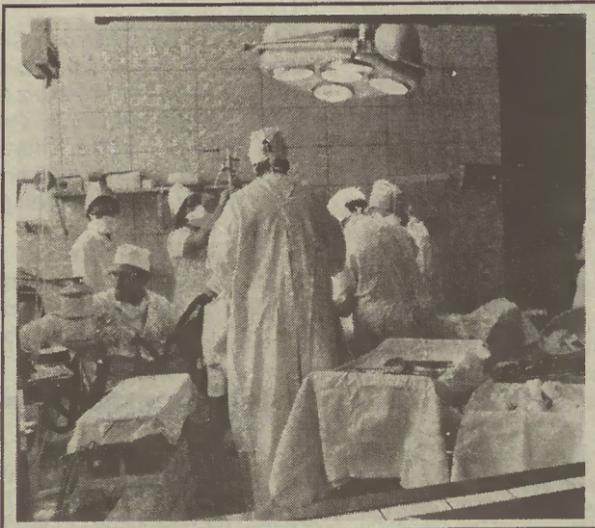
Não trouxe surpresas a aprovação, na semana finda, apenas com os votos favoráveis do PSD, do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano para 1993. Igual a si próprio, numa postura de bloqueio e de grande intolerância, o PSD manteve inalteráveis as linhas fundamentais do Orçamento, inviabilizando de forma sistemática todas as propostas oriundas da oposição. Alterações - e aqui, porventura, a única novidade - só mesmo para introduzir com a chancela da maioria duas propostas que acentuam alguns dos traços mais negativos do Orçamento.

Referimo-nos ao novo regime mais gravoso de aposentação da Função Pública para os trabalhadores com menos de cinco anos de descontos ou que se inscrevam na Caixa Geral de Aposentações a partir de Janeiro próximo, e à maior desresponsabilização do Estado relativamente à acção social escolar, ao abrir a porta à extinção dos serviços sociais.

Quanto ao mais, o debate e votação final do Orçamento do Estado, voltou a pôr em evidência aquilo que já se sabia de anteriores debates, ou seja, como referiu Lino de Carvalho na declaração final que produziu em nome da sua bancada, que este documento chave para as orientações do Estado nas esferas económica e financeira carece de credibilidade; penaliza as funções sociais designadamente nos domínios da educação, saúde e habitação; agrava as injustiças sociais e ataca os rendimentos dos trabalhadores; mantém o quadro da política financeira e cambial responsável pela recessão que atinge muitos sectores da vida nacional; e prejudica gravemente as autarquias com a não aplicação da Lei das Finanças Locais.

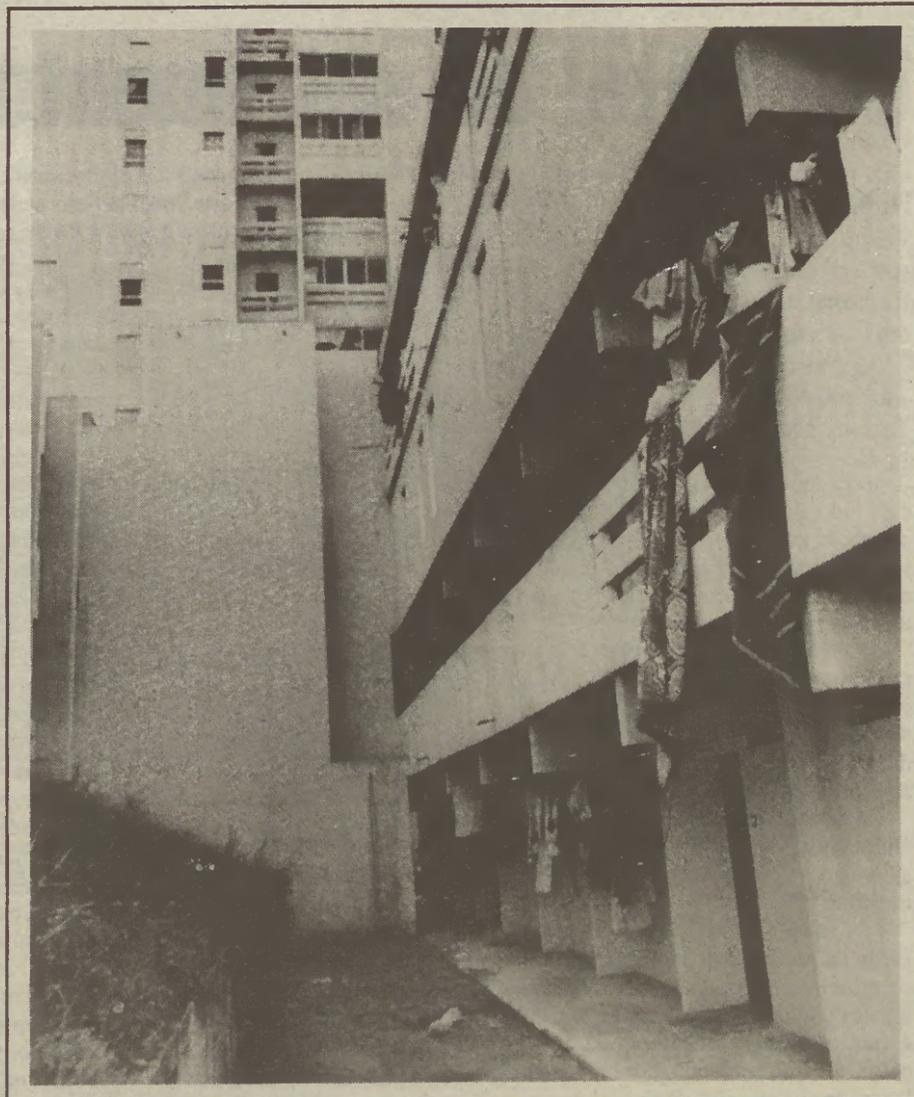
Esta última acabou por se transformar, aliás, numa das questões mais quentes, extre-

mando posições entre o Governo e a oposição, com o primeiro a dizer que as verbas aumentam em termos reais, e os partidos da esquerda parlamentar, PCP e PS, a sustenta-



rem uma tese contrária, recordando nomeadamente que as verbas atribuídas às autarquias será inferior à inflação prevista, havendo mesmo 37 municípios a receberem um aumento nominal de apenas 0,2 por cento.

Uma provocação de Silva Marques (PSD) ainda a propósito desta matéria, no geito de arruaça que lhe é peculiar, não passou entretanto sem resposta por parte da bancada comunista. Depois de evocar a ascensão de um militante comunista, cantoneiro, ao Comité Central, o deputado laranja afirmou que enquanto o seu partido estiver no Governo jamais permitirá "que os dinheiros públicos sirvam para pagar aos funcionários do PCP". Octávio Teixeira, peremptório, defendeu a honra da sua bancada: "Estamos habituados aos seus dislates; o facto de existir no CC um cantoneiro só nos honra e não aceitamos que ofendam o meu partidos e camaradas meus sem que provem as acusações. Desafio-o a provar o que diz!"



É em áreas como a saúde, a habitação ou o ensino que se vê mais claramente a natureza deste Orçamento, igualmente apostado em agravar os rendimentos dos trabalhadores e lançar a precaridade e instabilidade entre os funcionários da Administração Central

Efectuado curiosamente no dia em que as Centrais Sindicais rompiam em sede de concertação as negociações com o Governo, o debate passou ainda por um outro momento particularmente agitado quando, das galerias reservadas ao público, onde se encontravam funcionários públicos com sinais simbólicos de luto, ecoaram gritos de "gatunos", expressão de uma revolta pela conhecida "Lei dos Disponíveis", considerada "um plano sinistro que visa a destruição da administração pública e a redução dos salários".

Contestando uma das principais linhas de argumentação aduzidas pelo Governo na defesa do seu Orçamento - a necessidade de "rigor" e de "contenção salarial para enfren-

tar a conjuntura internacional e avançar para a convergência real", nas palavras de Braga de Macedo -, a oposição fez ainda notar que a política económica do Governo é afinal a "competitividade selvagem, da ditadura financeira" (Isabel de Castro, de "Os Verdes"), onde os critérios de convergência não passam de "álibi para políticas restritivas em todos os domínios e sobretudo no orçamental" (Ferro Rodrigues, do PS), com vista a desresponsabilizar o Estado das funções sociais que lhe competem e a "agravar as injustiças sociais", lançando em particular a "instabilidade e a precaridade entre os trabalhadores da Administração Central" (Lino de Carvalho, PCP).

Cimeira de Edimburgo

Cavaco Silva foi ao Parlamento para dar a conhecer os resultados da Cimeira de Edimburgo. Satisfeito, recheou o discurso com a palavra "sucesso". Pelo meio, ficaram as ameaças e avisos. Entre os visados, de forma muito particular, as autarquias. "Os programas despesistas das autarquias têm de mudar se querem receber os fundos comunitários; não podem prejudicar os interesses nacionais", ditou, categórico.

De improviso, tempo ainda para dirigir críticas aos que não aprovaram o Tratado de Maastricht. PCP e CDS foram o alvo. "Se as visões destes partidos tivessem vingado - opinou, em tom catastrofista -, estaríamos sem credibilidade e sem capacidade negocial".

Com esta ida ao Parlamento, o Primeiro-Ministro não quis assim deixar de explorar os resultados da Cimeira, em ordem a apresentá-los como uma vitória pessoal e da equipa que dirige. Uma "vitória" que, pelos vistos, como observou com ironia Octávio Teixeira, é partilhada por todos os governos dos doze, apesar das clivagens profundas que os dividiam à partida. "Não terá havido derrotas nem sequer empates; apenas doze-vitórias-doze!", disse o líder parlamentar comunista, antes de situar a sua intervenção na análise aos resultados da Cimeira de Edimburgo.

Pela sua importância, três factos justificam uma apreciação particular. O primeiro, "relevante", na perspectiva da bancada comunista, tem a ver com a conclusão do acordo sobre as novas perspectivas financeiras da Comunidade. Significa isto que foi possível recuperar os atrasos registados nesta matéria durante a presidência portuguesa e alcançar um acordo que no plano do reforço dos fundos estruturais é do interesse de Portugal. O que importa agora é que a duplicação dos recursos comunitários a distribuir

pelos quatro países menos desenvolvidos nos próximos sete anos seja efectivamente aplicada a cada um deles, designadamente a Portugal, já que - e esse foi o receio manifestado por Octávio Teixeira - tal objectivo "não está assegurado na declaração final da Cimeira de Edimburgo", uma vez que "o montante a transferir para os «quatro» integra o novo Fundo de Coesão que se destina em mais de 50 por cento à Espanha".

Seja como for, do ponto de vista da formação comunista não existem razões para "embandear em arco", seja porque o acordado em Edimburgo reduz substancialmente os montantes propostos no Pacote Delors II (Portugal vai receber menos cerca de 50 milhões de contos por ano), seja ainda pela simples razão de que o "reforço dos fundos comunitários nunca poderá ser uma compensação suficiente para as negativas consequências económicas e sociais que a UEM implica para o nosso País".

Da maior importância, no entender do PCP - e este foi o segundo facto relevante evocado por Octávio Teixeira -, é a declaração sobre o princípio da subsidiariedade aprovada em Edimburgo. No essencial, para o dirigente comunista, ela confirma "os perigos" anteriormente apontados pelo PCP, como se comprova pelo facto de a declaração expressar claramente que "o princípio da subsidiariedade não tem a ver, nem poderá pôr em causa as competências atribuídas à Comunidade Europeia pelo Tratado de Maastricht", do mesmo modo que não "prejudica o primado do direito comunitário nem coloca em questão os meios necessários para a União atingir os seus objectivos e realizar as suas políticas".

Por outras palavras, como explicou Octávio Teixeira, a declaração de Edimburgo "explicita a imposição e fixação

de limites estreitos às competências nacionais no âmbito do princípio da subsidiariedade", reafirmando simultaneamente que "esse princípio se destina essencialmente a justificar a usurpação pelos órgãos supranacionais de todas e qualquer uma das poucas competências que o Tratado de Maastricht ainda deixa sob o âmbito dos poderes nacionais".

Merecedora de reflexão - no que foi o terceiro facto por si realçado - é ainda na opinião do líder da bancada comunista a decisão tomada neste Conselho Europeu sobre "a Dinamarca e o Tratado da União Europeia".

Contrariando todos aqueles que "vilipendiaram o não da Dinamarca", a declaração reafirma que a "entrada em vigor do Tratado assinado em Maastricht exige a ratificação dos doze", sublinhando ao mesmo tempo, entre outras coisas, que aquele país "não participará na moeda única, não ficará vinculado pelas regras relativas à política económica e manterá os poderes em matéria de política monetária".

Isto é, como frisou Octávio Teixeira, a Dinamarca não participa no Tratado de Maastricht mas "continua na Comunidade Europeia, continua a reger as suas relações com a Comunidade na base do tratado de Roma e do Acto Único Europeu".

Equivale isto a dizer que a decisão sobre a Dinamarca representa "uma efectiva e substancial alteração do Tratado", ao permitir designadamente que "cada Estado-membro apenas adira ao que entender, e quando o entender por conveniente", o que levou Octávio Teixeira a concluir que este novo Tratado "não é o mesmo que foi aprovado pela Assembleia da República e por outros parlamentos nacionais", devendo, por consequência, "ser aberto um novo processo de ratificações, sob pena de atropelo aos mais elementares princípios e regras jurídicas e políticas".

O XIV Congresso no Parlamento

Um Partido com ideias e projectos virado para a vida e o futuro

Jerónimo de Sousa proferiu no final da passada semana, em nome da bancada comunista, uma declaração política destinada a dar a conhecer as principais conclusões do XIV Congresso do PCP. A interpretação dos comunistas portugueses quanto aos mais recentes desenvolvimentos da situação internacional, os efeitos desastrosos da política cavaquista de restauração do capitalismo monopolista, a ratificação do Tratado de Maastricht e a alternativa à política de direita, foram alguns dos temas que prenderam a atenção do deputado comunista, num discurso onde figuraram ainda os princípios e objectivos essenciais que norteiam a acção do Partido.

Uma acção que teve em Almada no XIV Congresso mais uma etapa de confirmação e afirmação relativamente a aspectos nucleares que Jerónimo de Sousa resumiu, pondo em relevo o que considerou a "unidade, elevada consciência e maturidade política" de um Partido "aberto às realidades, ligado aos trabalhadores e às aspirações populares, convicto, com ideias, com projectos e propostas resultantes da reflexão individual e colectiva".

Uma reflexão que em matéria de política internacional permitiu apurar no Congresso que se houve de facto - e esta foi como referiu Jerónimo de Sousa uma ideia fundamental - "uma radical alteração na correlação de forças" por força da desagregação da URSS e do desaparecimento do socialismo como sistema mundial, tal não significa, como alguns pretendem, "que o capitalismo seja um sistema superior" ou que estejamos perante "o fim da História da Humanidade".

Lembrada pelo deputado comunista como igualmente relevante no capítulo da cena internacional foi a ideia de que o PCP, não se limita a "analisar causas" e a ter sentido crítico e autocrítico relativamente aos factores que conduziram às derrotas do socialismo, antes procura "colher ensinamentos", convicto de que "não foi o ideal comunista que fracassou mas um «modelo» que se afastou desse ideal em aspectos essenciais relativos ao poder político, à democracia participativa, ao Partido e à teoria".

Seria no entanto sobre as questões nacionais e os efeitos da política de direita nas vertentes económica, social, política e cultural que Jerónimo de Sousa desenvolveria mais detalhadamente aspectos centrais da análise saída do XIV Congresso. Desde logo para pôr a ênfase no protagonismo do Executivo no sentido de restaurar o capitalismo monopolista - um objectivo que considerou estratégico na acção de Cavaco Silva - e que tem expressão concreta na reconstituição dos grandes grupos económicos

dominantes através das privatizações e na ofensiva contra os direitos sociais e laborais dos trabalhadores.

Mas é ainda na "desfiguração e perversão da democracia política", no "reforço do aparelho especial de repressão", na "governamentalização do Poder e partidização do Estado", e na forma como se "degrada a cultura a nível do sistema educativo, pelo seu carácter dirigista, intolerante e discriminatório" que se podem avaliar no entender do PCP os verdadeiros propósitos do Governo e o alcance da sua acção contra pilares essenciais do regime democrático.

Alvo de reflexão foi também, por outro lado, a integração do nosso País na CEE, num quadro mundial caracterizado, como bem lembrou Jerónimo de Sousa, pela "crescente internacionalização dos processos produtivos" e pela "cooperação internacional".

Rejeitando quaisquer "soluções autárquicas e isolacionistas", o deputado comunista salientou a este respeito que se é certo que a integração de Portugal nas Comunidades constitui uma realidade objectiva que deve ser levada em linha de conta, tal "não dispensa", antes exige, que, no quadro comunitário, o "Governo português defenda os interesses portugueses recusando qualquer estatuto de menoridade com reciprocidade de vantagens e salvaguarda da independência e soberania dos Estados membros".

Nessa medida, alertou, a ratificação do Tratado de Maastricht pelo PSD e PS, "o seu conteúdo e as suas directrizes", mesmo "não sendo um processo fechado e irreversível, vai ao arripio da defesa da nossa plena independência e soberania".

Abordando a problemática da alternativa à política de direita, Jerónimo de Sousa reiterou a convicção do PCP de que existem "potencialidades para a levar por diante", como se comprova pela arrumação das forças de classe e pelas "possibilidades de novas alianças sociais", fazendo



o XIV Congresso foi uma grande afirmação de unidade, elevada consciência e maturidade política

notar, porém, que a sua viabilidade depende não apenas de uma larga "frente social anti-monopolista", como também da "convergência das forças democráticas, nomeadamente do PS e do PCP".

A natureza e identidade do PCP foram ainda invocadas pelo dirigente comunista para lembrar que "não é uma ofensa mas um elogio que nos fazem quando constatarem que não enjaitamos o heróico passado de luta e recusamos reescrever a História ao sabor da pressão dos ventos dominantes", concluindo que tal património não invalida, "antes coloca a necessidade de analisar o período da vida nacional em curso e definir no plano programático respostas criativas à situação existente e em movimento".

Leis eleitorais

Distorcer o sistema na mira do PSD

"Uma operação antidemocrática, anti-parlamentar e anti-Constituição", assim classificou Odete Santos a proposta global de revisão das leis eleitorais apresentada pelo PSD. Em debate faz hoje uma semana, na véspera da interrupção dos trabalhos para as férias de Natal, os três diplomas que formam este "bloco" de autêntica subversão ao sistema eleitoral foram aprovados na generalidade apenas com os votos da bancada proponente, baixando à comissão especializada.

Amplamente desmontados em debates anteriores, os propósitos da maioria voltaram a ser alvo do fogo cerrado da oposição, designadamente do PCP que não poupou críticas a um "golpe" que do seu ponto de vista tem como objectivo distorcer e defraudar a vontade popular.

"É a adulteração do sistema de representação proporcional, a tentativa de degra-

dação da democracia representativa e participativa tal como a nossa Constituição configura", alertou a propósito Odete Santos, acrescentando que nos seus objectivos o que faz correr o PSD é a ideia de "se eternizar no Poder com uma maioria absoluta formada com uma

percentagem de votos inferior a 40 por cento".

Essa é, com efeito, a única conclusão que resulta dos projectos apresentados. Veja-se o caso da lei eleitoral para a Assembleia da República, com a proposta de criação de um círculo eleitoral nacional, através do

qual, como explicou a parlamentar comunista, seriam eleitos 30 deputados, sendo os restantes 196 eleitos por 30 círculos eleitorais locais, escolhidos através de uma cuidadosa "operação de engenharia" eleitoral talhada à medida dos interesses do partido do Governo.



Para a formação comunista, a proposta global de revisão das leis eleitorais constitui uma verdadeira subversão do sistema eleitoral destinada a perpetuar o PSD no Poder

Uma operação que para lá dos seus inconfessáveis objectivos políticos enferma ainda de flagrantes inconstitucionalidades. Na verdade, ao situar um limiar de cerca de três por cento para o círculo nacional, só acima do qual um partido poderá eleger deputados, a proposta do PSD colide frontalmente com a Lei Fundamental, na medida em que "distorce o princípio da representação proporcional, criando uma verdadeira cláusula barreira proibida pela Constituição."

"Os limiares situar-se-iam em todos os círculos acima dos cinco por cento, crescendo em todos eles relativamente aos limiares obtidos pela lei actual", observou Odete Santos, antes de exemplificar com o caso de Lisboa, onde esse limiar passaria dos actuais 1,64 para 5,7 por cento.

Críticas não menos duras mereceu, por outro lado, o projecto relativo às eleições para as autarquias locais,

com a bancada comunista a acusar o PSD de querer "transformar artificialmente maiorias relativas em maiorias absolutas" e o PS, pela voz de Almeida Santos, a classificar a proposta laranja de "cegueira absoluta", porquanto, disse, a "regra constitucional da conversão de votos em mandatos é a proporcionalidade".

No que se refere à lei eleitoral para a Presidência da República, a questão que voltou a concitar as atenções foi o voto dos emigrantes - Dias Loureiro considerou-a o "grande pecado do sistema" - , com o PSD a fazer finca-pé na ideia de que só aceita a reforma das leis eleitorais se for aceite a sua proposta quanto ao voto dos emigrantes.

Uma chantagem política que tem como destinatário o PS (recorde-se que a aprovação final exige uma maioria qualificada de dois terços), mas que, tudo o indica, fica adiada para a revisão constitucional ordinária.

NACIONAL

Miguel Urbano Rodrigues na Assembleia: Emigrantes portugueses desfavorecidos na Comunidade

«Os emigrantes vivem entre a necessidade do reconhecimento dos seus direitos pelas entidades dos países de acolhimento e a ausência de apoios oficiais, defender a sua cultura, resolver os seus problemas. Ao contrário do que é afirmado, nem a integração de Portugal na CEE resolveu por si problemas inerentes à condição de trabalhadores e cidadãos portugueses, nem os organismos governamentais da emigração respondem às necessidades de adaptação às novas realidades comunitárias» - a citação é um extracto de uma intervenção do deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues na Assembleia da República na passada sexta-feira, a propósito da política de emigração.

«As promessas da reforma profunda das estruturas consulares continuam por concretizar. O rio da emigração, contra o que o Governo afirma, não foi contido», afirmaria Miguel Urbano numa intervenção parlamentar efectuada numa altura em que, tradicionalmente, muitos emigrantes portugueses estão entre nós para passar a quadra natalícia.

Dando como exemplo o caso da emigração em França, o deputado denunciou práticas que desmentem «a fantasia da igualdade dos cidadãos comunitários» como é o caso do pedido ilegal de cópias de arrendamento ou recibos de contas de luz e telefone «as enormes bichas que se formam nos locais onde os portugueses correm a fim de regularizar a sua situação» que confirmam que «o número de tra-

balhadores clandestinos era, entre a nossa gente, muito superior ao que o Governo admitia».

Mais adiante, Miguel Urbano Rodrigues faria referência ao problema dos consulados «com instalações e serviços obsoletos» e com os seus trabalhadores sem contarem com um estatuto profissional. «Na área da informação e assistência social o pouco que existe é insatisfatório. Serviços de apoio jurídico é coisa que não foi criada» foram outros problemas levantados nesta intervenção, para além do «encerramento de delegações do Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas» pretendido pelo secretário de Estado, Correia de Jesus.

Ainda largamente referido nesta intervenção foi o caso do ensino do português: «continua tudo na mesma, ou seja, nada se faz», denunciaria o deputado comunista, que exigiu a realização de um debate nacional sobre a política de emigração.

Fim da rádio em português

Miguel Urbano Rodrigues apresentaria entretanto dois requerimentos ao Governo sobre matéria que diz respeito à emigração: o fim das emissões da Radio France-International para a comunidade portuguesa, a partir do dia 1



Os problemas dos emigrantes continuam por resolver

de Janeiro, e a situação do Banco Franco-Portugais foram os assuntos levantados pelo deputado comunista.

Sobre o primeiro assunto, pergunta-se se o Governo tomou já alguma iniciativa no sentido de criar condições que permitam a continuidade das emissões em português (difundidas desde 1966) da Radio France-International através da sua rede própria que cobre uma área onde reside dois terços da nossa emigração naquele país. «Em caso negativo, está o Governo disposto a subsidiar, mediante acordo com a RF1, as emissões que vão ser suprimidas?», questiona ainda o deputado.

Sobre o Banco Franco-Portugais, «principal fonte de captação das poupanças dos trabalhadores portugueses em França», o deputado pergunta se o Governo já tomou alguma decisão quanto ao seu futuro e se é intenção do Governo manter a posição do Estado através da Caixa Geral de Depósitos. As dúvidas são suscitadas pela «política de privatizações do Governo português».

Não esperem pelo Dia da Mulher!

As organizações de mulheres querem que a AR agende a discussão dos projectos-leis aprovados em Março de 1992

Chamar a atenção para o facto de que, desde 10 de Março, aguardam agendamento na Assembleia da República vários projectos-leis que consignam importantes direitos para as mulheres portuguesas foi o objectivo principal de um encontro com jornalistas promovido na semana passada pelas organizações não governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher.

Num desdobrável editado pelas ONGs afirma-se que «a intervenção das mulheres é determinante» para que se concretize a discussão, aprovação e aplicação daqueles projectos-leis, apresentados por diferentes forças políticas e que dizem respeito à Lei da Maternidade e Paternidade, à igualdade no trabalho e no emprego, ao reforço dos direitos das associações de mulheres, à alteração da imagem feminina nos manuais escolares e ao apoio a crianças de famílias monoparentais.

Manuela Tavares referiu-se aos projectos-leis por agendar na AR, afirmando que «não devemos resignar-nos a que se fale dos direitos das mulheres apenas uma vez por ano, para comemorar o 8 de Março», tanto mais que os partidos continuam a afirmar-se interessados em avançar com os diplomas.

Dulce Rebelo, um pouco antes, falara sobre a actividade desenvolvida pelas ONGs, realçando o facto de se conseguir encontrar «na diversidade, uma plataforma para a defesa dos direitos da mulher, da igualdade e da dignidade a que tem direito».

Maria Helena Correia revelou que as organizações não governamentais da CIDM decidiram prosseguir este ano a atribuição dos prémios «Mulher Divulgação» e «Mulher Investigação», no valor de 250 mil e 600 mil escudos, respectivamente, como forma de estimular a criatividade e a investigação visando a melhoria da situação e do estatuto

das mulheres. Aos prémios foram este ano atribuídos os nomes de Elina Guimarães e Carolina Michaelis de Vasconcelos.

O regulamento pode ser obtido no Conselho Consultivo da CIDM (Av. da República, 32-1º esq., 1093 Lisboa Codex), para onde devem ser enviadas as obras concorrentes, até 31 de Janeiro.

A iniciativa foi promovida pelo grupo de trabalho da Informação das ONGs e reuniu, entre jornalistas e representantes das diversas organizações, mais de duas dezenas de pessoas, entre as quais a presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher. O interesse das organizadoras foi correspondido e houve assim ocasião para uma troca de impressões sobre os motivos por que os problemas das mulheres e a actividade das suas organizações não são referidos na comunicação social, em geral.

Descontentamento vence manobras do Governo

Médicos votaram por uma nova Ordem

Numa clara manifestação de descontentamento face à actuação dos anteriores dirigentes e à política de saúde de Arlindo Carvalho, Santana Maia e a lista A venceram por esmagadora maioria as eleições de dia 16 na Ordem dos Médicos.

Com um total de quase 12 mil votos entrados nas urnas, este acto eleitoral foi o mais participado de sempre na Ordem. O novo bastonário e a sua lista recolhe-

ram largo apoio entre a classe, nomeadamente por parte das estruturas sindicais mais representativas e de várias associações de clínicos, contabilizando cerca de 60 por cento dos votos. Braga de Macedo, que ocupava o cargo de bastonário da Ordem desde 1986, obteve cerca de 20 por cento, enquanto Gentil Martins, que foi bastonário de 1977 a 1986, recolheu pouco mais de 18 por cento.

Comentando os resultados das eleições, o novo bastonário disse aos jornalistas que a vitória se ficou a dever ao facto de os médicos não se reverem na direcção cessante, que acusou de ter uma actuação elitista e de distanciamento da classe. Santana Maia e a sua lista entendem que os médicos devem ser mais ouvidos e propõem uma consulta a breve prazo sobre o novo estatuto do Serviço Nacional de Saúde.

A identidade nacional na História de Portugal

No novo surto de publicações sobre a nossa história à incluindo várias histórias de Portugal de publicação recente, em curso de publicação ou anunciadas para breve à chama a atenção a «História de Portugal», editada pelo Circulo de Leitores, obra colectiva de uma larga equipa de historiadores sob a direcção do Prof. José Mattoso.

Apresentada na passada terça-feira, em conferência de Imprensa, na Sociedade de Geografia e, também, em várias entrevistas daquele prestigiado historiador, a

«História de Portugal» pretende «não multiplicar a informação, mas fazer ressaltar os grandes movimentos e descobrir a ligação dos fenómenos políticos com os económicos, sociais, culturais e mentais.»

Tal como Herculano, os autores querem escrever a história do povo português e não a história dos reis. Fazemos votos para que sejam bem sucedidos. E registamos com nota de interesse da Apresentação com que se inicia o primeiro volume, a afirmação de que «a prevalência dos factores colecti-

vos sobre os individuais é um dado adquirido pela historiografia contemporânea, apesar de ser necessário ter também em conta a acção voluntária e o acontecimento.»

Merece igualmente ser salientada a preocupação desta iniciativa historiográfica com a questão da identidade nacional. «O problema da identidade está presente em quase todos os capítulos», disse o Prof. José Mattoso na entrevista ao «Jornal de Letras».

Discordamos, no entanto, do cepticismo manifestado

pelo historiador quanto ao interesse que a questão da identidade nacional continua a merecer à opinião do país, ao desabafar: «Parece-me que isso se tornou bastante secundário na actualidade, em que a integração europeia se tornou uma verdadeira obsessão e tudo o mais importa pouco».

A oposição, as interrogações e dúvidas suscitadas pelo Tratado de Maastricht nos sectores mais lúcidos da opinião pública nacional parece, precisamente, demonstrarem o contrário.

VIII SONETOS de ARY DOS SANTOS

um texto de Manuel Gusmão
e
um desenho de Rogério Ribeiro

BACALHAU

O fiel amigo nascido do trabalho



PARA os portugueses, bacalhau é antes de mais um sabor. Que começa logo na infância, modulado em diversos gostos — há quem diga mais de mil — segundo as receitas que o preparam para a mesa de cada um. Um sabor que pôde ser de todos os dias, quando o bicho era fiel amigo, servido à mesa do pobre. Mas que se vai tornando raro — e caro.

No entanto, nem que seja uma vez por ano, o bacalhau une os portugueses, pelo Natal. Ou será que isso é apenas uma memória e haverá quem lhe não chegue ao preço? Com esta e outras perguntas partimos à pesca, a vê-lo fugir nas malhas que a CEE alarga nas negociações com os países que excluem a frota portuguesa da sua

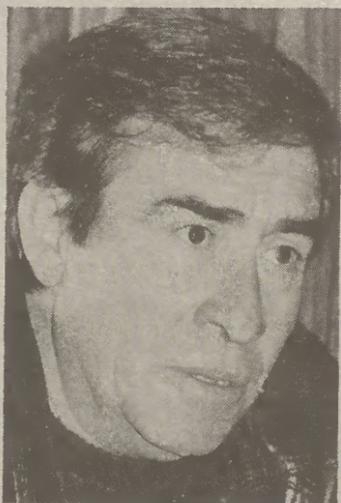
zona económica exclusiva. Fizemos entrevistas, revisitámos museus e recordações de trabalho duro de um antigamente de ainda agora, relemos notícias de antigas e de novas lutas dos que trabalham na pesca longínqua, ontem nos dóris isolados em nevoentas paragens, hoje em arrastões onde o gelo conserva o pescado e lhe tira o gosto. O bacalhau está aí, por esta quadra festiva, a encher balcões e montras. Importado. Enquanto os barcos portugueses balouçam de sono, amarrados nos portos. Como se a longa aventura dos bacalhoeiros tivesse terminado e nos ficasse apenas o gosto amargo que nos temperou a infância, do óleo macerado dos fígados de um amigo que deixou de nos ser fiel.

Gafanha da Nazaré

Um mar que já deu peixe

Foi fácil dar com ele na Gafanha da Nazaré, apesar das poucas indicações de que dispúnhamos. Afinal apenas foi preciso dizer o nome — José Alberto Loureiro — e irmos direitos à casa onde mora, atravessando o labirinto ordenado das longas ruas da terra. É um homem conhecido. Presentemente secretário da Junta de Freguesia, mas sempre eleito no Poder Local desde as primeiras autárquicas de 1976, em vários órgãos. Hoje, a CDU possui dois membros da Junta, em cinco, e três na Assembleia Municipal de Ilhavo, o concelho a que pertence «esta» Gafanha.

«É que Gafanhas há muitas», explica. E conta-nos do seu interesse em saber a origem deste nome que é dado a mais de vinte povoações em Portugal. «Uma das hipóteses é a palavra vir de gafaria. Mas não se conhecem vestígios aqui de uma gafaria, nome dado às antigas leprosarias. Outra hipótese levantada é a palavra ter origem na corruptela de gadanha; noutros tempos, de facto, cortava-se aqui, à gadanha, uma erva bastante salgada e nutritiva para engordar porcos».



José Alberto Loureiro:
«Gafanha da Nazaré tem o futuro ameaçado»

Mas é da Gafanha da Nazaré mais recente que queremos falar, onde toda a gente está ligada à pesca, «não há ninguém que não esteja, ou por si próprio ou pela família», como diz o camarada Loureiro, cujo pai e irmãos passaram todos pelo mar e pela pesca do bacalhau. «Trabalhei durante vinte e oito anos numa grande empresa de pesca aqui da Gafanha da Nazaré. Desde miúdo», especifica. Tem hoje cinquenta e dois anos e já conheceu outras profissões e países. Mas continua profundamente ligado a esta terra e ao seu mar e, na volta que damos com ele a servir de cicerone, vai dizendo do seu orgulho — o farol mais alto é o desta barra, aqui fica a maior seca e armazém de bacalhau, o maior frigorífico do país, o maior número de navios de pesca de bacalhau, que vemos amarrados e desertos, como se dormissem após um árduo trabalho.

Uma crise recente

Bacalhau só o vimos no prato, quando almoçámos em Aveiro. Nas extensas secas, nenhum. O tempo não dava para arriscar pô-lo fora. E se o víssemos não seria certamente pescado por unidades portuguesas. Seria talvez da Noruega, «Anselmo», como diz o anúncio. Nesta terra com cerca de cem anos, que começou e se desenvolveu em ligação com o mar e com a pesca do bacalhau, está tudo praticamente parado. É a crise. Os gafanhões, gente que também veio de norte e de sul fazer crescer a Gafanha, arriscam-se a não ter futuro.

«A crise é recente, tem quatro, cinco anos. E é devida, segundo sabemos, à entrada de Portugal na CEE, que veio condicionar a distribuição das cotas de pesca de bacalhau no que era o nosso pesqueiro habitual, o Canadá. Embora seja verdade que teríamos problemas, mesmo sem a adesão, porque a posição do Canadá é anterior à nossa entrada na Comunidade. O Canadá entendeu que o «quintal» era deles, que os bancos eram deles, criou a zona das 200 milhas e condicionou a pesca nas suas costas. «Eles vinham afirmando que, mais tarde ou mais cedo, nós teríamos de abandonar os pesqueiros; os nossos armadores nunca entenderam isso e hoje defrontam-se com a situação que vemos — basta ir ali à zona do porto para verificarmos que a maior parte dos barcos estão amarrados. As cotas de pesca são cada vez menores. E, para além de as cotas terem diminuído, não se pode ir aos pesqueiros habituais».

Mas é verdade o que diz o Canadá, ter havido uma sobrepesca?

«Julgo que sim. Não só por nós, mas por parte de outros países, alguns da Comunidade, outros de fora. Porque se pescou durante muito tempo, mais do que aquilo que era permitido. Ultimamente a situação tem vindo a agravar-se».

Mas se Portugal pesca pouco, há outros que não têm problemas...

«Há, porque mantêm os seus pesqueiros tradicionais. É o caso da Noruega. E o do próprio Canadá. Se havia frotas que pescavam lá e deixaram de o fazer... O bacalhau não diminuiu. Pelo contrário, segundo informações que tenho, a existência aumentou. Logicamente, esses países vão pescando cada vez mais, como a Noruega e a Islândia. Que são povos que não comem bacalhau! Nós passámos a ser talvez um dos únicos países do mundo onde mais bacalhau

se come. Os outros não comem, não gostam de bacalhau. Pescam-no e exportam-no.»

O sabor antigo

Sentamo-nos num café, à mesma mesa onde o «Avante!», todas as quintas-feiras, é distribuído. José Loureiro troca cumprimentos calorosos. Retomamos a conversa.

A nossa frota é insuficiente?

«É mais do que suficiente. Nunca entendi porque é que se foi aumentando em Portugal o número de navios, enquanto os outros países os iam diminuindo. Hoje, aqui, não existem menos navios do que existiam há vinte anos. Alguns até a trabalhar de uma forma que eu considero perigosa para a economia do país. Na medida em que somos apontados como estando a pescar, quando os navios andam arvorados em panamianos. Muitas empresas da zona arvoraram os navios em panamianos e continuaram a pescar na mesma. Apesar de alguns deles terem recebido subsídios de abate, mandaram-nos pescar sob bandeira do Panamá...»

Para fugir às cotas?

«Sim, para poder pescar mais do que tínhamos direito. É uma situação que ainda continua a suceder. Há problemas com o Canadá. Há o conhecimento de que algumas empresas deixaram de pagar ao Canadá as despesas que lá faziam. Proibiram-nos a entrada nos portos canadianos, só quando há problemas de saúde graves é que os navios portugueses lá podem aportar.

Quantos navios podem pescar bacalhau?

«Pelas cotas que nos são destinadas, um só navio chega para o bacalhau! Há mais de trinta navios, mas a cota — três mil toneladas — que nos está destinada, só dá para um. E três mil toneladas à saída do mar representam apenas mil toneladas à chegada cá. Devem andar a pescar seis ou sete navios. O resto está tudo parado.

Cada navio leva quantos homens?

«Sessenta. Já levou mais, cerca de oitenta. Leva menos, porque os navios foram transformados, de bacalhoeiros, como lhes chamávamos — de bacalhau salgado —, para a pesca de bacalhau congelado. Os navios hoje andam a pescar congelado. É mais fácil de tratar. E algumas empresas pescam ao mesmo tempo o «red fish», ou «comunistas», como nós chamamos aqui, e solha...»

Esses seis ou sete andam na pesca do «congelado»?

«Sim, embora o bacalhau salgado saiba melhor que o congelado. Depois de congelado, descongelam-no, salgam-no e vendem-no. O mesmo se passa com os navios russos que aqui vêm vender. Isto afecta a qualidade. Enquanto que a salga, antigamente, demorava seis meses — o primeiro bacalhau pescado ficava com seis meses de salga até o navio voltar. É por isso que hoje em dia se diz que o bacalhau não tem o sabor antigo. As pessoas queixam-se de que o bacalhau se desfaz, porque já não é prensado na pana — as panas eram divisões do porão onde o bacalhau ficava em salmoura e o próprio peso o prensava.»

Bacalhau em excesso

Há bacalhau que chegue, portanto?

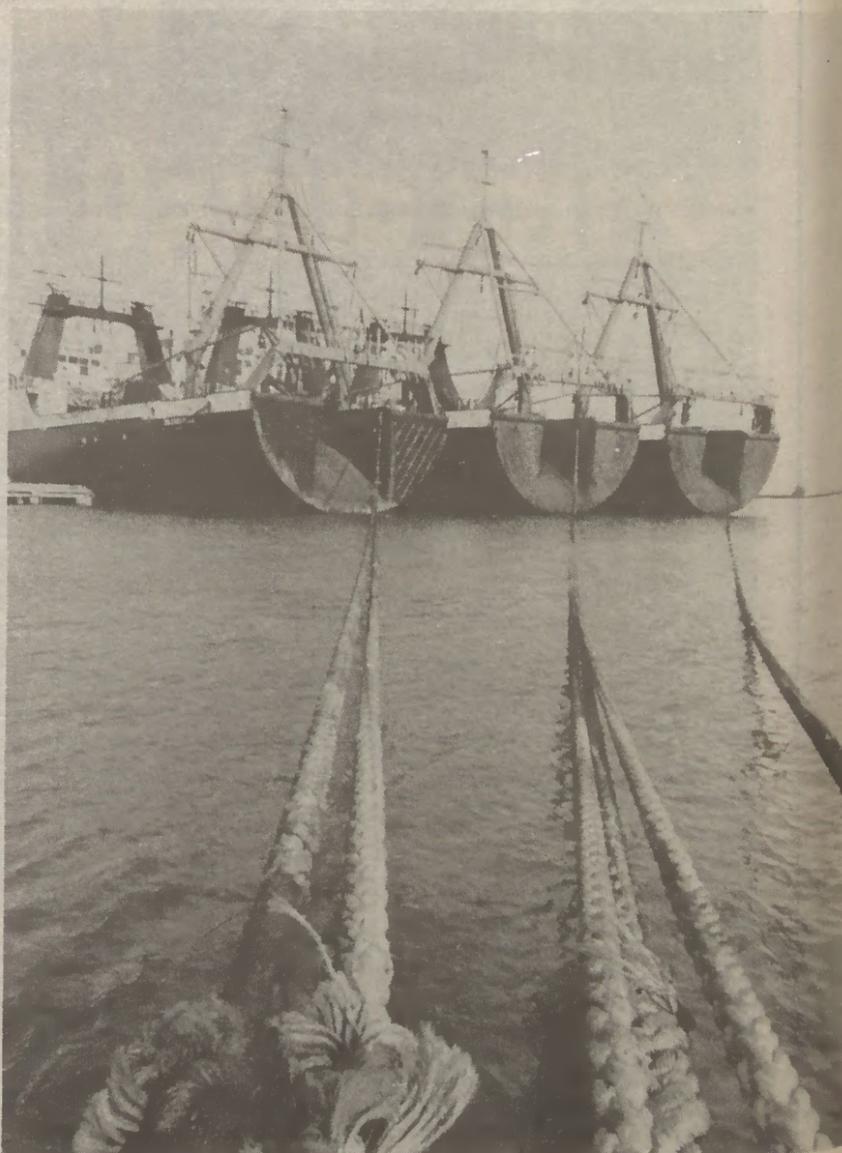
«Sim, neste momento até há excesso de bacalhau no mercado.»

Importado?

«Importado, sim. O que está a causar alguns problemas.»

Fica mais caro?

«Não só fica muito mais caro, como não dá trabalho a portugueses! Se o país importar tudo aquilo que consome,



Bacalhoeiros apodrecem amarrados ao porto de Gafanha da Nazaré

o que é que é feito dos portugueses? Para que é que a gente serve? Para comer?»

Fazendo as contas aos navios e empresas, quantas pessoas dependem do bacalhau?

«Na Gafanha da Nazaré, três a quatro mil pessoas estão ligadas à pesca do bacalhau. Uns pescam, outros transformam, outros trabalham nas serralharias, na reparação dos barcos, há as mulheres que trabalham na seca, as pessoas que trabalham no congelado, na embalagem. Tudo isto tem tendência para desaparecer. Há realmente uma profunda crise.»

Mas o bacalhau importado já vem pronto?

«Há o que já vem pronto; outro vem salgado da Noruega e da Islândia e depois é seco. Mas não é a mesma coisa que o bacalhau que vem em unidades nossas e depois preparado nas secas aqui da Gafanha.»

José Loureiro volta à questão da crise. E recorda que a Junta de Freguesia já pretendeu falar com entidades oficiais e até hoje não conseguiu: «A única pessoa que se preocupou minimamente com a situação foi o deputado do Partido Comunista Português, Rogério de Brito, que nos visitou e que trocou algumas impressões connosco. E se estiverem com ele, digam-lhe que estamos à espera de notícias.»

Desemprego

«Já há desemprego, ainda um bocado camuflado. Muita gente que começa a recorrer à Caixa de Previdência, alguns de certa idade que aproveitam para meter baixa e atingir a idade da reforma.»

As empresas já não oferecem segurança...

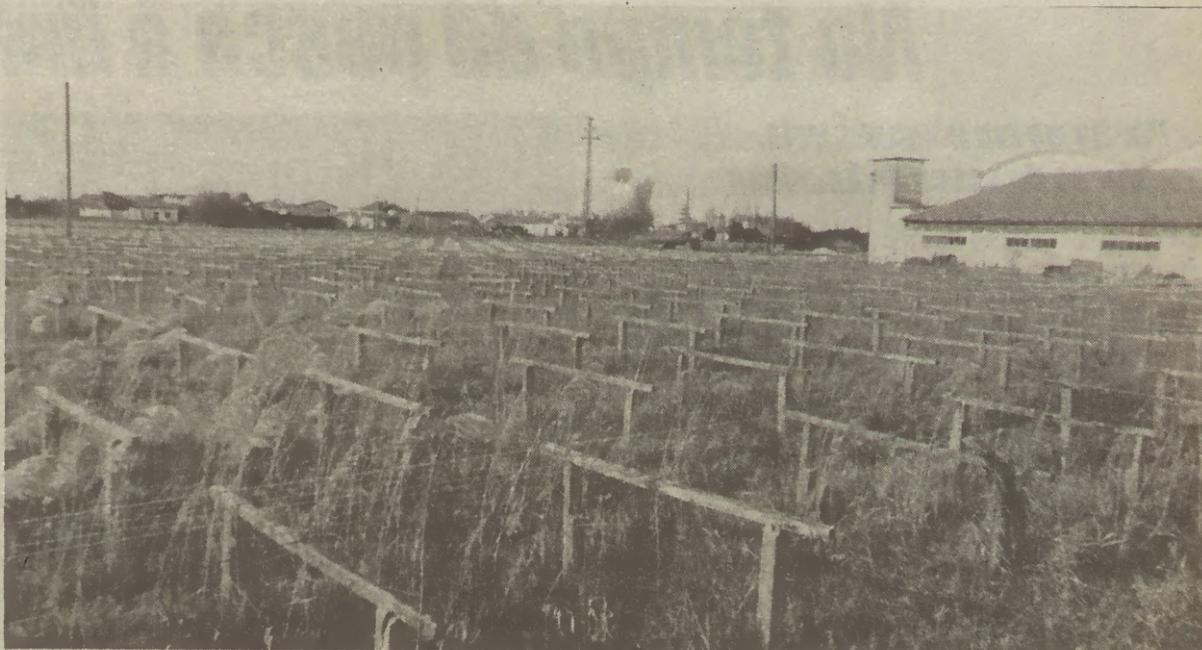
«Nenhuma, absolutamente. Aliás a segurança de emprego desapareceu. Com o advento dos «panamianos», muitos iam ao mar sem regalias absolutamente nenhuma. As ligações à própria empresa eram poucas. «O mercado da Gafanha, que era extremamente rico, começa a sentir-se que já não é o mesmo. Pensamos mesmo que é altura, antes de haver aqui um problema gravíssimo, olhar não só para o Vale do Ave, mas também para a Gafanha da Nazaré, e para o concelho de Ilhavo. Na Assembleia Municipal, o problema da fome já foi discutido, a fome das crianças nas escolas da Gafanha. A questão não é dar uma esmola a que tem fome. Diz-se, quando se encontra alguém com fome — não lhe dêis peixe, ensina-o a pescar. Aqui, com a dificuldades da pesca, começam já as pessoas a viver com dificuldade.»

«os navios estão ali todos amarrados», insiste. «Não é só o bacalhau, já se está a passar o mesmo com o resto da pesca. A importação invade tudo. São os espanhóis, são agora os russos.»

E conta como os espanhóis invadem o mercado com pescado que não querem, fazendo baixar os preços de modo radical. Quanto aos russos, recorda os navios soviéticos que ali vinham fazer reparações.

«Há menos de um ano, os navios russos começaram a trazer também bacalhau e a vendê-lo. Aperceberam-se da falta e vendem a preços baixos o congelado, que depois é transformado em salgado. As nossas unidades de pesca não podem competir com os preços a que nos é vendido esse bacalhau, pelos russos. É tudo aquilo que podem levar em dólares é muito importante para eles neste momento. Vendem ao desbarato, tudo o que venha à rede é peixe... E há quem diga que fazem outros negócios, por canais diferentes dos normais da venda do pescado. É o que se diz na Gafanha.

«Há outra situação pouco clara que também se está a passar, que é o abate das unidades de pesca. Diz-se que muitos armadores recebem o subsídio do abate das unidades, da CEE e do Estado, e os pescadores não recebem um tostão dos seus direitos. A sua empresa encerrou, ficam sem trabalho e não são indemnizados. O navio é abatido, o trabalhador fica pura e simplesmente na rua, sem direito a nada. Mas há mais — há quem despeça alegando «justa causa». Uma empresa aqui da zona fazia isto: como os trabalhadores estão hipoteticamente vinculados à empresa com um determinado ordenado — que quando não andam no mar corresponde a menos de um terço do salário mínimo! —, a empresa mandava-lhes uma carta, por exemplo, para a terra deles supunhamos em Viana do Castelo, a chamá-los para se apresentarem no navio que não ia sair para o mar. Ninguém se desloca essa distância para



Aqui secava-se bacalhau

ganhar 15 contos por mês! Nem dá para os transportes... Como o trabalhador não se apresenta, movem-lhe um processo disciplinar e é despedido com «justa causa»! Outros abatem as unidades e pronto, mandam o pessoal embora, sem qualquer obrigação de indemnizar. «Ora, uma parte dos subsídios de abate deveriam contemplar os trabalhadores, e não apenas os armadores. Quanto aos armadores, se alguns estão preocupados,

outros aproveitam. Sempre são umas centenas de milhares de contos para a reforma...»

O quadro é bastante sombrio, tal como o dia lá fora, com o céu a cobrir-se de negro. Antes da viagem de volta, perguntamos: que perspectivas para a Gafanha?

«Toda a gente tem medo do futuro, por aqui.

Contrariamente ao oásis, à ideia do oásis que o Cavaco vai dar à televisão, as tâmaras estão a secar por aqui.»

Comprar a consoada e pescar a «roupa velha»

A grande maioria do bacalhau que comemos é importado, já não é pescado por barcos portugueses: importamos qualquer coisa como 68 mil toneladas por ano e pescamos umas três mil. Para a frota nacional, obrigada ao limite de cotas negociadas pela CEE, sobram pois uns restos - que nem para cozinhar uma boa «roupa velha» dão, apesar de sermos o único país europeu que consome este peixe em tão substancial quantidade.

«A própria crise do bacalhau tem levado a que cada vez menos pescadores queiram ir para esta pesca, porque as remunerações não compensam a dureza do trabalho e de vida. Para além da dificuldade em formar tripulações, a tendência é a de os barcos irem com menos tripulantes em troca de melhores remunerações, acabando por haver uma sobrecarga de exploração do trabalho, com um pescador a

fazer muitas vezes o trabalho de dois», diz-nos Frederico Pereira, membro da Comissão Executiva da Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca.

A forma de pescar o bacalhau hoje em dia nada tem a ver, no entanto, com a de há 50 anos. «A época quase romântica mas muito dura em que então os pescadores actuavam, o tempo da pesca à linha com barcos sem qualquer tipo de condições já não existe». Hoje a pesca do bacalhau é fundamentalmente feita por arrastões, «embarcações que em termos de frota nacional serão até das melhores que temos», existindo ainda, paralelamente, alguns barcos mais velhos de redes de emalhar, «o que desde logo produz uma diferença fundamental, já que os arrastões não exigem trabalho fora de bordo».

«Isto não quer dizer que este não seja um trabalho especialmente duro: as campanhas do bacalhau, apesar de serem mais curtas do que foram em outros tempos, são ainda campanhas que duram meses, tempo esse em que os pescadores estão praticamente isolados e desenraizados, numa zona do planeta que certamente nenhum de nós escolheria para passar férias...», afirma o sindicalista em conversa com o «Avante!».

Neste momento haverá em Portugal cerca de mil e quinhentos pescadores envolvidos na pesca longínqua para um valor talvez sete vezes superior num passado ainda recente. Um movimento de abandono que é generalizado a toda a pesca, já que os jovens têm tendência a «fugir» a esta profissão, dada a falta de incentivos reais para o exercício de tão dura profissão. Essa a razão para o mercado de trabalho ter conseguido até agora absorver os pescadores que deixaram a faina do bacalhau, uma situação que não será eterna e que tem o preço de um acentuado envelhecimento do sector.

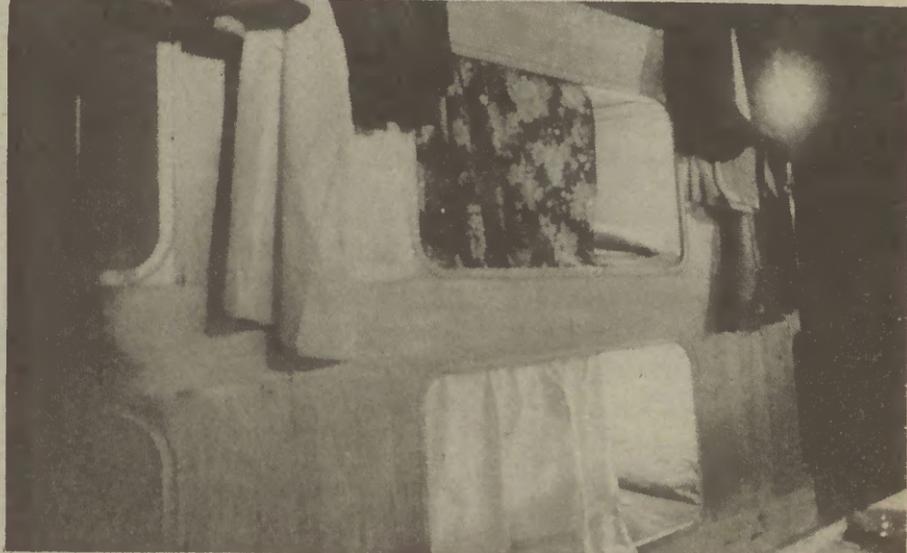
O auge da actividade da pesca longínqua foi em 1965 e desde aí tem vindo a decair. Mas em 1986, com a entrada de Portugal na CEE, a regressão acentuou-se. «Portugal

perdeu a capacidade de discutir autonomamente as licenças de pesca com países como o Canadá ou a Noruega, por exemplo. Individualmente, não sendo uma grande potência da pesca, era mais fácil para nós negociar as cotas de pesca do que integrados na Comunidade. Simultaneamente a isto, houve o alargamento generalizado das zonas económicas exclusivas para as 200 milhas, o que colocou maiores entraves à pesca por parte de embarcações estrangeiras», explica Frederico Pereira. Cada vez é mais significativo o número de abates de embarcações por abandono, até porque a CEE subsidia esse abate. Mas o que muitas vezes sucede é os armadores receberem o subsídio e continuarem a actividade «mudando a bandeira» do barco para um país como o Panamá que ainda por cima não cumpre as normas a que os países comunitários estão obrigados no domínio da preservação e recuperação de «stocks», por exemplo na área da NAFO (área «encostada» às 200 milhas canadianas). «Isto tem vários tipos de consequências e uma delas, no plano social, é que as condições contratuais que se aplicam sobre bandeira portuguesa não são cumpridas sob uma bandeira de conveniência, com perdas para os pescadores em matéria de segurança social e outros direitos».

Os sindicatos acusam o Governo e a CEE de não procurarem verdadeiras alternativas para o sector: «quem é que na Comunidade tem um significativo número de pescadores? Portugal e Espanha. Os outros países não estão interessados em defender o sector e muito rapidamente cedem nesta área das negociações comerciais com o exterior». Frederico Pereira atribui culpas ao Governo português pelo diminuto papel que desempenha na defesa de uma área de tão grande importância económica e social para o país. Junta-se ainda uma nítida falta de iniciativa e de interesse por toda esta área de actividade.



Frederico Pereira, membro da Comissão Executiva da Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca



Imagens do interior de um antigo bacalhoeiro numa «época quase romântica mas muito dura em que então os pescadores actuavam, o tempo da pesca à linha com barcos sem qualquer tipo de condições...»

No tempo da pesca à linha

• Partia-se em barcos à vela, os lugres da pesca do bacalhau

Os navios de vela eram classificados consoante o tipo de aparelho que possuíam. Alguns eram chamados de arte redonda, como as barcas e os brigues; outros, de arte latina, como os lugres e iates; e outros ainda, por armarem velas de ambos os tipos, eram chamados de mistos, deles sendo exemplo as escunas, os patachos e as variantes lugre-patacho, lugre-barca e lugre-escuna. Todavia, na maior parte das vezes, eram simplesmente lugres.

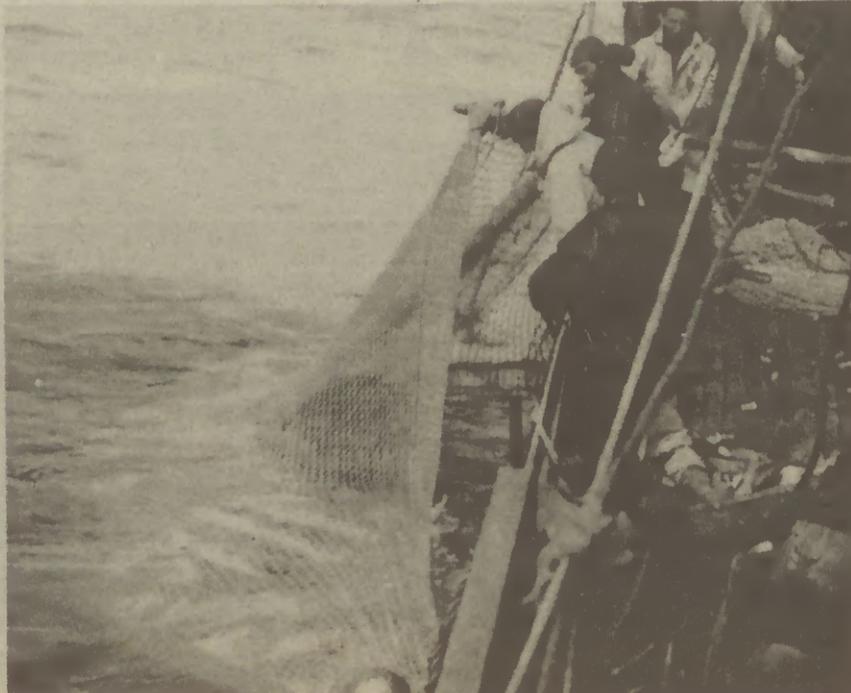
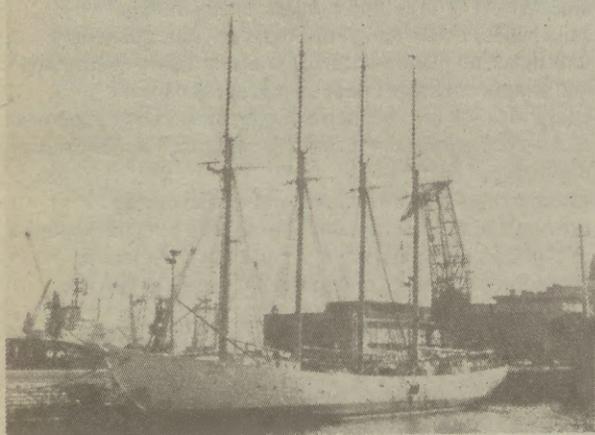
Estes barcos, inicialmente em madeira, passaram depois a ter o casco de madeira forrado a metal e, mais tarde, chegaram mesmo a ser totalmente construídos em ferro e a possuir motor auxiliar. Podiam ser de convés corrido, que apresentava a vantagem de se poder arriar ou içar maior quantidade de botes ao mesmo tempo, embora com o grave inconveniente de, por terem a borda baixa, serem mais fustigados pelas ondas alterosas, que os varriam de lés a lés com toda a facilidade. A introdução dos castelos da popa e da proa, entre outras poucas vantagens, obstava a tal inconveniente, mas dificultava o lançamento dos botes limitando-o a um ou, raramente, dois a cada bordo, ao mesmo tempo.

Os lugres tornaram-se os navios de vela preferidos dado que o exclusivo pano latino envergado, isto é, de proa à popa e ao meio do convés, facilitava os trabalhos e manobras nas bordas; eram, além disso, os navios mais velozes que se podiam chegar muito ao vento, de mais fácil manobra vélica e necessitando de menor tripulação do que navios com pano parcial ou totalmente redondo, para idêntica tonelagem.

Em termos náuticos, o lugre é um navio de vela que possui três ou mais mastros do mesmo tipo e dimensões, cada um deles armando um mastaréu de gave-tope que enverga uma vela adequada com o mesmo nome. Os mastros armam velas latinas quadrangulares, sendo a do mastro da mezena, ou da ré, maior que as restantes. Tem ainda gurupés com mais mastaréus para armar velas próprias de proa: polaca, estai, bujarrona e giba. Pode ainda desfraldar velas latinas de entre mastros.

Os lugres mais pequenos levavam pouco mais do que uma vintena de dóris (22 como o «Lousado» e «Ana Maria»), mas outros chegavam a sessenta e mais (65 como o «Madalena» e «S. Rui»), de acordo com TEIGA (1982). O «S. Gabriel», quando à linha, levava mais de oitenta dóris de 6,2 metros, aninhados 8 a 8, os de popa 4 a 4, conforme informação pessoal do seu comandante.

É necessário chegar aos anos 60 para que os lugres desapareçam aos poucos, mas definitivamente, levando consigo a magia pictórica da navegação à vela, último repositório das mais gloriosas tradições náuticas de uma nação que ergueu a Epopeia dos Descobrimentos.



• **Chegados os lugres à Terra Nova, começava a faina. Dos lugres saíam os dóris**

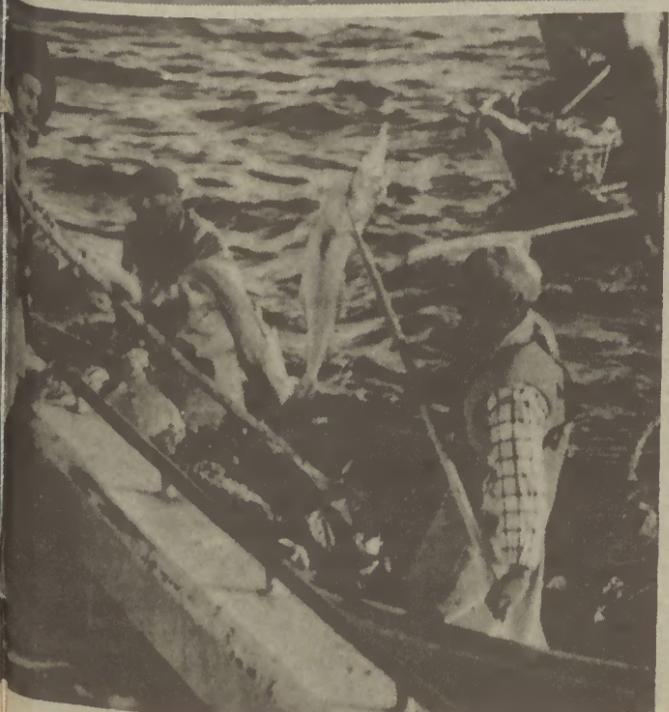
O dóri é um tipo de embarcação miúda que foi durante muito tempo usada na pesca à linha do bacalhau, nos mares da Terra Nova e da Gronelândia. Mede cerca de 6 metros do comprimento, tem fundo chato e costado trincado e possui bancadas facilmente removíveis, para que possam ser aninhados uns nos outros, com comodidade de arrumação e poupança de espaço durante as viagens aos bancos de pesca e quando permaneciam no porto armador entre os períodos de campanha.

Cada dóri era utilizado por um só pescador, deslocando-se a remos, ou armando vela para procurar os locais de pesca. Durante muito tempo, o sistema de pesca era o de duas linhas, uma a cada bordo, com um ou dois anzóis; mais tarde passou a utilizar-se o trote, ou seja, uma linha muito maior com inúmeros anzóis; denominado sistema americano, por sua vez, desapareceu com a chegada dos vários tipos de pesca de arrasto.

A origem do termo «dóri» é muito controversa.

FILGUEIRAS, em «Barcos» (A Arte Popular em Portugal, vol. III, cap. VIII), aponta como causa a semelhança de forma entre os douros — embarcações do rio Douro — e os dóris, ao mesmo tempo que lhes atribui um certo parentesco, embora assinala também como provável uma origem bretã para o termo, que derivará o seu nome da palavra «dor» (escaravelho). Por outro lado, H. LEITÃO e J. VICENTE LOPES (1947) e outros autores admitem que «dóri» seria o inglesamento da palavra «douro» e referem também a semelhança entre as duas embarcações, evocando a representação do douro em BALDAQUE DA SILVA (1891). Contudo, este autor, no pormenorizado capítulo dedicado à pesca do bacalhau, indica o uso de certas embarcações denominadas «wary» ou canoa, nunca utilizando o termo «dóri». Toda a iconografia parece mostrar um tipo de bote semelhante.

Vários dicionários e enciclopédias nacionais e estrangeiros referem para a palavra «dory» origem inglesa, anglo-americana ou mesmo americana. Definem a embarcação, sempre, como um barco de fundo chato, com secção transversal em V, costado trincado, proa e popa pouco erguidas. As bancadas são desmontáveis para poderem ser aninhados uns nos outros aquando do transporte para os locais de faina de pesca do bacalhau.



• **Os dóris voltavam ao lugre-mãe, o bacalhau vinha para bordo para ser escalado**

Chamados os dóris para bordo por sinal convencional — em dias claros, a bandeira de serapilheira, em dias de névoa, o tiro de canhão seguido de sinais de *fog-horn* —, atracam ao navio e os pescadores, de pé, neste pequeno barco em constantes oscilações pelo movimento das águas, atiram o peixe para os quetes com uma espécie de forquilha com cabo de madeira, designada por garfo. Os quetes são divisórias paralelipipédicas, cujas paredes começam por ser de madeira, mais tarde substituída, por volta dos anos 40, por grades de ferro. Costumam ser dois a três por bordo, comportando cada um duas a três mesas de escala; a sua capacidade oscila entre os 15 e os 30 quintais, consoante o tamanho do navio. Montados nas vésperas da saída ou em viagem, desmontam-se, lavam-se e arrumam-se, de regresso, em viagem para Leste. Dóris içados, terminada a refeição, iniciam os pescadores, por equipas, as fases de preparação do bacalhau — trote, evisceração, decapitação, escala — nas quais cada um tem

uma função definida.

O troteiro trabalha junto do rebordo curvo que garante o topo do quete, donde tira o peixe. Munido com uma faca de lâmina direita, em forma de punhal com 15 cm de gume, a faca de trote, dá-lhe um golpe transversal profundo na garganta seguido de um golpe vertical sobre o ventre até ao umbigo, terminando com dois ligeiros golpes no pescoço de forma à região céfalo-branquial ficar somente agarrada ao resto do corpo pela coluna vertebral e, assim, facilitar a evisceração e decapitação, colocando o peixe sobre a mesa.

O parte-cabeças, afastadas as paredes do abdómen, retira o fígado através do buraco da mesa de escala para um cesto; em seguida, arranca a partir do umbigo todas as vísceras até ao pescoço, separando com uma pancada, na quina da mesa, a cabeça do peixe que lhe fica segura na mão esquerda, atirando-a para o convés, a fim de se lhe aproveitar a cara ou a língua. Com a mão direita, coloca o



No tempo da pesca à linha

peixe com o rabo enfiado na travessa à sua esquerda ao alcance do escalador. Este homem não dispõe de qualquer instrumento auxiliar de corte.

O escalador vai dar ao bacalhau a forma espalmada que todos conhecem, que tem por fim aumentar-lhe a superfície ventral, permitindo que a salga se faça numa maior extensão e de uma forma mais uniforme. Retirando com a mão esquerda o peixe da travessa atrás referida, encosta-o pelo dorso a um barrote oblongo. Com a faca de escala na mão direita, de lâmina pesada, curta e curva, começa por dar um golpe pela parte superior da espinha desde o cachaço ao rabo, fazendo uma deslocação do bacalhau para a sua esquerda, enquanto prolonga o golpe. Em seguida, colocando o bacalhau com a região do umbigo sensivelmente no extremo direito da mesa, mas com a mão esquerda agora na espinha, dá-lhe um segundo golpe pela face interior da espinha, no sentido contrário, isto é, do umbigo ao cachaço, cortando, finalmente, com um terceiro golpe, o vértice da espinha. De seguida, é atirado para a selha, sobre a qual se apoia a mesa de escala.

Há estrados fixos colocados no convés para apoio da equipa de escala, para evitar, pela imobilidade dos homens, a permanência contínua na água que várias vezes assoma ao convés e que constantemente verte das selhas. Na selha, o peixe é lavado em água salgada aspirada do mar por uma bomba manual, mais tarde substituída por uma bomba a motor.

Após a lavagem, o bacalhau é retirado pelos garfeiros e lançado num estrado, que apresenta fendas em todo

o comprimento por onde a água escorre — o escorredouro.

Em navios com distâncias grandes entre escotilhas do porão, usou-se uma carreta para transporte do peixe, que rolava sobre o escorredouro e que evitava que o bacalhau fosse arrastado, garfado e picado muitas vezes.

Finalmente, depois de escorrido, é lançado através de mangueira de lona para o porão, onde sofre a última fase de preparação — a salga.

Evolução no escorredouro não houve; por volta dos anos 60, as selhas, porque pesadas e de difícil arrumação passam a ser substituídas por canejas de zinco, com água corrente, amovíveis, suspensas no convés em armação de ferro e inclinadas para vante ou para ré, conforme a escotilha em que a salga se processa.

No convés, ainda figuramos os moços que têm por função aproveitar as caras ou línguas; no dia seguinte, estes rapazes procedem ao aproveitamento dos samos — retirados da espinha do bacalhau por um pequeno garfo —, à sua raspagem e à salga de todos estes derivados.

A sangria é uma primeira operação referida por estudiosos dos anos 40 e 50, que deveria ser imediatamente executada pelo pescador no dóri, com o peixe ainda vivo, para uma melhor conservação.

Constata-se que apenas se ia efectuando no tempo exclusivo da pesca à linha, porque era um tipo de pesca mais lento que o permitia fazer. Com a zagaia ou o trol era praticamente impossível de executar, pelo tempo que roubava e pelo excesso de sangue coalhado que deixava no dóri.

• E depois de escalado, o bacalhau era salgado

A salga é a última operação que o bacalhau sofre, a bordo, indispensável à sua conservação e que é efectuada no porão. O porão é o espaço do navio destinado à carga, limitado pela anteparo da proa contígua ao Paiol de mantimentos e no rancho e pela anteparo da ré, que nos antigos veleiros, era contígua aos aposentos dos oficiais (câmara ou salão). Neste porão, aparecem prumos de madeira no sentido longitudinal e transversal que sustentam a estrutura do convés (os pés de carneiro) e ainda os vimes, que, no sentido transversal, ajudam à travessão da ossada do navio. É entre estes prumos que, por colocação de madeira, se fazem as divisórias do porão — as panas. Estas ainda são subdivididas em três partes chamadas *hinos*, dois à amurada (de bombordo e estibordo) e o *hino* do meio. Na impossibilidade de expor um porão inteiro, limitámo-nos a apresentar meia secção de um porão de um antigo veleiro, tipo Gazela I, desde a sobrequilha até meia altura. Quando o navio se dirige para os pesqueiros, o porão vai carregado de sal, só com uma das divisórias, a pana de proa vazia; esta leva, por vezes, barricas de farinha, amarras, apetrechos de pesca, remos, madeiras dos dóris, varas de eucalipto, isto é, material que, em viagem, é distribuído para estafeço e alivia a pana.

Iniciado o processo da salga, o peixe é passado do escorredouro do convés para o porão, através de uma mangueira de lona, caindo na dala donde é garfado pelo passador de peixe para um dos hinos vazios, pronto a recebê-lo. Aí, dois salgadores, vestido de roupa oleada e botas de borracha, com os joelhos protegidos da humidade por joelheiras, ajoelham-se sobre um encerado, ligeiramente virados um para o outro, com o alfabuche entre os joelhos.

O passador de sal (sempre sobre um hino com sal), grita: «Sal! Sal! Sal!» e o salgador instintivamente puxa o balde de sal e despeja-o no alfabuche.

O garfeiro ou passador de peixe, junto à dala, grita: «Peixe! Peixe! Peixe!» e vai atirando o bacalhau para o meio dos dois salgadores. Estes gritos de aviso facilitam a mecanização do serviço e fazem com que os salgadores quase instintivamente peguem no balde do sal sem olharem para ele e se acatelem no sentido de não apanharem com algum peixe sobre as mãos, o que iria redundar, por possível ferimento, em prejuízo do seu próprio trabalho. Os salgadores, consoante a posição em que se encontram, agarram o peixe com a mão direita ou esquerda e estendem-no com os cachaços para as anteparas de vante ou de ré do hino e começam a salgar o peixe à mão (só mais tarde as luvas de lã de cinco dedos protegidas por luvas de borracha são introduzidas), com mãozadas de sal, do cachaço para o rabo. Seguidamente, a meio da *canja* (primeira corrida da salga de peixe com cerca de meio metro de altura por meio metro de largura), põem o peixe quer de cachaço quer de rabo para a amurada, ficando todos os espaços tapados; o

DÓRI. PLANO GERAL

A. Dóri com vela grande e giba

1 — Polé. 2 — Mastro. 3 — Carangueja. 4 — Retranca. 5 — Giba. 6 — Vela grande. 7 — Escota. 8 — Estai. 9 — Adriça do pique. 10 — Urracas. 11 — Testa. 12 — Gurutil. 13 — Valuma. 14 — Esteira. 15 — Gurutil. 16 — Valuma. 17 — Esteira. 18 — Envergue. 19 — Punho da escota. 20 — Punho da amura. 21 — Punho da boca. 22 — Punho da

costado. 8 — Dormente (sarreta). 9 — Bancada. 10 — Tábua da boca. 11 — Tábua do meio (superior). 12 — Tábua do meio (inferior). 13 — Cövado. 14 — Falca. 15 — Verdugo. 16 — Painei da popa. 17 — Curva da roda da popa. 18 — Chumaceira. 19 — Forqueta com estropo. 20 — Baliza. 21 — Painero. 22 — Jaga.

B. Vista da secção longitudinal interior do dóri

1 — Capelo. 2 — Focinho. 3 — Roda da proa. 4 — Curva da roda da proa. 5 — Carlinga. 6 — Mastro. 7 — Travessa do

C. Vista vertical da boca e do fundo do dóri

1 — Arganéu. 2 — Alça da proa. 3 — Carlinga. 4 — Enora da bancada. 5 — Travessa do fundo. 6 — Travessa do costado. 7 — Bancada. 8 — Bueira. 9 — Dormente (sarreta). 10 — Chumaceira. 11 — Bronze com orifício da forqueta. 12 — Alça da escota. 13 — Alça da popa. 14 — Painei da popa. 15 — Jaga. 16 — Baliza

D. Vista de proa e de popa do dóri

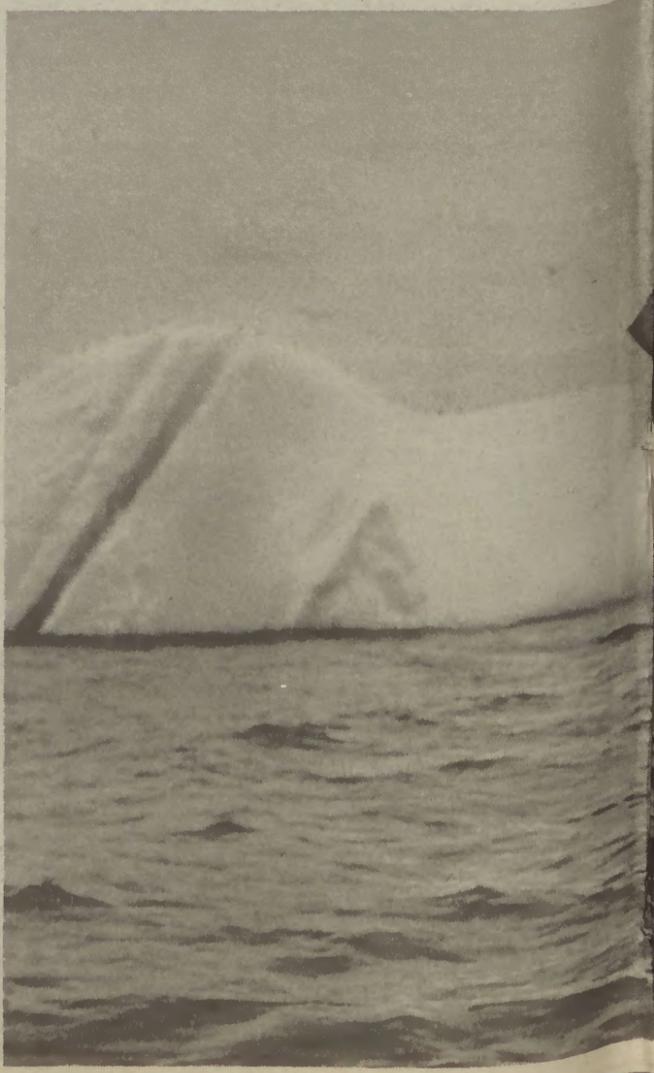
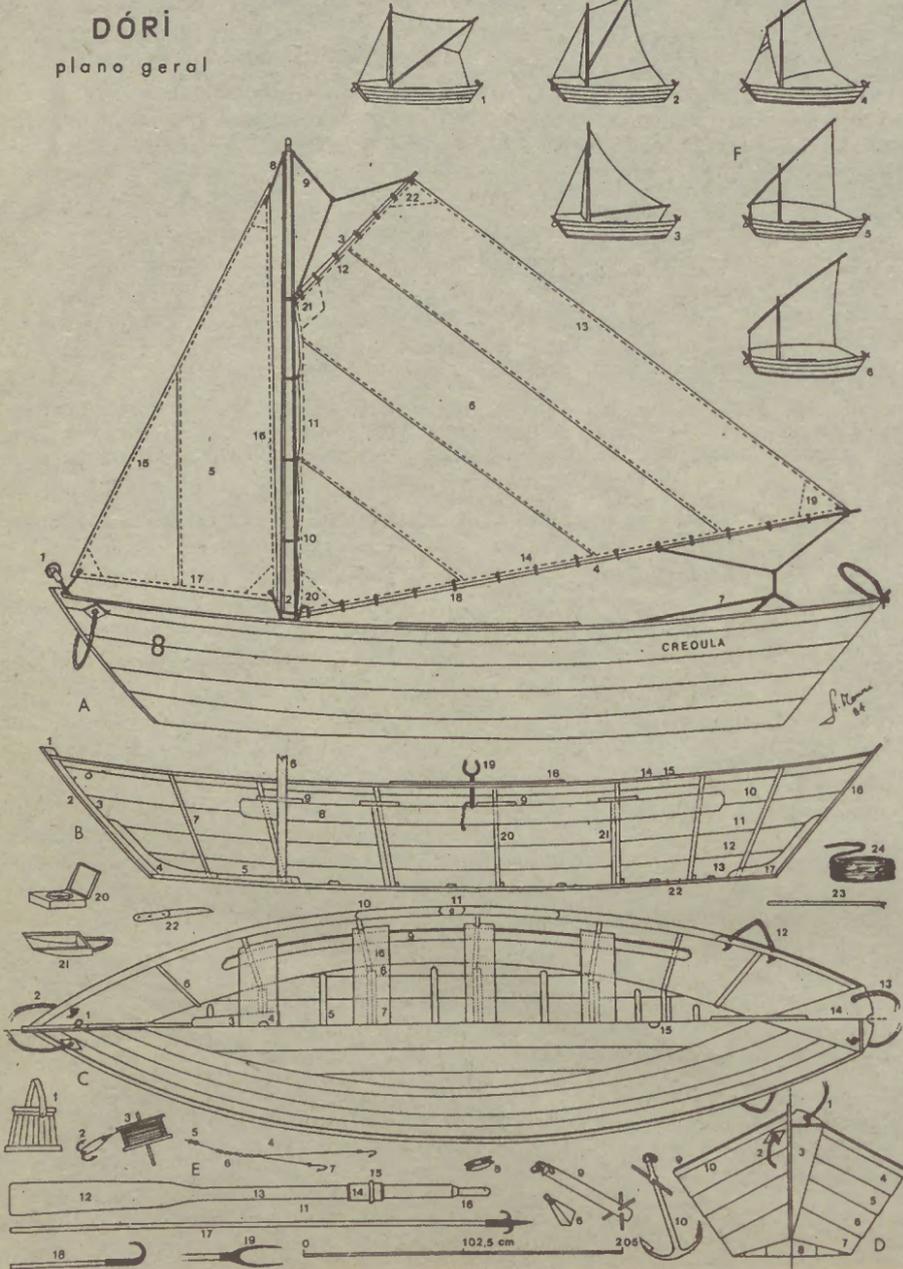
1 — Alça da popa. 2 — Alça da proa. 3 — Painei da popa. 4 — Tábua da boca. 5 — Tábua do meio (superior). 6 — Tábua do meio (inferior). 7 — Cövado. 8 — Tábua do fundo. 9 — Falca. 10 — Verdugo.

E. Acessórios da palamenta do dóri

1 — Foquim. 2 — Aza-gaia. 3 — Ril. 4 — Estralho. 5 — Destorcedor. 6 — Chumbeira. 7 — Anzol. 8 — Nepa. 9 — Grampolim. 10 — Ancorete. 11 — Remo. 12 — Pá do remo. 13 — Haste do remo. 14 — Forra do remo. 15 — Pinha de anel do remo. 16 — Punho do remo. 17 — Croque. 18 — Bicheiro. 19 — Forquilha. 20 — Caixa da bússola. 21 — Bartedouro. 22 — Faca. 23 — Desembuchador. 24 — Roda.

F. Tipos de velas armadas pelos dóris

1 — Vela triangular com giba. 2 — Vela de espicha com giba. 3 — Vela de baioneta com giba. 4 — Vela de pendão. 5 — Vela latina triangular. 6 — Vela latina bastarda.



peixe, ligeiramente mais alto a meio faz com que a salmoura escorra para os extremos da canja. Acabada esta primeira canja, os salgadores limpam o sal caído no encerado e recuam para fazer a mesma operação. Geralmente fazem três canjas por hino do meio (estamos a exemplificar com meio hino) e para efectuar a terceira canja, passam para cima do peixe salgado, viram-se na posição contrária à que estavam, tapam o último terço do hino e elevam-se como se efectuassem, de novo, a primeira canja. Este hino vai subindo, subindo, subindo, até cerca de dois metros de distância do tecto do porão.

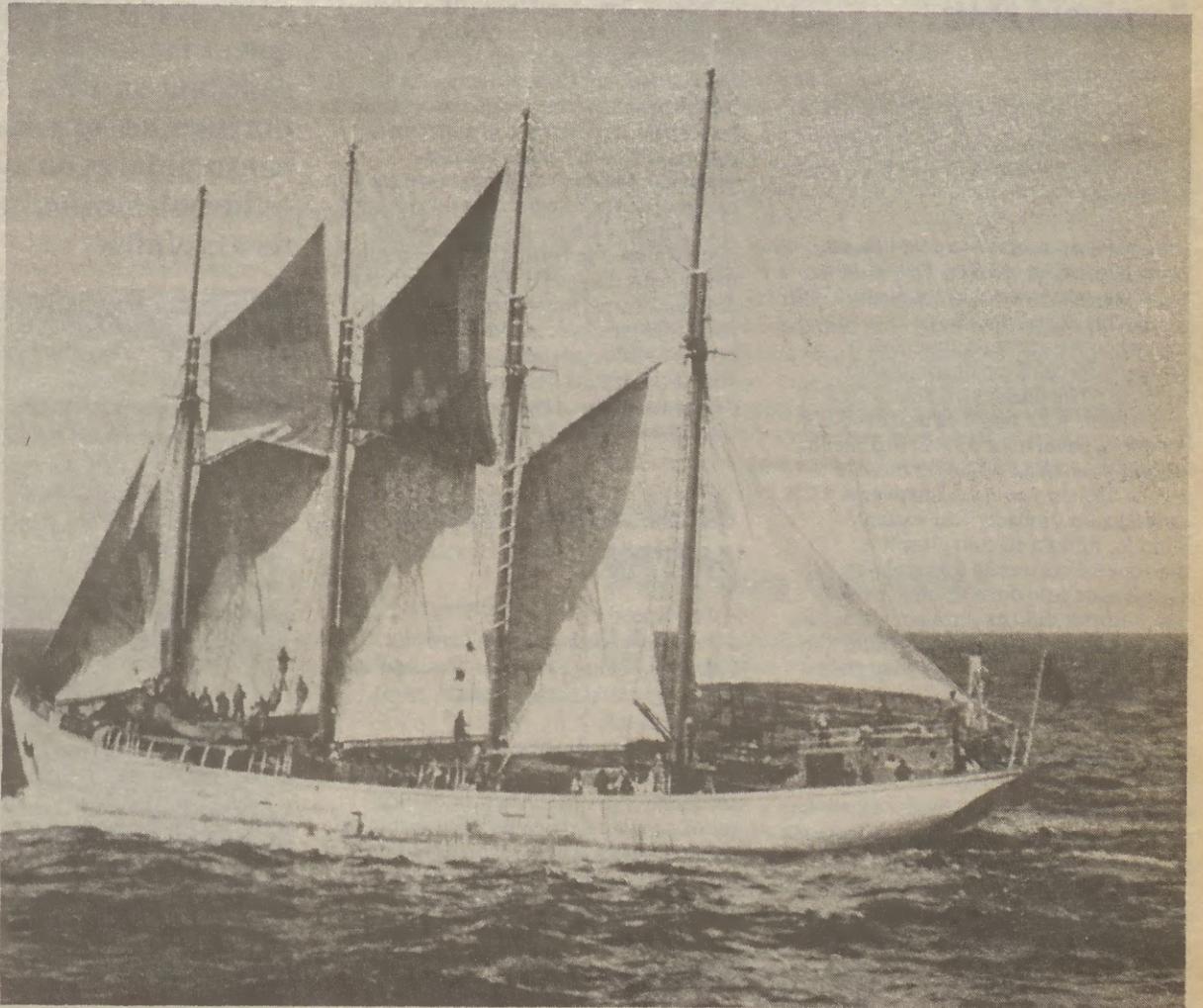
Safam-se os hinos da amurada, indo o sal destes hinos para as panas contíguas (serviço feito, com o auxílio de pás, pelos moços de convés e, muitas vezes, pelos ajudantes de cozinha), e passam a salgar os hinos da amurada... e assim se vai repetindo sucessivamente a operação.

O peixe vai abatendo bastante devido à dissolução do sal, por força do balanço e sobrecarga de sal que leva em cima. Daí que em anos de carregamento, haja duas operações finais: o *abarrote* e o *empanque*. O *abarrote* consiste em salgar o peixe até ao cimo da pana desde que haja possibilidade do salgador trabalhar, muitas vezes já com a cabeça encostada ao tecto do porão; o *empanque* consiste em encher uma pana já abatida com peixe curado (com bastantes dias de salga), de uma pana contígua.

O sal preferido para a salga é o de Setúbal e Lisboa (Alhos Vedros e Alcochete), porque é mais rico em cloreto de sódio e tem menos areia que o de Aveiro. Os navios de Aveiro nunca levaram sal daqui, salvo num ou noutro caso de precisarem de lastro para sair a barra. Também o sal espanhol de Cádiz e Torrevieja era muito procurado pela sua qualidade (sal gema) e por questões económicas. Após a campanha, se sobrar sal, é retirado para as secas, para se proceder à lavagem do porão com mangueiras e água salgada, bem como à sua desinfecção com metabisulfito de sódio em determinada percentagem, produto que combate o *roube* do peixe, o tal vermelho provocado por micróbio aeróbio existente no próprio sal.

Os salgadores são pescadores com mais vocação para a salga e que se vão mantendo de uns anos para os outros. Formação especial ou técnica, não tinham; iam aprendendo com a prática e essa escola ia-se aperfeiçoando durante a descarga, a que os pescadores assistiam e ao verem a qualidade da salga, contrariavam a tendência de mais ou menos sal, no ano seguinte.

Por mais arriscado e violento que seja o trabalho da pesca, por mais custoso e árduo que seja o dos escaladores, tenho lido que nenhum deles se pode ainda comparar com o dos salgadores no porão. Em algumas povoações de pescadores, mulheres havia que diziam aos filhos pequenos quando eles faziam maldades: «Se não tens juízo, mando-te embarcar de salgador num navio de bacalhau». A posição incómoda, a frouxa claridade vinda da escotilha, umas pobres velas, os efeitos da humidade, as consequentes feridas nas mãos, a responsabilidade do trabalho controlado sistematicamente pelo capitão, faziam do cargo uma tarefa extremamente penosa.



Como se vivia a bordo

Os beliches ocupam no navio a zona de vante, sob o convés, área que com a cozinha incluída se designa por rancho e aparecem-nos no sentido longitudinal, quer de um bordo, quer de outro, organizam-se, normalmente em três fiadas. Estes são réplica do lugre-patacho *Gazela I*, construído em Cacilhas em 1883, para 41 tripulantes. Os beliches inferiores vão estreitando, no sentido da proa, mas os superiores vão alargando, devido à abertura natural das amuras do navio.

Nos beliches mais estreitos, sempre preferidos, dorme só um homem; nos outros, dormem dois, sendo normalmente a divisória uma tábua longitudinal. A distribuição dos homens pelos beliches é feita pelos cozinheiros, dando preferência de escolha aos tripulantes naturais do porto de armamento. Nos beliches duplos, há a preocupação de agrupar homens por laços familiares (pai e filho, irmãos) ou por conveniência de serviço (um pescador maduro e um verde). O número de beliches depende da capacidade do navio e, consequentemente, do número de pescadores. Os beliches foram, ao longo dos anos, sofrendo transformações, chegando mais tarde, pela década de 40, a distribuir-se por dois pisos (rancho de cima e rancho de baixo), em fiadas de dois.

São propriedade do tripulante o colchão de riscado cheio de palha, a cabeceira com algumas fronhas, o cobertor mais fino que substituiu o lençol, o cobertor de papa ou serrano e ainda, eventualmente, a manta de trapos. O pescador dorme vestido, apenas tira as botas.

Cada beliche tem umas prateleirinhas onde o pescador arruma a latinha do tabaco, a lata da costura, os apetrechos da barba; as fotografias da

família coladas na antepara geralmente do lado da cabeceira e as pagelas dos santos da sua devoção também não são esquecidas.

Uma cortina de riscado, pano cru ou lona dá maior aconchego ao pescador e protege-o de qualquer humidade. Todo o conjunto é um espaço muito exíguo que apesar de tudo, tem de fornecer alguma arrumação ao pescador: «nas latas», delimitadas superiormente pelos vaus do navio e inferiormente por algumas ripas, colocam roupas oleadas sobressalentes, sacos de lona vazios e linhas de pesca. Cabides fixados nas guardas de beliche (um por homem) servem de suporte à roupa oleada de uso.

Também as locas, além de servirem de assento, oferecem mais um espaço de arrumação ao pescador: são uma espécie de corredor longitudinal, com várias tampas, em que cada homem tem o seu espaço para guardar umas latas de óleo, uns tamancos, umas zagaias, umas linhas. Para além da roupa de cama, e da roupa oleada que constitui a roupa específica de pesca do bacalhau, o pescador leva o seu «enxoval», mais ou menos abundante, de acordo com as suas posses, mas em princípio previsto para uma viagem de seis meses, com mudança de roupa quinzenal, carinhosamente arrumado, em terra, pela mulher do pescador: ceroulas, camisetas, camisas, camisolas, meias (chegaram a ser trinta pares), luvas, barretes, lenços tabaqueiros.

A roupa de cama, a oleada e a restante são arumadas em sacos de lona (um maior ou dois menores, consoante o gosto), fechados por cadeados de diversos metais e alojados a bordo, aos pés do beliche, ou à amurada, indo a roupa suja, aos poucos, para debaixo do colchão. Ainda sob a mesa, a bombordo e a estibordo, há uma ripa com um prego ou camarão destinado às botas.

O espaço do chamado rancho é de tal modo limitado que o pescador, mal se levanta, pousa na loca e aí se senta para a refeição. A mesa, com ou sem aba, com cerca de 60 cm de largura, tem a forma de V, aberta, portanto, interiormente, para o cozinheiro ter acesso a cada um dos lados.

Consoante a área do rancho, também pode surgir em triângulo fechado. É guarnecida com umas ripas que aguentam pratos, canecas, terrina, bandeja, almotolia do azeite, tabuleiro do pão e garrafa do vinagre, devido ao balanço do navio.

É neste espaço apertado e atafalhado que os pescadores comem e dormem durante meses, com falta de carinho, de conforto e de higiene, mas com a força anímica de carregar o mais rapidamente possível o barco que os trará à pátria-mãe.



Bacalhaus com nome

Bacalhau à Assis

• Para 6 pessoas
4 postas de bacalhau; 1 kg de batatas;
3 ou 4 cenouras; 1 cebola grande;
3 colheres de sopa de azeite; 150 g de
presunto; 1 pimento morrone; 6 a 8 ovos;
salsa; óleo

Cortam-se as batatas e as cenouras em palha e fritam-se em óleo. Desfia-se o bacalhau, previamente demolido. Corta-se a cebola às rodela finas e leva-se a refogar com o azeite, o pimento e o presunto cortados em quadradinhos. Junta-se o bacalhau e deixa-se refogar muito bem. Adicionam-se as batatas e as cenouras, envolve-se tudo e, finalmente, juntam-se os ovos batidos com salsa picada. Deixam-se cozer um pouco, devendo o cozinhado ficar bastante húmido. Enfeita-se com pimentos morrones. Esta receita foi criada há alguns anos pelo dono de uma pensão que, surpreendido na serra por um nevão, lançou a mão dos últimos alimentos que lhe restavam, para saciar os hóspedes.

Bacalhau à Brás

• Para 4 pessoas
400 g de bacalhau; 3 colheres de sopa de
azeite; 500 g de batatas, 6 ovos;
3 cebolas, 1 dente de alho; salsa; sal;
pimenta; óleo; azeitonas pretas

deixam-se ficar de infusão 1.30 a 3 horas. Entretanto, cortam-se as cebolas e o dente de alho às rodela e levam-se a alourar ligeiramente com azeite. Juntam-se as batatas, que se cortaram, que se cozeram com a pele, se pelaram e se cortaram às rodela. Junta-se ainda o bacalhau escorrido. Mexe-se tudo ligeiramente, mas sem deixar refogar. Tempera-se com sal e pimenta. Deita-se imediatamente num tabuleiro de barro e leva-se a forno bem quente durante 10 minutos. Serve-se no prato em que foi ao forno, polvilhado com salsa picada e enfeita-se com rodela de ovo cozido e azeitonas pretas. Esta é a verdadeira receita de bacalhau à Gomes de Sá tal como a criou o seu inventor, que foi comerciante de bacalhau no Porto.

Bacalhau da Margarida da Praça

• Para 6 pessoas
1 bom lombo de bacalhau; 3 cebolas
grandes; 1 dente de alho; 5 dl de azeite;
pimenta; 1,200 kg de batatas

Demolha-se muito bem o bacalhau e assa-se na brasa ou na chapa. Tem-se ao lume um tacho com água na qual se dá uma fervura rápida ao bacalhau. Entretanto, já se tem preparada uma cebolada feita com as cebolas cortadas às rodela finíssimas, o dente de alho e dispõem-se no fundo da

• Integrado há séculos na nossa ementa tradicional, o bacalhau continua a ser muito apreciado pelos portugueses que são os maiores consumidores do mundo deste peixe e os inventores das mil e uma maneiras de o cozinhar



Os conselhos do Pantagruel

• Quando se põe o bacalhau de molho, há vantagem em juntar uma colherinha de bicarbonato de sódio, que contribui para tornar o peixe muito mais brando

• Põe-se o bacalhau de molho sempre com a pele para cima - ou apoiado numa grelha ou suspenso por um fio.

• O bacalhau alto só fica bem demolido durante 48 horas. Se depois estiver algumas horas de molho em leite, dentro do frigorífico, ficará ainda muito melhor

• Para ficarem macios e delicados, os filetes de bacalhau devem ser demolidos primeiro em água, durante doze horas, e depois em leite durante mais quatro

Demolha-se o bacalhau como habitualmente, retira-se-lhe a pele e as espinhas e desfia-se com as mãos. Cortam-se as batatas em palha e as cebolas em rodela finíssimas. Pica-se o alho. Fritam-se as batatas em óleo bem quente só até alourarem ligeiramente. Escorrem-se sobre papel absorvente. Entretanto, leva-se ao lume um tacho, de fundo espesso, com o azeite, a cebola e o alho e deixa-se refogar lentamente até cozer a cebola. Junta-se, nesta altura, o bacalhau desfiado e mexe-se com uma colher de madeira para que o bacalhau fique bem impregnado de gordura. Juntam-se as batatas ao bacalhau e com o tacho sobre o lume deitam-se os ovos ligeiramente batidos e temperados com sal pimenta. Mexe-se com um garfo, e logo que ovos estejam em creme, mas cozidos, retira-se o tacho do lume e deita-se o bacalhau num prato ou travessa. Polvilha-se com salsa picada e serve-se bem quente, acompanhado com azeitonas pretas.

Bacalhau à Gomes de Sá

• Para quatro pessoas
500 g de bacalhau; 500 g de batatas;
1,5 dl de azeite; 1 dente de alho;
2 cebolas; 2 ovos cozidos; azeitonas
pretas; salsa; 5 dl de leite; sal; pimenta

Demolha-se o bacalhau, coloca-se num tacho e escalda-se com água a ferver. Tapa-se e abafa-se o recipiente com um cobertor e deixa-se ficar assim durante 20 minutos. Depois escorre-se o bacalhau, retiram-se as peles e as espinhas e desfaz-se em lascas. Põem-se estas num recipiente fundo, cobrem-se com leite e

travessa. Cozem-se as batatas com a pele, pelam-se, cortam-se às rodela e dispõem-se no fundo da travessa. Coloca-se o bacalhau por cima e cobre-se tudo com a cebolada. Serve-se bem quente.

Bacalhau à Zé do Pipo

• Para 4 pessoas
1 lombo de bacalhau, 1 litro de leite;
2 cebolas médias, 4 colheres de sopa de
azeite; 1 folha de louro; sal e pimenta;
1 tigela de maionese (feita com 2 gemas e
4 dl de azeite); 750 g de batatas em puré;
azeitonas pretas

Depois de bem demolido, corta-se o bacalhau em postas. Leva-se a cozer com leite. Entretanto, picam-se as cebolas e levam-se a estalar com o azeite, o louro, sal e pimenta e um pouco do leite de cozer o bacalhau. A cebola deve ficar branca e macia e nunca loura. Depois de cozido, escorre-se o bacalhau e coloca-se num recipiente de barro ou, o que é preferível, cada posta num recipiente de barro individual. Deita-se a cebola sobre as postas de bacalhau, que depois se cobrem completamente com a maionese. Contorna-se com o puré de batata passado pela seringa ou saco e leva-se a gratinar. Enfeita-se com azeitonas pretas. Receita de uma célebre casa de pasto que existiu no Porto e a cujo proprietário davam o nome de Zé do Pipo. Embora levando maionese, esta receita faz parte da culinária tradicional do Porto.

Receitas retiradas do livro «Cozinha Tradicional Portuguesa», de Maria de Lourdes Modesto

O bacalhau

O termo bacalhau terá origem basca, flamenga ou mesmo holandesa. Existem contudo várias espécies deste peixe, que pertencem, zologicamente, ao género *Gadus*, da família *Gadidae*, ordem *Gadiformes*, classe *Osteichthyes*, ou *Peixes Ósseos*.

Embora se encontrem no Centro e Norte de Portugal duas espécies de bacalhau, vulgarmente conhecidas por badejo ou juliana, o «verdadeiro» bacalhau é obtido a partir de quatro espécies que se encontram com abundância em todo o Atlântico Norte, tanto nos mares europeus (mar do Norte, mar Báltico e mar Branco) como nas costas americanas (Nova Escócia, Terra Nova, Lavrador e Gronelândia). As melhores espécies são designadas por bacalhau «legítimo», bacalhau «saithe», bacalhau «ling» e o bacalhau «zarbo».

O bacalhau completa a sua fase de crescimento entre os 6 e 15 anos e dirige-se do Oceano Ártico a Lofoten, Noruega - ao Norte do Círculo Polar - para a desova, que se inicia nos meses de Janeiro e Fevereiro, prolongando-se até ao fim da Primavera. O bacalhau pode atingir um comprimento superior a 1,5 m e já foram pescados exemplares com mais de 58 kg. Alimenta-se sobretudo de arenques, carapaus, outros peixes pequenos e crustáceos.

Prefere águas frias, de 0 a 6 graus centígrados e procura fundos relativamente baixos, dos 20 aos 200 metros, isto é, correspondentes à plataforma continental.

A desova, nas costas americanas, faz-se nos meses de Abril e Maio e cada postura é constituída por quatro a seis, ou mesmo dez milhões de ovos pelágicos, quantidade que tem assegurado a sobrevivência da espécie, apesar da pesca intensa que se regista ao longo dos últimos séculos.

A abundância de bacalhau nos bancos da Terra Nova verifica-se com especial incidência nos períodos anteriores e posteriores à desova, o que determina duas épocas de pesca: uma, de Abril a Junho, e outra de Setembro a Novembro. A segunda é, talvez, a mais proveitosa mas, também, a mais dura, pelo frio dos gelos e mau tempo que se fazem sentir na região.

Os bacalhoeiros portugueses saíam em meados de Março-Abril para só regressarem em Setembro-Outubro, depois de seis longos meses no mar.



«Saithe»



«Ling»



«Zarbo»



«Legítimo»

Resultados de Edimburgo criticados no PE

Muito espectáculo e poucas soluções no Conselho Europeu

Os resultados do Conselho de Edimburgo dominaram a última sessão do ano do Parlamento Europeu. O balanço positivo feito por John Major não convenceu os eurodeputados e as críticas, ainda que de sinal contrário, fizeram-se ouvir praticamente de todos os grupos.

Para o eurodeputado comunista Joaquim Miranda, o instrumento mediático em que aqueles resultados se transformaram está longe de dar resposta aos graves problemas com que se debate a Europa dos Doze.

O espectáculo nos *media*, destinado a torrear as reservas, críticas e oposições levantadas por uma parte significativa da opinião pública da Comunidade, em particular em relação ao Tratado de Maastricht, não constitui, como fez notar aquele deputado, "as soluções necessárias para os múltiplos, complexos e graves problemas que se colocam,

quer quanto àquele projecto de evolução, quer no plano económico e social".

Fundamentando a sua posição, Joaquim Miranda começou por referir a questão da Dinamarca, sublinhando que o Conselho uma vez mais optou por seguir por "caminhos enviesados". Por um lado, encontrou uma "solução" que configura, sem o admitir, uma real alteração do Tratado; por outro lado, pretende fazer essa alteração através do Conselho, o que impede a respectiva apreciação e ratificação pelos Parlamentos nacionais. Trata-se, como sublinhou o eurodeputado comunista, de "um atropelo às competências daqueles e aos mais elementares princípios e regras jurídicas".

Mas as objecções não se ficam por aqui. Se é verdade que - finalmente - o Conselho adoptou uma posição sobre as perspectivas financeiras, as decisões tomadas

não correspondem "às necessidades actuais e dos próximos anos". Em termos globais, considera Joaquim Miranda, "pelo excessivamente longo período que é adoptado e pela redução sensível do tecto que foi estabelecido, comparativamente com o que se propunha no pacote Delors". Outro tanto se passa quanto às acções estruturais, "tendo em conta os sérios problemas que os 'países da coesão' enfrentarão com o início do Mercado Interno e com a implementação das regras da convergência nominal".

Quanto à situação económica, o eurodeputado - sublinhando a necessidade real de relançar o investimento e a criação de postos de trabalho - destacou "os apelos uma vez mais feitos ao sacrifício e penalização das despesas orçamentais nas áreas sociais, à contenção salarial e a uma ainda maior desregulamentação do mercado de trabalho".

Para os comunistas, estes não são os caminhos para ultrapassar a crise económica que alastra pela Europa.

Com os resultados de Edimburgo, o mercado interno avança. Mas as questões sociais continuam a marcar passo. Se dúvidas houvesse, como lembrou Joaquim Miranda, "ai temos a constatação pelo Conselho Europeu de que subsistem atrasos quanto à liberdade de circulação de pessoas", ou seja, "a quarta liberdade é, uma vez mais, a última".

A ausência efectiva de decisões quanto ao combate ao racismo e à xenofobia que alastram na Europa dos Dozes foi igualmente criticada. Sobre a matéria, o Conselho limitou-se a registar e a condenar a "intensificação de episódios de intolerância" e a expressar a sua convicção de que "se devem tomar medidas eficazes e vigorosas" para combater o fenómeno. Mas não tomou nenhuma!

Também os grupos socialista e liberal criticaram as decisões de Edimburgo. O primeiro, porque o processo de ratificação do Tratado de Maastricht está atrasado, devido à questão dinamarquesa e à posição britânica de "esperar para aprovar" e por considerar "insatisfatórias e tardias" as decisões no campo económico, considerando que seria necessário mais para relançar o crescimento económico e criar empregos; o segundo, porque discorda que o Conselho tenha aceite as exigências da Dinamarca para não participar em certos domínios da União Europeia, considerando que isso sanciona uma Europa a "duas velocidades".

Menos crítico foi Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, para quem as concessões à Dinamarca não significam uma Europa a duas velocidades mas sim uma Europa "de geometria variável", e as decisões sobre o futuro financiamento e despesas da Comunidade foram "um sucesso".

Carta Social O que vale?

O que vale a Carta Social? Esta a questão levantada pelo eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro, no debate sobre o primeiro relatório da aplicação da Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, efectuado a semana passada no PE, em Estrasburgo.

Uma questão pertinente, já que se trata de um documento que foi sendo esvaziado e perdendo força vinculativa, para conseguir unanimidade, e mesmo assim acabou por ser assinado apenas por 11 Estados-membros (o Reino Unido não assinou).

Para o eurodeputado, a Carta Social acabou por se resumir a uma "declaração de princípios e (boas) intenções", com o objectivo, "ao mesmo tempo modesto e ambicioso, de recuperar algum efeito positivo dos princípios e intenções da Carta sobre uma situação social em degradação". Ou seja, a sua aplicação "era um mínimo a exigir".

Cumpriu-se? A resposta é negativa. O próprio comissário Marin o reconheceu, ao afirmar que "os progressos realizados foram mais modestos que o desejado". Ora, como sublinhou Sérgio Ribeiro, "o desejado era o mínimo para que algumas das boas intenções fossem postas em prática". Tal não aconteceu, em particular em áreas tão importantes como o trabalho precário, o trabalho parcial, a organização do tempo de trabalho, a situação dos trabalhadores em regime de subemprego. Enquanto a Europa avança para a União Económica e Monetária, disse o deputado, o atraso da dimensão social cava mais fundas desigualdades e assimetrias regionais.

Tratado de Maastricht Direitos das mulheres não são defendidos

Alertar as mulheres para o modo como estão a ser excluídas da participação nas decisões referentes ao Tratado de Maastricht, foi o objectivo da acção de esclarecimento de rua levada a cabo, recentemente, por diversas organizações femininas portuguesas.

Em carta aberta aos deputados, entretanto divulgada, as mesmas organizações (Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IP; Convergência/Movimento da Democracia Paritária para o Desenvolvimento; Departamento de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria; Departamento de Mulheres da UDP; MDM - Movimento Democrático de Mulheres; Organização das Mulheres Comunistas; e UMAR - Movimento pela Emancipação Social das Mulheres Portuguesas) chamam a atenção para o facto de a maioria da população portuguesa desconhecer o conteúdo do Tratado.

Criticando a ratificação do mesmo na Assembleia da República, "sem a prévia realização de debate nacional com todos os sectores políticos e sociais" e sem a realização de um referendo, as subscritoras da carta aberta consideram tal procedimento "um

grave atentado aos direitos de participação das cidadãs e dos cidadãos nas decisões que lhes dizem respeito e ao futuro do País".

Na opinião das organizações femininas, não foram analisadas as incidências do Tratado nos direitos das mulheres portuguesas, "num quadro nacional que continua a evidenciar a ausência de vontade política em dar combate às discriminações da mulher, enquanto trabalhadora, mãe e cidadã".

Neste contexto, aquelas organizações estão preocupadas com a "omissão de direitos fundamentais das mulheres" no Tratado de Maastricht, a "secundarização dos direitos sociais para textos anexos" e o "nivelamento 'por baixo' das directivas sociais, sem ter em conta as legislações nacionais mais avançadas, bem como os interesses e os direitos específicos das mulheres em cada país".

Face a esta situação, as organizações femininas manifestam-se dispostas a continuar a intervir pela afirmação das suas opiniões, "assumindo a defesa dos direitos das mulheres e exigindo a participação em igualdade na vida económica, política, social e cultural".

Ratificação

○ Presidente da República ratificou, na passada quinta-feira, o Tratado de Maastricht, sete dias depois da respectiva aprovação pela Assembleia da República. O Tratado, que institui a União Europeia, foi já ratificado por nove dos doze Estados-membros da CEE (todos, excepto o Reino Unido e a Dinamarca).

No Reino Unido, a ratificação está dependente do "sim" da Dinamarca, num segundo referendo a realizar provavelmente em Abril ou Maio do próximo ano. A nova consulta ao povo dinamarquês será feita à luz de uma série de isenções aprovadas no Conselho de Edimburgo, que dispensam a Dinamarca de aderir à moeda única e ao banco central, à cidadania europeia, e às políticas judicial e de defesa comuns.

O primeiro-ministro dinamarquês, Poul Schlüter, iniciou entretanto a campanha pelo novo referendo, dizendo aos eleitores que "outra recusa seria um erro histórico que puniria os seus filhos". Segundo Schlüter, a Dinamarca e o Reino Unido serão deixados para trás quando a Comunidade Europeia prosseguir no sentido de uma União mais forte, uma vez que é provável que os britânicos não ratifiquem o Tratado se os dinamarqueses não o fizerem.

Pedidos de asilo

U ma convenção recentemente aprovada pela Assembleia da República sobre os pedidos de asilo no espaço comunitário determina que cada um dos Estados-membros fica impedido de devolver a outro, sem razão fundamentada, os pedidos de asilo que lhe forem apresentados, através do estabelecimento de regras claras. As mesmas regras impedem igualmente que o requerente escolha o país a seu gosto para efectuar o pedido. De acordo com o texto aprovado, título de residência, visto de entrada, visto de trânsito, entrada ilegal num ou noutro Estado são critérios que vão determinar a responsabilidade de cada Estado na apreciação do pedido de asilo. A convenção, afirma-se, tem como pressupostos a salvaguarda do direito de asilo, baseada na "tradição humanitária comum". Outras das razões evocadas no preâmbulo do diploma são a livre circulação de pessoas e o desejo de evitar que o requerente seja mandado de um Estado para outro, provocando assim um longo período de incerteza sobre o seu destino.

Enganos

○ novo mapa da Europa, distribuído a semana passada em Bruxelas, apresenta a Região Autónoma da Madeira como território espanhol, informa a Lusa. A "gaffe" é da responsabilidade dos cartógrafos da Comunidade Europeia e provocou naturais reacções de descontentamento por parte dos portugueses em Bruxelas. Elaborado com o objectivo de servir em particular a comunicação social, o novo mapa abrange a área das fronteiras checa e eslovaca e os novos Estados resultantes da divisão da Jugoslávia e da União Soviética.

O engano em relação à Madeira foi classificado por um responsável comunitário como "uma vergonha".

Exibição forçada

○ Parlamento Europeu condenou na sua última sessão a exibição televisiva "forçada" de Xanana Gusmão, sublinhando que essa atitude das autoridades indonésias mostra o seu total desrespeito pelos direitos e dignidade humanos. Numa resolução apresentada por seis dos nove grupos políticos do PE (incluindo a Coligação de Esquerda) e aprovada pelo plenário, é denunciado o "objectivo da Indonésia de destruir política e psicologicamente Xanana Gusmão, exibido numa atitude submissa, com sinais evidentes de tortura e exaustão física".

Juntando a sua voz à condenação pela Amnistia Internacional da captura e tortura de familiares de Xanana Gusmão, alguns dos quais morreram em consequência dos maus tratos de que foram vítimas, o PE decidiu renovar o pedido apresentado há um ano às autoridades indonésias, que estas rejeitaram, para enviar uma delegação parlamentar, em missão de informação, ao território de Timor-Leste ocupado pela Indonésia. O PE voltou a exigir, uma vez mais, a libertação de todos os presos políticos timorenses.

CE não quer "Torres"

A Comissão Europeia continua a recusar a inclusão da denominação "Torres" na lista de vinhos de qualidade produzidos em região determinada (VQPRD), por considerar que tal denominação "não está em conformidade com a regulamentação comunitária em vigor". Em particular, a CE considera não estar preenchida a condição que exige que "o nome geográfico que designa uma região determinada deve ser suficientemente preciso e notoriamente ligado à área de produção" para que "as confusões possam ser evitadas". Isto apesar de, como oportunamente fez notar o deputado Rogério de Brito, tal designação ser conhecida há mais de um século, quer nacional quer internacionalmente. A CE prefere a denominação "Torres Vedras".

INTERNACIONAL

IBM

A companhia norte-americana de computadores «IBM» vai duplicar o número do seu pessoal na China em 1993, anunciou um responsável da empresa, citado pelo jornal «China Daily».

O anúncio coincide com a recente decisão da companhia de eliminar cerca de 25 mil postos de trabalho nos Estados Unidos e noutras partes do Mundo, devido a «difíceis condições económicas».

Robert Savage, presidente da IBM China/Hong Kong Corporation, disse que a empresa abrirá em 1993 uma terceira delegação na China em Cantão, e aumentará o quadro do pessoal nos seus escritórios de Pequim e Xangai.

Alemanha

Dezenas de milhar de pessoas formaram em várias cidades da Alemanha cadeias luminosas com lanternas e velas, manifestando-se contra a xenofobia e a intolerância.

As maiores concentrações ocorreram nas cidades de Bremen e Hanover, onde, apesar do mau tempo, milhares de pessoas saíram à rua com tochas e velas acesas, seguindo o exemplo de Munique e Hamburgo. Nestas duas últimas cidades realizaram-se manifestações semelhantes na semana passada.

Foram também em grande número as pessoas que, não participando nas «cadeias luminosas», se solidarizaram, colocando velas nas janelas.

Nos últimos meses, mais de dois milhões de pessoas participaram em manifestações anti-racistas na Alemanha.

Grã-Bretanha

As luzes da árvore de Natal da abadia de Westminster foram desligadas sábado à noite numa manifestação de apoio aos mineiros britânicos de carvão, que enfrentam a perda de cerca de 30 mil postos de trabalho.

Os mineiros tinham apelado ao povo britânico para que desligasse as luzes por cinco minutos às 20.00 horas locais de sábado numa mostra de solidariedade para com a sua situação.

A empresa pública «British Coal» anunciou em 13 de Outubro que vai fechar 31 minas, eliminando cerca de 30 mil empregos.

Oito mineiros escoceses chegaram sábado a Londres para entregar uma carta ao primeiro-ministro John Major pedindo-lhe que anule os planos de encerramento das minas.

África do Sul

Vários responsáveis do exército sul-africano, incluindo seis generais, foram afastados pelo governo por envolvimento em «actividades ilegais ou não autorizadas», anunciou o presidente da África do Sul.

Em conferência de imprensa na Cidade do Cabo, Frederik De Klerk indicou que os factos foram apurados através de um inquérito, mas não revelou os nomes dos militares nem precisou a que actividades se dedicavam.

A oposição acusou várias vezes o exército de funcionar como uma «terceira força» para desestabilizar os grupos oposicionistas e fomentar a violência nas cidades de maioria negra.

EUA

O número de pessoas sem casa e sem comida nos Estados Unidos registou um aumento de 18 por cento em 1992, mas os fundos da Assistência Social não acompanharam esse agravamento da situação, revela um relatório dos presidentes de Câmara das principais cidades.

Por falta de verbas para atender todos os pedidos, os serviços de Assistência Social recusaram apoio a 21 por cento das pessoas que os procuraram em cidades como Nova Iorque, Chicago, Los Angeles e Miami.

Segundo os autores do relatório, o agravamento da situação social nos Estados Unidos resulta do aumento do desemprego, do uso de drogas, de doenças mentais e da falta de meios materiais para reintegrar os pobres na sociedade.

O relatório aponta à próxima administração de Bill Clinton a necessidade urgente de criar postos de trabalho como forma de diminuir o número de pessoas que estão a ser atiradas para formas degradantes de miséria.

Salvador

A Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) transformou-se em partido político (com o mesmo nome) após o Supremo Tribunal Eleitoral de El Salvador ter aceiteado o seu pedido de inscrição.

A FMLN desarmou e desmobilizou os seus últimos guerrilheiros, uma das condições constitucionais para ser inscrito como grupo político.

O presidente do Supremo Tribunal Eleitoral, Arturo Saldívar, disse que o grupo de observadores das Nações Unidas para El Salvador (ONUSAL) já certificou o desarmamento total dos guerrilheiros.

Méio Oriente

Deportação de palestinianos compromete processo de Paz

A expulsão de 415 palestinianos, por ordem do primeiro-ministro israelita, Yitzhak Rabin, levou à paralisação do processo de paz, e levantou grandes movimentos de protesto nos territórios ocupados, e declarações de condenação por todo o mundo.

Imediatamente após a deportação dos palestinianos, a direcção unificada da Intifada exortou a ONU e a Europa a intervirem rapidamente e pediu uma reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados árabes e islâmicos.

No terreno, decretou uma greve geral na Cisjordânia e faixa de Gaza. Apelou aos palestinianos para efectuem «manifestações de cólera» durante dez dias e convidou as instâncias representativas da população a entrem em contacto com diplomatas estrangeiros em Jerusalém e com as Nações Unidas, para obter a anulação da decisão israelita.

Entretanto, os palestinianos do Líbano cumpriram um dia de greve geral de protesto. As lojas e as escolas fecharam em todos os campos de refugiados e foram colocadas bandeiras negras nas paredes das casas, em sinal de cólera.

A decisão israelita repercutiu-se imediatamente no processo de paz, com a oitava sessão das conversações bilaterais a terminar, em

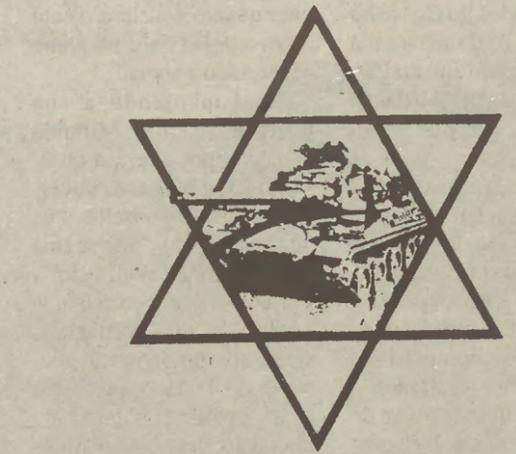
Washington, sem resultados.

No plano internacional, a condenação das expulsões é generalizada.

O Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução condenando as expulsões e exigindo o regresso dos palestinianos. Só o veto americano impediu a aprovação de sanções contra Israel.

A CEE exortou as autoridades israelitas a autorizar o regresso imediato dos palestinianos deportados para o Líbano. Em comunicado divulgado em Londres, a CEE «condena firmemente a decisão israelita e lamenta que as autoridades israelitas não tenham respondido ao apelo da presidência no sentido de não prosseguirem a política de deportação, que constitui uma violação da Quarta Convenção de Genebra».

Face à situação criada, o presidente da OLP, Yasser Arafat, reclamou, em mensagem urgente aos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, o envio de observadores aos territórios ocupados. Nesta mesma mensagem, enviada também



aos dirigentes dos países árabes, islâmicos e não-alinhados, Arafat reitera o pedido, várias vezes feito à ONU, de que esta «assegure a protecção internacional dos palestinianos na margem ocidental do Jordão e na faixa de Gaza, enviando a estes territórios observadores internacionais».

Já depois das deportações — e no quadro de um agravamento da violência repressiva, as tropas israelitas mataram seis palestinianos, entre os quais uma menina de dez anos, numa localidade da faixa de Gaza, Khan Yunes.

A faixa de Gaza, «fechada» pelas forças ocupantes desde o passado dia 7, está actualmente sob regime de recolher obrigatório.

Entretanto, a situação dos

deportados é insustentável. Acantonados em «terra de ninguém» (Israel quis empurrá-los para o Líbano, situação que este país recusou), foram já mesmo alvo de ataques com obuses por parte das milícias pró-israelitas instaladas no Sul do Líbano.

O representante da OLP no Líbano, Chafiq Al-Hut, não foi autorizado a visitar os deportados palestinianos. Alegando «razões de segurança», o exército libanês não autorizou a visita da delegação palestiniana, que integrava 18 pessoas representando formações políticas e associações profissionais palestinianas. A delegação incluía também responsáveis da Fatah, a principal componente da OLP, vindos de Saída.

Jugoslávia

Eleições sob ameaças de guerra

As eleições do passado domingo na Jugoslávia realizaram-se sob enorme pressão internacional e crescentes ameaças de intervenção militar. Uma clara forma de ingerência política, naturalmente com consequências contraditórias nas populações — entre o receio de uma guerra que lhes poderá ser imposta e uma reacção de indignação face a essa mesma ameaça.

Cerca de 7,3 milhões de eleitores foram chamados a designar um novo Parlamento para a Sérvia, Montenegro, e para a Federação Jugoslava, além de novos presidentes para as Repúblicas Sérvia e Montenegrina.

Nestas eleições múltiplas — só não há votação para a presidência da República Federal da Jugoslávia, pois o presidente é designado pelo Parlamento — o que está em jogo, na realidade, ultrapassa largamente o conteúdo normal de eleições «de rotina».

Pela própria dimensão dos problemas em causa — a diáspora sérvia na ex-Jugoslávia, a paz e a democracia. Pela exacerbção de todos estes problemas, pela pressão internacional e uma crescente ameaça de intervenção militar.

Medidas mais firmes, incluindo a força, para impedir o sobrevoo da Bósnia, a criação de «zonas de segurança» para as populações da ex-Jugoslávia, o

envio de observadores para a fronteira entre a Sérvia e a Bósnia e a ameaça de um reforço das sanções contra Belgrado, figuram entre os meios preconizados pelo Conselho Europeu.

Acresce que a Cimeira de Edimburgo aponta um único responsável pela guerra — e as violências e violação dos mais elementares direitos humanos que a acompanham — e que na sua óptica seriam «os dirigentes actuais da Sérvia e os sérvios da Bósnia».

As posições assumidas pela CEE, somam-se as da NATO, que aprovou uma declaração afirmando a sua prontidão em intervir na Bósnia para fazer aplicar a proibição de voos decretada pelas Nações Unidas, se esta organização pedir tal intervenção.

Em defesa de uma intervenção militar, invoca-se também os perigos de alastramento do conflito ao Kosovo, província de maioria albanesa, considerando que tal «constituiria uma grave ameaça à paz e segurança internacional e exigiria resposta da comunidade internacional».

O documento da NATO invoca ainda a «preocupação pela segurança das Forças das Nações Unidas».

Argumentação claramente dirigida a «justificar» uma intervenção militar, silenciando os enormes perigos de alastramento da guerra pela Europa, que tal acarretaria.

Não por acaso surgem entretanto divergências — na própria NATO —

quanto a essa política. Apenas os Estados Unidos, a Holanda e a França se mostraram decididamente a favor do envio de aviões de combate para garantir o respeito de zonas de exclusão aérea. Britânicos e belgas manifestaram as suas reticências e da parte da Alemanha surgem alertas de que «a utilização da aviação tem aspectos negativos, em particular para a população civil».

Os co-presidentes da Conferência Internacional sobre a ex-Jugoslávia, Cyrus Vance e David Owen, alertaram para as consequências de uma acção militar.

Uma acção militar para obrigar ao cumprimento da zona de exclusão aérea «é uma opção muito séria e deve ter em conta as repercussões que essa operação teria para o pessoal das forças da ONU e das organizações humanitárias», disseram os diplomatas, sublinhando: «Não queremos um confronto militar, mas impulsionar o processo de paz».

Por outro lado, o Parlamento russo apelou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para que «tome as medidas indispensáveis para evitar a intervenção armada». Os deputados pedem ao governo que continue a trabalhar com os outros membros permanentes do conselho de Segurança da ONU, mas que evite qualquer medida que leve a «uma escalada progressiva do conflito». O documento assinala ainda que «o desejo de procurar culpados só de um lado (Sérvia) agravou o conflito».

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Umaz fraudezitas...

Dizem que no acepipe dos glutões do PEDIP há umas fraudes. É mal? No contexto em que vamos pois, leitores, digamos que é mui naturalmente natural...

O ministro desmente. Fraudes? Ah, esta gente a tendência que há para as grandes fitas tratadas com esmero! Fraudes? Mas que exagero. Só umas fraudezitas...

É o habitual. Árvore com tantos ramos de fraudezita em fraudezita vamos até à fraude final.

Indecência disponível

Disponíveis à vista. Três mil estão na lista à mão de Arlindo Cunha.

Disponíveis não passa de uma alcunha pra evitar o alarido que têm por diante. O Arlindo até garante que ninguém ora bem ninguém é despedido...

Enquanto sofre, e tanto, tanta gente brincar com as palavras é indecente.

Natal

Amanhã é Natal. Ainda estão em atraso as pensões. Não chegaram a tempo. E os corações rezam pior, sem pão.

Mas de certeza, como é seu vício, o Governo fará discurso natalício. Para os grandes, o pilim não faltará muita água de alcatruz em alcatruz e muita mais agora.

Amanhã é Natal. Nasce outra vez, Jesus, para ajudar a mandar toda esta gente embora.

Postura, impostura...

Eu pecador-poeta me confesso. O Professor Cavaco Silva tenho (talvez, admito, com algum engenho) feito sofrer, às vezes num excesso

confesso, nas andanças do processo desta navegação em frágil lenho. Certo. Mas sempre tive grande empenho em ser justo e leal. Isso mereço.

Vejam: de ingratidão nunca lhe bato. Seja o que for, será. Será. De ingrato é que ele não espera acusação.

Ei-lo claro e feliz como agradece o que chama «postura do PS». Repito: ele é o que for. Ingrato, não.

■ IGNOTUS SUM

Despesistas I

O ataque do Governo à última grande conquista da Revolução de Abril - o Poder Local democrático - não vacila nem no Natal. Segundo Cavaco Silva, existem "comportamentos despesistas" manifestados pelas autarquias e contrários ao "programa de convergência". E ameaça que tais "tendências despesistas" têm de mudar, se as autarquias quiserem continuar a receber apoios dos fundos estruturais. Portanto, a coisa já está neste pé: o Governo, levado ao poder pelos mesmos mecanismos democráticos que elegeram os autarcas deste País, volta-se para estes com a arrogância dum senhor feudal e diz: se andam para aí a estragar, corto-lhes as verbas! Como se as verbas fossem propriedade do Governo. Como se os autarcas fossem uns irresponsáveis. Como se o Governo e, sobretudo, "este" Governo não fosse um estendal de corrupções e irresponsabilidades regularmente confirmadas. Como se isto fosse já uma república das bananas.

Despesistas II

Mas não se ficou por aqui, o brilhante raciocínio de Cavaco Silva exposto na sua intervenção de abertura do debate parlamentar sobre os resultados da cimeira de Edimburgo. Para ele, o PCP e o CDS "excluíram-se" do consenso europeu ao

votarem contra Maastricht. E mais: esta "exclusão" não confere àqueles partidos "autoridade para participarem na aplicação dos fundos de coesão, porque não haveria esse fundo se as suas posições tivessem vingado". Como se o "consenso europeu" existisse. Como se Cavaco Silva fosse, ele próprio, o "consenso europeu". Como se o Governo de Cavaco Silva fosse o dono do País e do regime, ao ponto de decidir que outros partidos, democraticamente eleitos como o seu, possam ser "excluídos" da vida nacional. Como se Cavaco Silva julgasse o País não apenas como uma república das bananas, mas se julgasse, sobretudo, o seu ditador.

O escândalo continua

Os escândalos na Bolsa parecem não ter fim. Como se não bastasse o ainda nebuloso "flop" da corretora do Caldeira, nova empresa corretora, a Sofin, deu com os burrinhos na água. Já se fala na suspensão de uma liquidação financeira na ordem dos dois milhões de contos e ainda a procissão vai no adro. Judite Correia, a "estrela" que ascendeu fulgurantemente nos inícios da febre bolsista, está no centro do caso e afirma que o único erro que cometeu foi ter procedido à entrega das suas acções da Sofin, representativas de 40% do capital social, para garantir o tal empréstimo dos dois

milhões de contos, agora recusado. A senhora lá sabe. Mas houve um erro muito maior - o da abertura da Bolsa à especulação desenfreada.

Os novos Auschwitz

Pareciam cenas tiradas do horror nazi. Pareciam judeus de novo amontoados como gado a ser levado para longe, mãos desesperadas a sair das grades dos camiões, o medo estampado nos rostos, a ignomínia a passar outra vez perante os nossos olhos. Afinal não eram judias, as quatrocentas e tal pessoas que vimos há dias ser arrancadas das suas casas e encurraladas em camiões, que as transportaram para longe. Eram árabes. Nem eram nazis, os soldados que as empurravam: eram judeus.

O amigo

Ian Smith, o antigo ditador racista da ex-Rodésia, hoje Zimbabué, afirma, em entrevista dada ao "DN", que não se arrepende de ter ajudado à criação da RENAMO, em Moçambique, a quem reitera a sua amizade. O erro, segundo ele, "foi cometido mais tarde por Robert Mugabe (o seu substituto democrático à frente do Zimbabué), que após assumir o poder declarou guerra à RENAMO, interferindo nos assuntos internos de outro país"! Ele não interferiu... Quanto à RENAMO, nasceu dum belo amigo.

frases da Semana

«Não há alternativa à minha absolvição.»

☛ (Collor de Mello — «Expresso-Internacional», 19.12.92)

«O único erro que cometi foi entregar as minhas acções.»

☛ (Judite Correia, ex-presidente da Sofin — «Público-Economia», 21.12.92)

«Não deixa de ser curiosa, no entanto, a contradição em que Judite Correia cai. É que, apesar de se queixar de que a CMVM, no seu relatório final, não deu "suficiente destaque" ao facto de a ex-correctora ter "salvo o mercado de capitais", afirma simultaneamente que o "único erro" que cometeu foi ter entregue as suas garantias pessoais. Ou seja, o mercado foi salvo mas, no fim de contas, a contragosto.»

☛ (João Cândido da Silva, «Há Messias na Bolsa?» — «Público-Economia», 21.12.92)

«Achei que não havia um primeiro-ministro melhor que Cavaco Silva. Hoje, mudei um pouco de opinião e considero que Manuel Monteiro será alternativa dentro de quatro anos.»

☛ (Kaulza de Arriaga — «Diário de Notícias», 19.12.92)

«Ou há economia liberal ou não há. Não pactuo com a estatocracia.»

☛ (António Champalimaud — «Expresso-Economia», 19.12.92)

«Não vamos dar facilidades a ninguém. O desperdício e a ostentação não serão tolerados.»

☛ (Cavaco Silva, mensagem ao País — «Jornal de Notícias», 19.12.92)

«Queremos que todos beneficiem e não apenas alguns.»

☛ (Idem)

«Razão tinha pois, aparentemente, um deputado do PSD quando disse esta semana na televisão, preto no branco, que o seu partido é contra um referendo sobre Maastricht, porque as pessoas pronunciar-se-iam sobre tudo menos sobre o Tratado.»

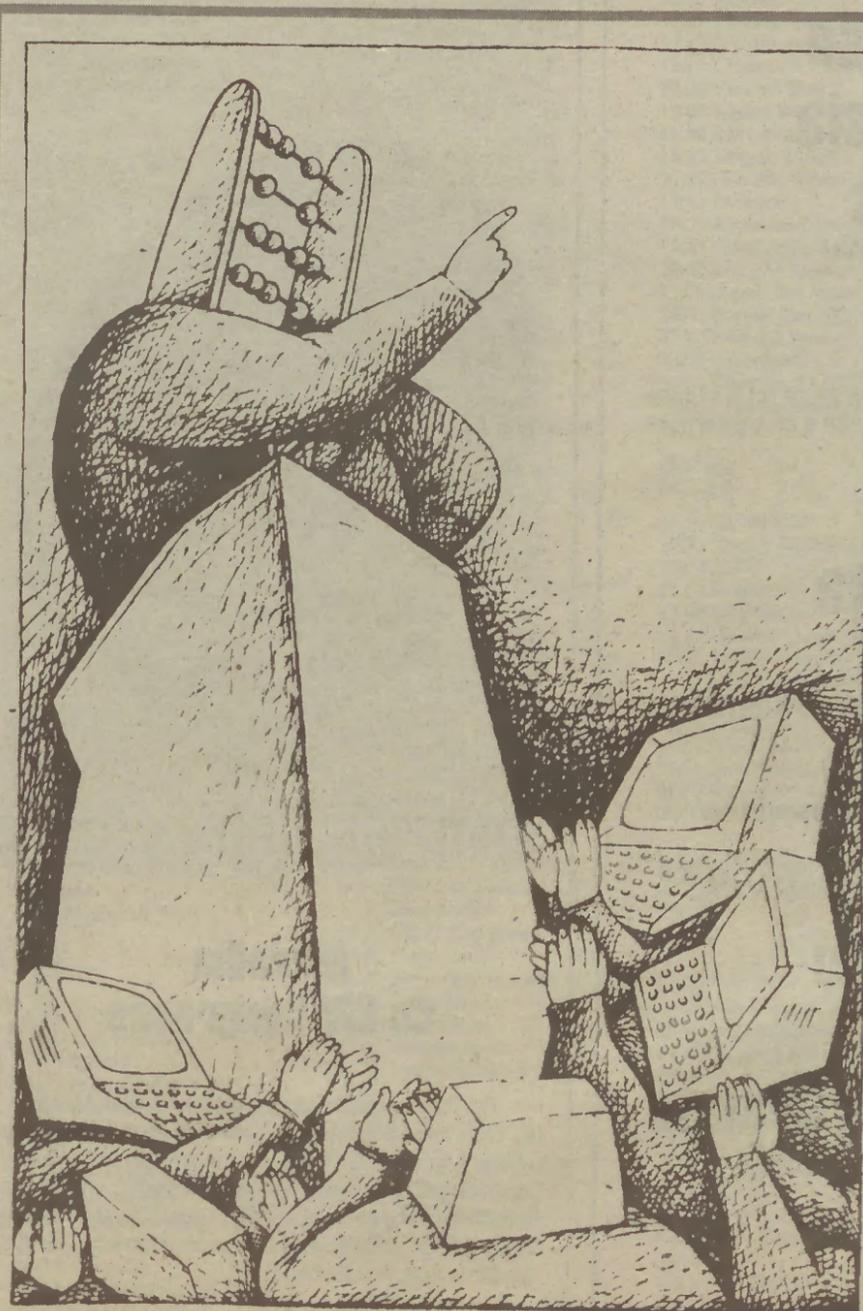
☛ (José António Saraiva — «Expresso», 19.12.92)

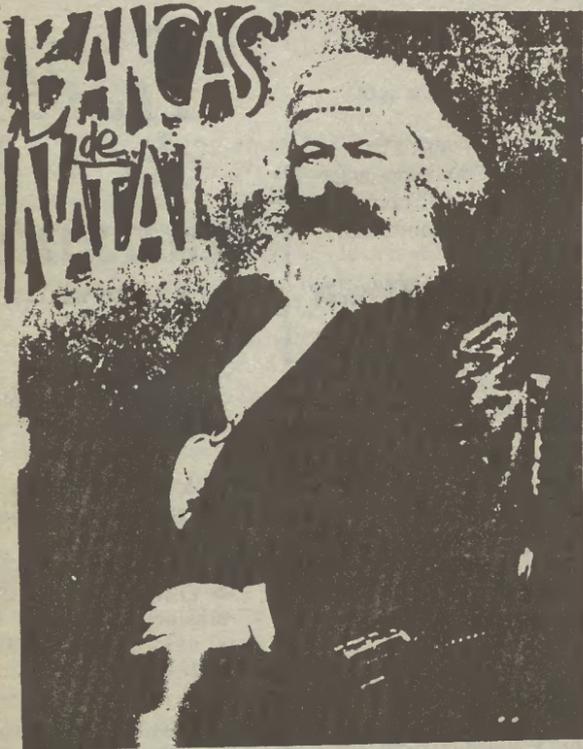
«Se optar por algum partido será pelo PSD.»

☛ (Hermínio Martinho — «Expresso», 19.12.92)

«Abriu a caça à Companhia das Lezírias.»

☛ (título — «Semanário», 19.12.92)





* da célula da Festa do Avante!

– artesanato: loiças, xalles e objectos de jade da ex-URSS; bonecas e artesanato vário de Cuba, China, Peru.

– rum cubano

Aberta no CT da Av. António Serpa, de 2ª a 6ª feira das 10 às 19h

* da Comissão Concelhia de Cascais

- artesanato
- loiças
- bebidas
- livros
- brinquedos

Aberta no CT de Cascais, diariamente das 15 às 20h, à 2ª e à 4ª feira até às 22h

* da Comissão de Freguesia dos Olivais

- artesanato nacional e internacional
- brinquedos
- roupas

Aberta no CT dos Olivais, à 2ª, 3ª, 4ª e 6ª feira das 15 às 17h, à 5ª das 19 às 22h e ao sábado das 15 às 19h

* do CT da Boavista

- artesanato nacional e estrangeiro
- brinquedos, utilidades, plantas
- electrodomésticos
- mercearia e bebidas
- livros, discos, cassetes vídeo

Aberta de 2ª a 6ª, das 10 às 13, das 15 às 19 e das 21.30 às 23h, ao sábado e domingo das 15 às 19h

* da Comissão Concelhia da Marinha Grande

- vidros, cristais e cerâmicas
- mantas e roupas
- brinquedos
- livros

Aberta até 24 de Dezembro

Agenda

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

PASSAGEM DO ANO 1992/1993



COM O CONJUNTO MUSICAL

Melodias e Saudade

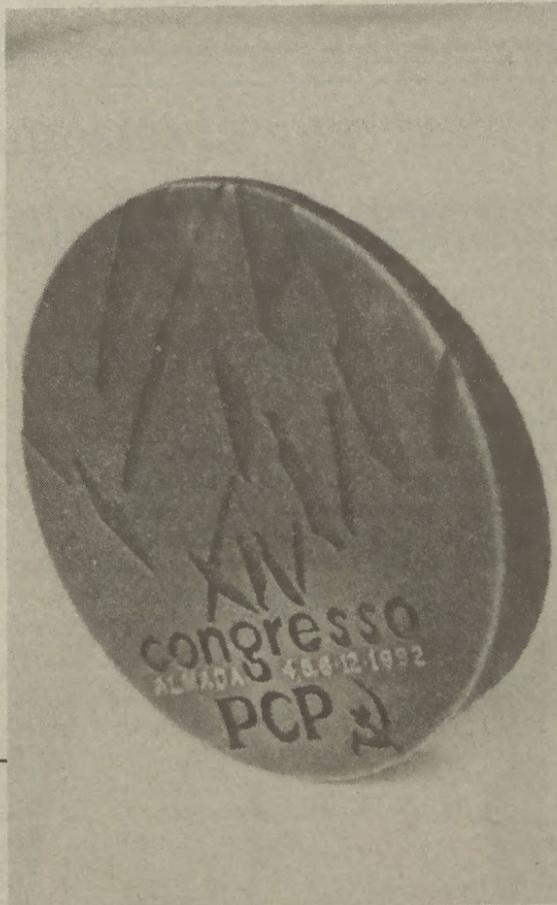
No Pavilhão do Parque JOSÉ AFONSO

Há Serviço de Bar



Inscrições no CT

Comissão Concelhia de Setúbal



Medalha do XIV Congresso

Por lapso as medalhas evocativas do XIV Congresso colocadas à venda não estavam numeradas. Por forma a tornar possível a sua numeração informamos aqueles que as adquiriram que contactem o Departamento de Propaganda do PCP, Rua Soeiro Pereira Gomes, nº 1, 1699 Lisboa Codex, ou pelo telefone 793 62 72 da rede de Lisboa.

PASSAGEM DE ANO 1992 ★ 1993

ALPIARÇA

No Restaurante da "Alpiagra"

Jantar Convívio

21.30 H.

VEM
DIVERTIR-TE
E TRAZ
UM AMIGO

EMENTA

BACALHAU COM HORTALIÇA
BORREGO À ALPIARENCE

Traz Doces e Bolos

BAILE ATÉ DE MADRUGADA

Marcações até ao dia 28 pelo Tel.: 54268

COMISSÃO DE INICIATIVAS DE ALPIARÇA DO P.C.P.



PASSAGEM DE ANO

— 92-93 —

Couço

Salão da Tabaqueira

— 22 HORAS —

COM O CONJUNTO MUSICAL

BANDA DO CIDADÃO

BOA MÚSICA — BOM AMBIENTE
BONS PETISCOS

SERVIÇO DE BAR

Atenção: Reservas de Mesas - Couço Café «O Ildu», Coop. Consumo, C. T. do PCP - Tel. 65181
Santa Justa - Café Argemim e Café Abateira - Cada mesa tem 1 garrafa de Champanhe incluída

Comparece — Traz um Amigo



Organização: Comissão de Freguesia do Couço do P. C. P.



Viaje no Fim do Ano para Cuba

com a Associação de Amizade Portugal-Cuba

Rua Rodrigo da Fonseca, 107, r/c Esq.

Tel. 65 73 05

Televisão



O COURAÇADO POTEMKINE

Realização: Serguei Eisenstein

Preto e branco: 1925 - 75 min.

Esta é a história épica de um heróico motim de soldados em Junho de 1905, uma revolta, que é a primeira acção revolucionária de massas dos soldados russos.

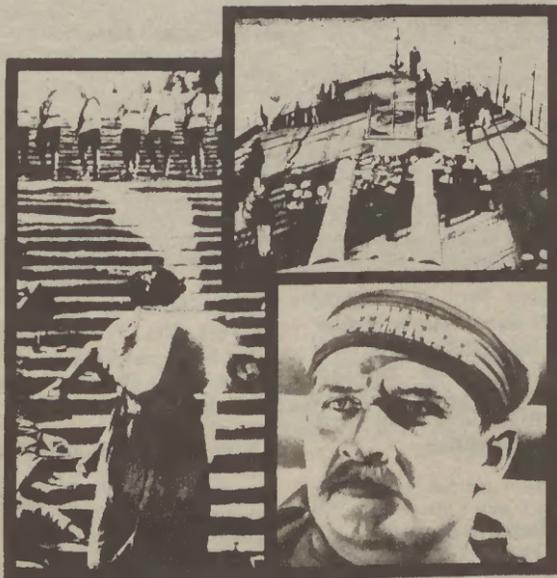
A operação dos marinheiros de espírito revolucionário pela tirania dos oficiais, é a causa próxima da tomada de consciência no Couraçado Potemkine.

A tripulação recusa-se a comer a sopa feita com carne estragada. O capitão do navio dá ordens para que os chefes do tumulto sejam fuzilados.

As suas ordens, contudo, não são cumpridas, e o marinheiro Vakulinchuk inicia o motim.

Uma bandeira vermelha é hasteada e ondula durante onze dias. Mas o Potemkine não é apoiado pelos outros navios e é compelido a ir para a costa romena e a render-se às autoridades romenas.

O filme dá-nos o retrato vivo do heroísmo dos marinheiros, a sua solidariedade, disciplina e inseparáveis laços com o povo.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

DESCONTO ESPECIAL
15%

Cinema de qualidade em sua casa

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

Quinta, 24



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Programa Infantil de Natal
- 11.30 Notas para Si
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.55 BD, a 9ª Arte
- 15.00 A Saga dos Kingsley (ver «Filmes na TV»)
- 17.05 O Natal na Rua Sésamo
- 18.05 Rumo a Avonlea
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Mensagem de Natal do Cardeal Patriarca
- 20.45 Pedra Sobre Pedra
- 21.50 A Montanha da Coragem (ver «Filmes na TV»)
- 23.30 Missa do Galo
- 00.05 24 Horas



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.45 Grandes Esperanças
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.20 TV2 Informação
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Imagens e Realidade
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrocel
- 18.50 TV2 Informação
- 18.55 Acção em Miami
- 19.50 Uma Questão de Palavras
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.40 Ballado: «The Hard Nut»
- 00.10 Um Dia no Circo (ver «Filmes na TV»)



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Batman
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.40 A Tia de Paris (ver «Filmes na TV»)
- 23.35 Último Jornal
- 23.45 Elisabeth R.

Sexta, 25



- 07.30 Programa Infantil Especial de Natal
- 11.00 Missa
- 12.30 A Noite Polar
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Faces da Cultura
- 14.30 Festival de Circo de Monte Carlo
- 15.45 «Christmas Snow» (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 Em Busca do Vale Encantado (ver «Filmes na TV»)
- 17.45 Patinagem sobre o Gelo (Rosa de Ouro de Montreux)
- 18.45 Chefe, mas Pouco
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Desenhos Animados
- 21.50 Marina, Marina
- 22.20 Três Homens e uma Menina (ver «Filmes na TV»)
- 24.00 Notícias
- 00.10 Neil Diamond
- 01.25 Tempo de Amar, Tempo de Matar (ver «Filmes na TV»)



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.45 Francofolia
- 12.35 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.05 Agora Escolha!
- 15.30 Euroritmias
- 16.30 Odisséia Animal
- 17.25 Chá das 5
- 18.15 Carrocel
- 18.50 TV2 Informação
- 18.55 Natal em Viena
- 20.00 O Altar dos Holocaustos

- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.30 Canções de Natal por Elsa Saque
- 23.30 O Felteceiro de Oz (ver «Filmes na TV»)
- 01.10 Outras Músicas



- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 Elvis
- 14.35 O Pequeno Saltimbanco
- 16.00 Royal Variety Performance
- 19.00 Responder à Letra
- 19.30 Sic Notícias
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.40 Telefilme («Era Uma Vez»)
- 23.00 Cuidado com as Aparências
- 23.35 Último Jornal
- 23.45 Os Amores de Lídia

Sábado, 26



- 08.20 Canal Jovem
- 12.15 Luta Livre Americana
- 13.05 Parlamento
- 13.50 O Mundo Misterioso de A. Clark
- 14.15 Clube Disney
- 15.45 Gigi (ver «Filmes na TV»)
- 17.35 Feira de Música
- 18.05 Arca de Noé
- 18.45 Você Decide
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 20.40 Felicidade
- 22.20 Parabéns
- 23.30 A Fronteira do Perigo (ver «Filmes na TV»)
- 01.10 Assaltos, Polícias e Ladrões (ver «Filmes na TV»)



- 08.00 Canal Jovem
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Contos Contados
- 09.20 Mar a Mar
- 10.50 Koalas
- 12.05 Bozambo (ver «Filmes na TV»)
- 13.45 Cinzas (Compacto)
- 16.00 TV2 Desporto
- 22.05 Jornal Nacional
- 22.30 Força de Elite
- 23.25 Salomé
- 00.45 Contradições



- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 Aventuras dos T-Rex
- 14.35 Mundo Novo
- 15.00 A Pousada da Sexta Felicidade (ver «Filmes na TV»)
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Benny Hill
- 21.45 Desporto Espectacular
- 22.20 Água na Boca
- 23.05 Telefilme
- 00.50 Último Jornal

Domingo, 27



- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Canal Jovem
- 11.30 Missa
- 12.30 70 x 7
- 13.00 Notícias
- 13.05 A Menina do Futuro
- 13.30 Top +
- 14.30 Olha que Dols
- 15.40 Beverly Hills 90210
- 16.30 Dumbo (ver «Filmes na TV»)
- 17.30 Sons do Sol
- 18.20 Chefe mas Pouco
- 18.50 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 21.10 Felicidade
- 22.40 Casa Cheia
- 23.35 Grande Área
- 00.50 Conversa Afhada



- 08.00 Desenhos Animados
- 08.10 Os Persuasores
- 09.00 Tudo Menos Isso
- 09.30 Reglões
- 10.30 Forum Musical
- 11.30 Gente da Frente
- 13.00 Herança
- 13.30 Realce
- 14.00 Os Novos Invasores

- 15.00 TV2 Desporto
- 20.15 Palavra Puxa Palavra
- 21.00 No Cumprimento do Dever
- 22.30 Jornal Nacional
- 23.00 Do Fundo do Coração (ver «Filmes na TV»)
- 00.45 Sinais



- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 O Livro da Selva
- 14.35 Um Planeta, uma Família
- 15.05 Chegou um Anjo (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 MTV
- 17.30 Terminal Max
- 18.30 Encontros Imediatos
- 19.00 Benny Hill
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 Giras e Plumas
- 20.30 Cosby Show
- 21.00 O Turno da Noite (ver «Filmes na TV»)
- 23.05 Segredos
- 24.00 Último Jornal

Segunda, 28



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Idelas
- 11.00 Chicos Espertos
- 11.30 Agora é que São Elas!
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Vida Selvagem
- 15.00 Duas Rivals (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Rua Sésamo
- 17.20 Brinca Brincando
- 18.00 Rumo a Avonlea
- 18.45 A Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Pedra sobre Pedra
- 21.50 Apanhados
- 22.25 Entre Famílias
- 23.15 Outras Guerras
- 00.20 24 Horas
- 01.05 Remate
- 01.30 Cabeças Trocadas (ver «Filmes na TV»)



- 09.00 Videotexto
- 11.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 12.15 Eternos Novatos
- 12.40 A Última Fronteira
- 13.10 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.05 Agora, Escolha!
- 15.30 Euroritmias
- 16.25 Viagem Infinita
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrocel
- 19.05 Acção em Miami
- 19.55 Cinemagazine
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.40 Frente a Frente
- 23.30 «Masques» (ver «Filmes na TV»)
- 01.00 Últimas Notas - Crosby, Still & Nash



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Tracey Hullman Show
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.40 Sozinho em Casa (ver «Filmes na TV»)
- 23.35 Internacional SIC
- 00.10 Último Jornal
- 00.20 Deixem Correr o Sangue

Torça, 29



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Idelas
- 11.00 Os Irmãos Coração de Leão
- 11.30 Notas para Si
- 12.15 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Futuro
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 «Five Came Back» (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Rua Sésamo
- 17.20 Brinca Brincando
- 18.00 Rumo a Avonlea
- 18.45 A Roda da Sorte

- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.50 Isto Só Vídeo
- 22.20 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
- 23.20 Repórteres
- 00.20 24 Horas
- 01.05 Remate



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.40 Grandes Esperanças
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.35 Euroritmias
- 16.20 Extradimensões
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrocel
- 18.55 Acção em Miami
- 19.50 Magazine Ecologia
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.30 Mad Max (ver «Filmes na TV»)
- 00.15 Maria Betânia no Coliseu



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 O Quinteto do Lado
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.40 Justiça Negra
- 22.40 Jogo da Verdade
- 23.35 Jogar em Casa
- 00.10 Último Jornal

Quarta, 30



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Idelas
- 11.00 Kelly
- 11.30 Mulher
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Gerações
- 13.55 Paragem no Tempo
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 Flor Bravía (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 18.00 Rumo a Avonlea
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.30 Vamos Jogar no Totobola
- 21.45 Lotação Esgotada
- 23.45 24 Horas
- 00.30 Remate



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família
- 10.55 Infantil
- 11.45 Sarilhos com Elas
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Ao Sol
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.10 Carrocel
- 19.00 Acção em Miami
- 19.50 Magazine Arquitectura
- 20.00 Murphy Brown
- 20.30 Jornal das Nove
- 21.15 Barriga de Aluguer
- 22.30 Carlos Cruz - Quarta-Feira
- 23.30 Artes e Letras - Claude Chabrol
- 00.30 King Kong (ver «Filmes na TV»)
- 02.15 Pop-Off



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Aventura
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.40 Crimes
- 22.05 O Príncipe de Bel Air
- 22.40 Batalhas Conjugais
- 23.35 O Passageiro Imprevisto
- 00.05 Último Jornal

Filmes na TV

A Saga dos Kingsley

«Christmas Eve» (EUA/1986). Realização de Stuart Cooper. Interpretação de Loretta Young, Ron Leibman, Trevor Howard, Arthur Hill, Patrick Cassidy, Season Hubley, Kate Reid, Charles Frank, Deborah Richter. Cor, 96 minutos.

O saudado regresso à cena de uma das actrizes mais carismáticas de Hollywood - Loretta Young - após mais de 20 anos de retiro, num telefilme acima da média adequado ao período natalício e centrado à volta da história de uma velha e excêntrica avó que promove a reunião, na véspera de Natal, de uma família há muito separada. Um drama.

Quinta, 15.00, Canal 1

A Tia de Paris

«Centennial Summer» (EUA/1946). Realização de Otto Preminger. Interpretação de Jeanne Crain, Cornel Wilde, Linda Darnell, Dorothy Gish, William Eythe, Constance Bennett, Walter Brennan. Cor, 102 minutos.

Se Não Há Como a Nossa Casa, de Vincent Minnelli - há duas semanas transmitido pela RTP - se passava no início do século, durante a Feira Mundial de St. Louis, este *A Tia de Paris* tem a sua acção localizada em 1876, durante a Exposição de Filadélfia. De comum entre um e outro, para além de terem sido realizados por dois mestres do cinema, está a história de famílias tipicamente americanas, e, nesta, a de duas irmãs jovens (Jeanne Crain e Linda Darnell) correndo atrás de Cornel Wilde. Pelo meio, belíssimas canções de Jerome Kern, esse outro mestre do cancionero norte-americano. Um entretenimento.

Quinta, 21.40, SIC

A Montanha da Coragem

«Courage Mountain» (EUA/Fr./1989). Realização de Christopher Leitch. Interpretação de Juliette Caton, Charlie Sheen, Leslie Caron, Yorgo Voyagis, Laura Betti, Jan Rubes, Joanna Clarke. Cor, 94 minutos.

Livemente inspirado nas histórias e personagens de Johanna Spyri (designadamente em *Heidi*, tão maltratada nos celeberrimos desenhos animados japoneses), o filme, rodado por entre belíssimas paisagens - entre as quais as inevitáveis montanhas nevadas da Suíça -, conta as desventuras de um grupo de raparigas em fuga de um orfanato italiano em que eram maltratadas, durante a I Grande Guerra na Europa. Uma odisséia.

Quinta, 21.50, Canal 1

Um Dia no Circo

«At The Circus» (EUA/1939). Realização de Edward Buzzell. Interpretação de Groucho Marx, Chico Marx, Harpo Marx, Kenny Baker, Florence Rice, Eve Arden, Margaret Dumont. Cor, 84 minutos.

Mais um filme dos Irmãos Marx, desta vez dando ajuda aos proprietários de uma companhia de circo em risco de falência. Alguns furos abaixo dos dois clássicos anteriormente transmitidos pela RTP - «Um Noite na Ópera» e «Um Dia nas Corridas» - tem a recomendá-lo, entretanto, alguns momentos de grande hilaridade, como o de Groucho Marx na pele de um advogado a cantar «Lídia, a Mulher Tatuada» ou o do voo no trapézio em companhia do gorila. Uma farsa.

Quinta, 00.10, TV 2

«Christmas Snow»

(título português não fornecido quer na programação mensal, quer na programa-

ção semanal), EUA/1986. Realização de Gus Trikonis. Interpretação de Katherine Helmond, Sid Caesar, Melissa Hart, Kimble Joyner. Cor, 47 minutos.

Telefilme norte-americano, com argumento ainda e sempre influenciado pela quadra. Desta vez, estamos perante uma mulher e seus filhos adoptivos que estão sob a ameaça de um despejo perpetrado por um rancoroso senhorio em vésperas de Natal. Uma aflição.

Sexta, 15.45, Canal 1

Em Busca do Vale Encantado

«The Land Before Time» (EUA/1988). Realização de Don Bluth. Cor, 67 minutos.

Em pleno dia de Natal, a RTP concede-nos a oportunidade de vermos mais um filme de desenhos animados de atmosfera fantástica e com acção situada há milhões de anos: um grupo de dinossauros, separados dos progenitores por um violento terramoto, parte em sua busca arrostando com todos os perigos. O domínio da técnica por parte de um especialista - Don Bluth - enquadrado pela imaginação de um patrono com génio - Steven Spielberg. Uma animação.

Sexta, 16.35, Canal 1

Era Uma Vez

«The Story Lady» (EUA). Realização de Larry Elikann. Interpretação de Jessica Tandy, Charles Durning. Cor, 97 minutos.

Uma grande actriz contando histórias de encantar, num excelente programa de televisão para crianças e não só. Uma magia.

Sexta, 21.40, SIC

Três Homens e Uma Menina

«Three Men and a Little Lady» (EUA/1990). Realização de Emile Ardolino. Interpretação de Tom Selleck, Steve Guttenberg, Ted Danson, Nancy Travis, Robin Weisman, Christopher Cazenove, Sheila Hancock, Fiona Shaw, John Boswall. Cor, 99 minutos.

Tendo constituído um dos maiores êxitos de bilheteira dos anos 80, *Três Homens e um Bêbé* era, já então, a primeira tentativa de continuar, nos EUA, o estrondoso êxito europeu do filme de Coline Serreau *Trois Hommes Et Un Couffin*. Este *Três Homens e Uma Menina* é mais uma sequência da história original, provavelmente a dar mostras de esgotamento, agora com o trio de solteiros à volta da menina que já tem cinco anos e da sua mãe adoptiva casada de fresco - todos indo viver para Inglaterra. Uma comédia.

Sexta, 22.20, Canal 1

O Feiticeiro de Oz

«The Wizard of Oz» (EUA/1939). Realização de Victor Fleming. Interpretação de Judy Garland, Ray Bolger, Jack Haley, Bert Lahr, Frank Morgan, Clara Blandick, Charley Grapwin. P/B e Cor, 97 minutos.

Porventura parecendo aos espectadores de hoje um espectáculo algo datado e previsível, o certo é que, nos anos 30/40, quando foi produzido e exibido pela primeira vez, se veio a revelar um dos grandes êxitos da MGM, lançando no estrelato - e nada menos do que arcanando, na oportunidade, um Oscar - uma grande cantora e actriz, Judy Garland. Não é a primeira vez que a RTP o transmite - e sempre por esta altura do ano - pelo que não cabe aqui elaborarmos sobre o conhecido enredo desta história de Frank L. Baum. De entre as canções do filme, destaque para *Over The Rainbow*, precisamente o arco-íris para além do qual Dorothy e os seus três



Judy Garland e seus companheiros, em «O Feliteiro de Oz»

companheiros - o cão, o leão e o homem de ferro - encontram Oz, o país onde vive o mágico feiticeiro. Um regalo.

Sexta, 23.30, TV 2

Tempo de Amar, Tempo de Matar

«A Time of Destiny» (EUA/1988). Realização de Gregory Nava. Interpretação de William Hurt, Timothy Hutton, Melissa Led, Francisco Rabal, Concha Hidalgo, Stockard Channing, Megan Follows. Cor, 114 minutos.

História situada na época da II Grande Guerra e passada no meio de uma família basca há longo tempo radicada nos Estados Unidos, com tragédias e vinganças desencadeadas pelo casamento de uma filha com um cidadão americano. Dois fracos papéis de William Hurt e Timothy Hutton, num filme menor realizado à maneira de um vulgar telefilme. Um melodrama.

Sexta, 01.15, Canal 1

Bozambo

«Sanders of The River» (Gr.Br./1935). Realização de Zoltan Korda. Interpretação de Paul Robeson, Leslie Banks, Nina Mae McKinney, Robert Cochrane, Martin Walker, Richard Grey. P/B, 84 minutos.

A chamada de atenção para Paul Robeson, uma presença contrastante nesta apologia do imperialismo britânico, tão cara ao cinema inglês dos anos 30. Os dois irmãos Zoltan Korda, realizador, e Alexandre Korda, produtor, partem da adaptação de histórias de Edgar Wallace para encenarem o habitual «exotismo» das aventuras coloniais por terras de África. Um disfarçado panfleto.

Sábado, 12.05, TV 2

A Pousada da Sexta Felicidade

«The Inn of The Sixth Happiness» (EUA/1958). Realização de Mark Robson. Interpretação de Ingrid Bergman, Curt Jurgens, Robert Donat, Ronald Squire, Athene Seyler, Richard Wattis.

Nas vésperas da II Guerra Mundial, uma missionária inglesa toma a seu cargo um grupo de crianças numa perigosa viagem por território inimigo através da China. Duas grandes interpretações de Ingrid Bergman e Robert Donat. Uma história verídica.

Sábado, 15.00, SIC

Gigi

«Gigi» (EUA/1958). Realização de Vincent Minnelli. Interpretação de Leslie Caron, Maurice Chevalier, Louis Jordan, Hermione Gingold, Eva Gabor. Cor, 111 minutos.

Tal como *O Feiticeiro de Oz*, também *Gigi*, é, ao longo dos anos, uma presença garantida e habitual em quadras festivas na RTP. Passando de lado certa falta de imaginação que tal programação revela, o facto é que o filme de Minnelli é dos tais que não custa nada rever, já que este *musical*, livremente baseado no romance homónimo de Collette e passado na Paris-dovirar-do-século, é uma encenação brilhante e um desfile de canções e de interpretações excelentemente adequadas à temática da história e premiadas com uma mão-cheia de Óscares. Um prazer para os olhos e para os ouvidos.

Sábado, 15.45, Canal 1

Palomino

«Danielle Steel: Palomino» (EUA/1989). Realização de Michael Miller. Interpretação de Lindsay Frost, Eve

Marie Saint, Rod Taylor. Cor, 97 minutos.

Um telefilme, com argumento assinado por Danielle Steel, cuja mediania se receia. Uma incógnita.

Sábado, 23.05, SIC

A Fronteira do Perigo

«Extreme Prejudice» (EUA/1987). Realização de Walter Hill. Interpretação de Nick Nolte, Powers Boothe, Michael Ironside, Maria Conchita Alonso, Rip Torn. Cor, 100 minutos.

Western, policial e espionagem são os géneros que Walter Hill tenta fazer coabitar na encenação desta história de perseguição ao mundo da droga, com as personagens desempenhadas por Nick Nolte e Powers Boothe, amigos de infância, aqui nos lados opostos da Lei. Uma violência.

Sábado, 23.30, Canal 1

Assaltos, Polícias e Ladrões

«Down The Drain» (EUA/1989). Realização de Robert C. Hughes. Interpretação de Andrew Stevens, Teri Copley, John Matuszak, Joseph Campanella, Marco Fiorini, Mickey Morton. Cor, 101 minutos.

Nesta comédia - mais um telefilme americano para artificialmente preencher horas de emissão - um advogado acaba por trair a sua profissão em favor da justiça, a troco da actividade de roubar em favor da vidinha fácil. Um disparate.

Sábado, 01.10, Canal 1

Chegou um Anjo

«Ha Llegado un Angel» (Esp./1961). Realização de Luis Lucia. Interpretação de Marisol, Isabel Garcés, Car-

los Larrañaga. Cor, 90 minutos.

Uma relíquia.

Domingo, 15.05, SIC

Dumbo

«Dumbo» (EUA/1941). Realização de Ben Sharpsteen. Vozes de Sterling Holloway, Edward Brophy, Verna Felton, Herman Bing, Cliff Edwards. Cor, 61 minutos.

Saída dos Estúdios Disney, *Dumbo* ficou, na história do desenho animado, como uma das longas metragens mais conseguidas do grande mago do cinema de animação. De referir são, para além de uma excelente banda sonora, as sequências do sonho povoado por elefantes cor-de-rosa e o esforço persuasor do ratinho Timóteo ao procurar dar confiança ao seu amigo pequeno elefante de orelhas grandes. Uma maravilha.

Domingo, 16.30, Canal 1

O Turno da Noite

«Night Shift» (EUA/1982). Realização de Ron Howard. Interpretação de Henry Winkler, Michael Keaton, Shelley Long, Kevin Costner. Cor, 105 minutos.

Julgando que os silêncios de uma morgue seriam mais calmos e pacíficos do que a lufa-lufa de Wall Street, um competente analista financeiro acaba por decidir procurar ali «refúgio» para a sua timidez e pacatez. Sucede, entretanto, que é transferido para o turno da noite, onde encontra um colega cheio de imaginação e idéias, entre as quais essa de transformar a morgue num rendoso negócio de prostituição, o qual acaba por ser descoberto pela polícia - e tudo vai por água abaixo! Com desempenhos irresistíveis de um punhado de excelentes intérpretes, em que se destaca a surpreendente estreia de Michael Keaton, uma história verdadeiramente louca e uma banda sonora repleta de êxitos - como *That's What Friends Are For*, de Rod Stewart - *Turno da Noite* vale a visão. Uma boa noite.

Domingo, 21.00, SIC

Do Fundo do Coração

«One From The Heart» (EUA/1982). Realização de Francis Ford Coppola. Interpretação de Frederic Forrest, Teri Garr, Raul Julia, Nastassia Kinski, Laine Kazen, Harry Dean Stanton. Cor, 103 minutos.

Neste filme, são as canções de Tom Waits que preenchem, do princípio ao fim, uma notável banda sonora. Ainda dignas de registo são as fabulosas cenografia e fotografia, respectivamente assinadas por Dean Tavoularis e Vittorio Storaro. E, entretanto, qualquer coisa nos surge como desconfortável ou insuficiente ao tentarmos aderir a mais este filme de um grande realizador moderno, como é Coppola. História meio surrealista de separações e reencontros, o seu fio condutor é demasiado tênue para agarrar o espectador. E, embora o próprio Coppola considere *Do Fundo do Coração* «um filme de Disney num mundo adulto» o certo é que, na sua multifacetada obra, a experiência veio a revelar-se desproporcionadamente menor. Uma certa decepção.

Domingo, 23.00, TV 2

Duas Rivals

«My Forbidden Past» (EUA/1951). Realização de Robert Stevenson. Interpretação de Robert Mitchum, Ava Gardner, Melvyn Douglas, Janis Carter. Cor, 81 minutos.

Uma mulher decide vingar-se do marido, após ter descoberto um esqueleto no armário! História meio disparatada que apenas vale pela interpretação de Ava Gardner e Robert Mitchum. Uma mingua.

Segunda, 15.30, Canal 1

Cinema

Sozinho em Casa

«Home Alone» (EUA/1990). Realização de Chris Columbus. Interpretação de Macaulay Culkin, Joe Pesci, John Heard, John Candy. Cor, 102 minutos.

Desta vez, o Natal é o motivo próximo que leva um casal americano a decidir tirar uns dias de férias em Paris. O certo é que, quando voam já sobre o Atlântico, chegam à conclusão de que o jovem Kevin ficou, esquecido, em casa... Eis o quadro em que se desenrola esta frenética comédia, cujo único interesse é (no meio de alguma excessiva violência) explorar as aventuras e desventuras do jovem (um pequeno grande actor - Macaulay Culkin) perante os perigos e as tentações que, sozinho em casa, tem de enfrentar. Nos cinemas, corre já a versão nº. 2... Um filão!

Segunda, 21.40, SIC

«Masques»

(título português, não fornecido na programação mensal), Fr./1987. Realização de Claude Chabrol. Interpretação de Philippe Noiret, Robin Renucci, Anne Brochet, Bernadette Lafont, Monique Chaumette, Roger Dumas. Cor, 100 minutos.

Realizado por Claude Chabrol, com brilhantismo e grande dose de humor, este filme conta-nos a história de um jornalista que, para tentar encontrar o paradeiro da sua

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A A Bela e o Monstro	★★	—	★★★
B O Coração da Cidade	—	★★★★	★★★
C O Jogador	★★★	★★★★	★★★★
D Os Livros de Próspero	★★★★	—	—
E Twin Peaks	★★★★	★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Gary Trousdale e Kirk Wise, prod. Disney — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/4 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15), Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), King Triplex/1 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30), Quarteto/4 (14.45, 16.30, 18.15, 20.00, 21.45, 24.00), S. Jorge/2 (15.30, 18.30, 21.30), — Lisboa.
- B — Real. Lawrence Kasdan — Quarteto/2 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- C — Real. Robert Altman — Alfa/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/5 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
- D — Real. Peter Greenaway — King Triplex/3 (14.15, 16.30, 19.00, 21.45) — Lisboa.
- E — Real. David Lynch — Amoreiras/7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.

Embora algo envelhecido pelo correr do tempo (e, curiosamente, objecto de uma nova versão realizada em 1956 pelo mesmo realizador), o argumento deste interessante filme evolui à volta da caracterização de um punhado de sobreviventes de um desastre de aviação sobre a selva amazónica. Um estudo psicológico.

Terça, 15.00, Canal 1

Mad Max, As Motos da Morte

«Mad Max» (Austrália/1979). Realização de George

Jane Russell a fazer frente aos irmãos Dalton, um bando de foras-da-lei bastante famoso. Uma mulher de armas!

Quarta, 15.00, Canal 1

King Kong

«King Kong» (EUA/1933). Realização de Merian C. Cooper. Interpretação de Ernest B. Schoedsack, Fay Wray, Robert Armstrong, Bruce Cabot, Frank Reicher, Sam Hardy, Noble Johnson, James Flavin. P/B, 100 minutos.

A Skull Island, na Malásia, chega um grupo de cineastas e uma estrela de cinema à descoberta de um animal monstruoso - King Kong - venerado pelos indígenas. Mas, após o desembarque da equipa, Anne Darow - a loura estrela - é raptada por estes e oferecida a King Kong, que atacado por uma bomba, é capturado e levado para Nova Iorque. É então que libertando-se das grades que o

encerram, King Kong se apodera de Anne e se refugia no topo do Empire State Building. Atacado por aviões e toda a espécie de armas, King Kong é finalmente abatido. Mas, antes de se precipitar no solo, o monstro tem um último gesto em relação à bela, colocando-a a salvo numa das saliências do arranha-céus. Efeitos especiais e truques cinematográficos «impossíveis» de pensar no início da década de 30, e intensidade poética reforçada pela partitura de Max Steiner, num filme de visão obrigatória. Uma mítica obra-prima.

Quarta, 00.30, TV 2

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão. Por exemplo, à hora de fecho desta edição, ignora-se, ainda, qual o filme que vai preencher a «Lotação Esgotada» do dia 30, no Canal 1, antecipada que foi para o dia 23 a projecção de «Casamento de Conveniência» (anteriormente previsto para aquela data).

Teatro

De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **HAROLD E MAUDE**, de Collin Higgins, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Sala Garrett: de 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **DUETO A SOLO**, de Tom Kempinski, enc. Jacinto Ramos.

TEATRO NACIONAL S. JOÃO

Porto, Praça da Batalha. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Fera.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade, 7-A. De 3ª a dom. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O PAI TIRANO**, pelo Teatro de Animação de Setúbal - Na Sala-Estúdio, de 3ª a sáb. às 18.30: **NOITES**, de Carlos Manuel Rodrigues.

TIL - TEATRO INFANTIL DE LISBOA

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, adaptação do texto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes.

CASA DA COMÉDIA

Lisboa, Rua S. Francisco Borja, às Janelas Verdes. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **TAROT, OU A VIAGEM DO LOUCO**, texto e encenação de Filipe Crawford.

COMUNA

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7271818 e 2752175. Sala Nova

De 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **EDUARDO II**, de Christopher Marlowe, enc. de João Mota, pelo Teatro da Comuna. **Café-Teatro** - De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: **NA MINHA RUA NINGUÉM PASSA**, texto e encenação de José Carretas.

CLUBE RITZ

Lisboa, Rua da Glória, 57. Tel. 3425140. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: **A CANTORA CARECA**, de Eugene Ionesco, enc. de Hélder Costa, pela companhia A Barraca.

SALA DO POVO PORTUENSE

Porto, Rua de Camões. Tel. 698570. De 3ª a dom. 21.30, dom. também às 16.00. **FELIZ ANO VELHO**, de Marcelo Rubens Paiva, encenação de Júlio Cardoso.

TEATRO DA GRAÇA

Lisboa, Trav. de S. Vicente, 11. Tel. 875626. De 2ª a sáb (excepto à 4ª) às 21.30, dom. às 17.00. **VASSA GELEZNOVA**, de Maximo Gorki, encenação de Elisa Lisboa

TEATRO MUNICIPAL DA GRAÇA

Almada, Rua Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **D. QUIXOTE**, de António José da Silva, enc. de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO

Estoril, Av. Fausto de Figueiredo.



«King Kong» uma obra-prima mítica

irmã, se insinua junto de um apresentador de televisão (espécie de tutor de uma das maiores amigas daquela) com a desculpa de pretender traçar-lhe a biografia. E, como é habitual em Chabrol, as peças deste intrigante puzzle são personagens que escondem os seus verdadeiros sentimentos, num filme de contornos fortemente moralistas. Um jogo de máscaras.

Segunda, 23.30, TV 2

Cabeças Trocadas

«How To Get Ahead in Advertising» (Gr.Br./1989). Realização de Bruce Robinson. Interpretação de Richard E. Grant, Rachel Ward, Richard Wilson, Jacqueline Tong, John Shrapnel, Susan Wooldridge, Mick Ford. Cor, 95 minutos.

Uma incógnita.

Segunda, 01.30, Canal 1

«Five Came Back»

(título português, não fornecido na programação mensal), EUA/1939. Realização de John Farrow. Interpretação de Chester Morris, Lucille Ball, Wendy Barrie, John Carradine, Allen Jenkins, Joseph Calleia, C. Aubrey Smith, Patric Knowles. Cor, 75 minutos.

Flor Bravia

«Montana Belle» (EUA/1952). Realização de Allan Dwan. Interpretação de Jane Russell, George Brent, Scott Brady, Andy Devine, Forrest Tucker. Cor, 81 minutos.

Tempo

Condições favoráveis para a ocorrência de trovoadas. Descida da temperatura mínima.

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 — Governador da Judia que entregou Jesus aos seus juizes; o Senhor. 2 — Velhos; ralaria. 3 — Plena; coragem; levar a reboque. 4 — Planeta do sistema solar; dás fio. 5 — A pessoa de que falamos; entumecido; sozinhos. 6 — Guarneço de asas; lembrara; cloreto de sódio. 7 — Platina (símb.); liguei; miadela; sódio (símb.). 8 — Medida agrária de superfície; sinais com que na escrita se indica a pronúncia; corpo aeriforme. 9 — Panela; liliácea de cujas folhas carnosas se extrai uma resina purgativa; acolá. 10 — Previno; nome dado às religiosas. 11 — Tundas; santo; as duas. 12 — Aguças; espertara o lume. 13 — Título do antigo rei de Calicut; urgência.

VERTICAIS: 1 — Ilha açoriana; pontas dos mapas; as da mosca são transparentes. 2 — Jornada; veia poética; capa de irmandade. 3 — Lobo pequeno; prendiam-se com elos. 4 — Colocara asas; mesquinha. 5 — Enfatuada; eia; rio da Alemanha. 6 — Art.; mulheres que se preparam para professor; nota musical. 7 — Pequeno vaso de vidro para se beber; anéis de cadeia. 8 — Rio de Itália; gesto; alumínio (símb.). 9 — Porto abrigado por terras altas; receio. 10 — Prep.; ilha entre o Pacífico e o mar da China sede da China Nacionalista; brisa. 11 — Ressoai; lamentos; ponha a data. 12 — Flechas; munes de armas. 13 — Furiosos; porções de terra cultivadas. 14 — Camareira; atalhai um mal; altar. 15 — Cicatriza; pêlos de carneiros; empregas.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Emulava; artéria. 2 — Nadar; cárie. 3 — Amigo; ave; axila. 4 — Caros; dás; posar. 5 — Oloroso. 6 — Ouve; ubra. 7 — Inibe; Efeso. 8 — Eira; orem. 9 — Urbanas. 10 — Elvas; rio; abade. 11 — Imita; ari; barbar. 12 — Dadas; treta. 13 — Operava; erraram.

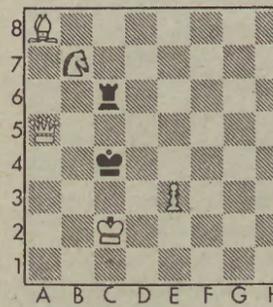
VERTICAIS: 1 — Exacto; eleito. 2 — Má; LM. 3 — Unir; vir; vide. 4 — Lago; ena; atar. 5 — Anoso; usada. 6 — Vá; labor; av. 7 — Arado; brasa. 8 — Vara; sair. 9 — Aceso; noite. 10 — Rã; safra; RR. 11 — Trapo; saber. 12 — Eixo; uso; bata. 13 — Reis; ror; abar. 14 — Lá; da. 15 — Alarga; moeram.

XADREZ

CCCXCI
23 de Dezembro de 1992

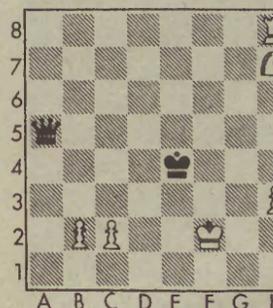
PROPOSIÇÃO N.º 1992X101
Por: WILHELM K.H. MASSMANN
1º Prémio 52.T.T. Schwalbe, 1943

Pr: [2]: Tç6-Rç4
Br: [5]: Pé3-Cb7-Ba8-Da5



Mate em 4 lances
PROPOSIÇÃO N.º 1992X102
Por: HENRI RINCK
Basler Nachrichten, 1928

Pr: [2]: Da5-Ré4
Br: [6]: Ps. b2, ç2, h3-Ch7-Th8-Rf2



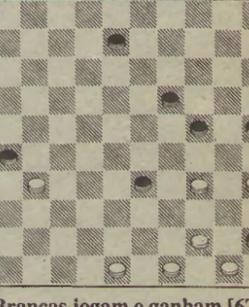
Brancas jogam e ganham
SOLUÇÕES DO N.º CCCXCI
N.º 1992X101 [W.K.H.M.]: 1. Cd8, Td6; 2. Bç6, Tç6; 3. Cb7, Tjoga; 4. Dç5/Cd6+
N.º 1992X102 [H.R.]: 1. Cf6+, Rf4/d4; 2. Th4+, Rg5/f5/e5; 3. Th5+, Rf4!; 4. Cd5+, Ré4; 5. Cç3+, Rf4!; 6. Cé2+, Ré4; 7. Cg3+, Rf4!; 8. Tf5+ e ganha.
A. de M.M.

DAMAS

CCCXCI
23 de Dezembro de 1992

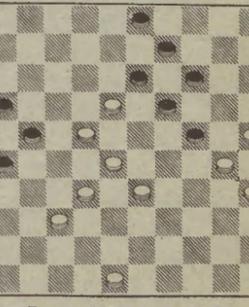
PROPOSIÇÃO N.º 1992D053bis
Por: G. MELKIAN - URSS, 1979

Pr: [7]: 8-19-24-25-26-33-45
Br: [7]: 31-34-35-44-48-49-50



Brancas jogam e ganham [6T]
PROPOSIÇÃO N.º 1992D044bis
Por: PIERRE PÉROT (Jogador contra: Guillemin) L'Effort, nº 13, Julho-Agosto 1950

Pr: [9]: 3-9-13-14-16-19-21-24-26
Br: [10]: 18-22-25-28-30-32-33-35-37-48



Pretas jogam e ganham
SOLUÇÕES DO N.º CCCXCI
N.º 1992D053bis [G.M.]: 1. 44-40! e 2. 48-42 e 3. 50-44! ver «Avante!» nº 957, 2.VII.1992
N.º 1992D044bis [P.P.]: 1. ..., (14.20); 2. ..., (21-27) ... ver «Avante!» nº 952, 28.V.1992
A. de M.M.

a talhe de FOICE

Ao jantar

Hoje fui jantar com vários membros da minha família real.

Mais exactamente: estive numa ceia de Natal para que fui convidado três noites antes da consoada, e por inteira inspiração da jovem nobreza a cujo convívio a vida me outorgou em privilégio.

Aparando os gongorismos: reencontrei-me, a convite e num prosaico jantar na Feira Popular de Lisboa, com ex-alunos a quem há três anos dei Introdução ao Jornalismo na Escola Secundária Patrício Prazeres. Tinham eles, na altura, dezassete a dezanoves belíssimos anos; apareceram-me agora com uns magníficos vintes, vinte-e-dois, e entre as inevitáveis entradas de presunto e o café de remate, lá fomos reabrindo os caminhos da comunicação.

"Velho Mestre!", gozaram-me eles logo à entrada, "está na mesma, quem diria!" É claro que não estou na mesma, era só o que faltava! Mas com esta ficou expeditamente definido que, pelo menos cá entre nós, estava tudo na mesma. E está. Espertos que nem alhos.

Quem não encontrei na mesma foi a eles. Três anos é muito tempo na vida de qualquer pessoa, quanto mais na de um jovem que transporta o mistério da transfiguração. E não era que estivessem fisicamente diferentes; rostos e corpos aqui e ali mais arredondados, mas lá estavam eles sem tirar nem pôr. Nem sequer algumas mudanças de estado e de estar - uma apresentou-se casada e com o marido, outros com namoros a apontar para aí - individualizaram diferenças significativas. A garridice era a do costume, apenas mais partilhada. A grande diferença estava nos olhos e na vida vivida que por trás deles espreitava.

Nas histórias que cada um trazia e a noite foi contando.

Algumas felizes e realizadas, como as dos que prosseguiram os estudos que queriam, que satisfatoriamente articularam trabalho e escola ou as de um ou outro que entrou de pé direito no mundo laboral.

A maioria delas, bem menos apaziguadas. Repelidos pelo progressivo afinilamento das academias estatais, vários deles andam a vibrar azedumes e apreensões em universidades privadas que levam o couro e o cabelo e prestam um ensino e serviços, no mínimo, duvidosos. Alguns andam em cursos trocados ou saltitam de cá para lá, na angústia de se aproximarem de si próprios. Finalmente outros - demasiados - carregam já um impressionante fardo de indignações experimentadas no mercado de trabalho, a par de alucinantes mudanças de emprego e despedimentos súbitos.

Era aí que o olhar estava mais diferente, iluminando relatos duros de patrões que ora impoem 10 e 12 horas de trabalho recusando qualquer compromisso laboral, ora "dispensam" o jovem sem uma palavra sequer, ora eternizam situações precárias ou forjam dependências e chantagens.

Num caso, protagonizado por uma empresa alemã que lamenta a "dificuldade" que existe em Portugal de despedir um trabalhador, uma das jovens está a enfrentar com corajosa indignação uma tentativa de despedimento sem justa causa ou, sequer, a indemnização que a Lei estipula.

Foi aqui que a diferença se impôs. Os meus despreocupados príncipes e princesas de há três anos apareceram-me de repente mais belos, mais enérgicos... e amadurecidos à força. Pela vida, dir-se-á. Mas a vida não é uma entidade abstrata que actue uniformemente sobre as pessoas, a vida é tudo o que somos capazes, num quadro social determinado que nos dá ou não dá coisas concretas. Como o direito à educação, à saúde, ao trabalho. Como a formação e apoio aos mais jovens, tão incensados na fórmula dos "homens de amanhã" e tao esquecidos no quotidiano onde tudo se dirime. E nesse quadro social determinado há sempre quem defina e imponha as regras do jogo.

Neste Natal, num encontro três anos depois, os meus e os nossos jovens estão a jogar em pleno a prosperidade e a justiça que há muito mais de três anos Cavaco Silva prometeu.

HC

ÚLTIMAS

Nem consenso abusivo nem exclusão autoritária

A Comissão Política do PCP responde a Cavaco Silva e propõe um debate pluripartidário sobre os fundos comunitários

1. O Partido Comunista Português entende necessário e indispensável dar hoje resposta, pública e formal, a um conjunto de graves afirmações que o Primeiro-Ministro tem vindo a fazer, designadamente na sequência da cimeira de Edimburgo, e que não respeitam a verdade, ofendem elementares princípios da ética política e testemunham novos afloramentos de concepções de recorte autoritário e antidemocrático.

O PCP considera particularmente inadmissível e intolerável que o Primeiro-Ministro, na sua alocução na Assembleia da República na passada quinta-feira, depois de ter falsificado deliberadamente as orientações e posições do PCP, tenha pretendido decretar a exclusão do PCP de um pretensão "consenso nacional em relação ao projecto europeu" e, mais grave ainda, perante o silêncio do PS, tenha proclamado não atribuir "autoridade" ao PCP "para participar na discussão da aplicação dos fundos".

O PCP declara que o Primeiro-Ministro confunde manifestamente os seus desejos com as suas possibilidades e confunde o regime constitucional vigente com o seu projecto político de instauração de um regime autoritário.

O Primeiro-Ministro, o Governo e o PSD (nem mesmo contando com o apoio do PS) não são proprietários nem de Portugal, nem da Europa, nem dos fundos comunitários.

O "consenso" (ou, melhor dizendo, a aliança) entre PSD e PS em defesa do projecto federalista de Maastricht não passa disso mesmo - um entendimento entre os dois partidos - e não pode ser apresentado como um "consenso nacional em relação ao projecto europeu".

E não está ao alcance do Primeiro-Ministro castigar ou excluir outras forças políticas porque defendem opções e orientações diferentes das suas ou do seu Governo.

O PCP intervém na vida nacional, não por generosa concessão do Primeiro-Ministro, mas por direito próprio que lhe é garantido pelo regime democrático-constitucional que ajudou a fundar e a construir.

Nada nem ninguém pode retirar autoridade ao PCP para discutir seja a aplicação dos fundos, seja qualquer outra relevante questão da vida nacional.

E, se o Primeiro-Ministro está a pensar em transformar a distribuição dos fundos numa nova matéria de "negócio" entre o PSD e o PS, então pode ter como absolutamente certo que o PCP não abdicará da exigência de transparência e eficácia social e económica na distribuição dos fundos, não abdicará, como no passado, de apresentar propostas válidas e fundamentadas para que os fundos, em vez de engordarem as clientelas e a especulação, sejam usados a favor da criação de bases estáveis e duradoras para um verdadeiro processo de desenvolvimento socioeconómico, ao serviço do bem estar dos portugueses e do progresso de Portugal.

2. O PCP salienta que o principal fio condutor das mais recentes declarações de Cavaco Silva baseia-se num encadeado de mistificações e falsificações.

De facto, Cavaco Silva começa por estabelecer uma relação exclusiva do Pacote Delors II com Maastricht; a seguir, inculca a ideia de que, nos resultados obtidos por Portugal com as decisões de Edimburgo, teria pesado decisivamente o facto de o Primeiro-Ministro já ter levado no bolso a ratificação nacional do Tratado; depois, identifica oposição a Maastricht com oposição ao recebimento por Portugal dos fundos estruturais; e, finalmente, apresenta as forças que se opõem a Maastricht e à política governamental como se fossem adversários do interesse nacional e da modernização do País.

O Primeiro-Ministro omite deliberadamente que o reforço dos fundos

estruturais a favor dos países menos desenvolvidos da Comunidade constitui um compromisso muito anterior à assinatura do Tratado de Maastricht. Esse reforço teria necessariamente que integrar o novo acordo sobre os recursos comunitários a implementar no início de 1993, pois o acordo inter-institucional sobre os recursos financeiros celebrado em 1988 (Pacote Delors I) esgotava no ano corrente.

Não é legítimo ao Primeiro-Ministro afirmar que a precipitada ratificação do Tratado de Portugal teria aumentado o seu poder negocial em Edimburgo.

No Conselho Europeu de Edimburgo o Reino Unido conseguiu, como propunha, reduzir substancialmente os montantes propostos no Pacote Delors II, obter um estatuto especial para a Dinamarca no âmbito da União Europeia e abrir de imediato as negociações para o alargamento da Comunidade. Sendo certo que o Reino Unido ainda não ratificou o Tratado de Maastricht, não se pode dizer que esse país tenha estado em Edimburgo na "situação muito frágil, sem credibilidade e sem capacidade negocial" em que Cavaco Silva diz que Portugal estaria se não tivesse ainda procedido à ratificação do Tratado.

O Primeiro-Ministro escamoteia o facto de o PCP sempre se ter batido pelo reforço dos fundos estruturais e pela sua reforma orientada por uma maior flexibilidade e incidência em favor dos países menos desenvolvidos, e de ter defendido que a aprovação do Pacote Delors II deveria ser prévia ao desencadeamento do processo de ratificação do Tratado de Maastricht.

Estas posições do PCP encontram-se exuberantemente testemunhadas, tanto nas suas acções e posições políticas gerais, designadamente na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, como em comunicados da Comissão Política e do Comité Central.

É, a todos os títulos, inteiramente abusiva e ilícita a tentativa do Primeiro-Ministro de conferir aos entendimentos entre o PSD e o PS a categoria de exclusiva representação do interesse e da vontade nacional em matéria de integração europeia, tanto mais que os dois partidos impediram que o povo português se pudesse pronunciar soberanamente sobre Maastricht através do referendo defendido e proposto pelo PCP.

Finalmente, o Primeiro-Ministro não tem qualquer legitimidade para acusar de adversários do interesse nacional e da modernização do País quem, opondo-se à política deflacionista do Governo, se bate e propõe uma política de reforço da estrutura produtiva nacional e de desenvolvimento económico e social de Portugal.

3. O PCP chama a atenção para que o Primeiro-Ministro, o Governo e o PSD - que favoreceram atitudes irresponsáveis de euforia face aos montantes dos fundos comunitários a que, como o PCP sempre defendeu, Portugal terá acesso - estão agora a utilizar os fundos como elemento de pressão para uma resignação geral face às nefastas imposições de Maastricht (e designadamente das resultantes dos apertados critérios para a convergência nominal) e como instrumento de chantagem contra todos os que legitimamente lutam contra a política governamental de degradação das condições de vida e de trabalho, de insegurança no emprego, de redução dos salários e perda de direitos e regalias, de crescente desresponsabilização do Estado em áreas sociais fundamentais.

4. O PCP considera inaceitável e antidemocrática e apresenta o seu vivo protesto contra a declaração do Primeiro-Ministro na Assembleia da República, acerca da gestão e acesso a fundos comunitários, em particular pelas autarquias.

Tais declarações caracterizam-se pela calúnia, que atribui ao Poder Local, "comportamentos despesistas (...) que recentemente têm sido manifestadas pelas nossas autarquias"; pelas inadmissíveis ameaças de cortar o acesso aos fundos comunitários aos que, alegadamente, "prejudicam o cumprimento dos critérios para recebimento dos fundos"; pelo anúncio de ingerência na actividade autárquica que lesa a sua autonomia constitucionalmente consagrada e não se conforma com os limites da tutela, meramente inspectiva e de legalidade, que a Lei Fundamental estabelece.

O PCP entende que, pelo contrário, é essencial a participação das autarquias na gestão dos fundos comunitários e que tem sido essencial, e deve continuar a sê-lo, a sua contribuição para a aplicação dos fundos. Neste quadro, constitui mais uma insuportável exibição de autoritarismo e chantagem que o Primeiro-Ministro pretenda penalizar o Poder Local pelas lutas que trava em defesa dos seus direitos, incluindo a um nível de financiamento adequado.

5. O PCP salienta a profunda hipocrisia das inflamadas proclamações de Cavaco Silva e do Governo do PSD de combate ao "despesismo", ao "desperdício" e "má administração" de dinheiros públicos.

Com efeito, trata-se de matérias em que o Primeiro-Ministro e o seu Governo têm largas culpas no cartório e muitas contas a prestar, designadamente explicando ao País onde é que está o rigor e o combate ao "despesismo" nos mais de 30 milhões já gastos com o (encerrado) Centro Cultural de Belém; nas centenas de milhões de contos gastos pelo Banco de Portugal para sustentar a artificial sobrevalorização do escudo; nos 270 milhões de contos dados a título de "indemnizações" aos grandes senhores do 24 de Abril; nas muitas dezenas de milhões de contos de benefícios fiscais anualmente concedidos às operações especulativas, financeiras e bolsistas; na venda ao desbarato de empresas públicas com propostas sub-avaliações do seu património; nos milhões de contos de "buracos" no sector da saúde, como resultado da ruínoza gestão dos comissários políticos que o PSD nomeou para a direcção das unidades de saúde; nos milhões de contos que se poupariam com a introdução dos medicamentos genéricos e que se encontra adiada pela cumplicidade do Governo com os interesses das multinacionais da indústria farmacêutica.

6. É a sua preferência por sucessivos monólogos e a sua constante fuga ao debate e ao confronto directo de opiniões que, em larga medida, têm permitido ao Primeiro-Ministro falsificar a orientação dos seus adversários políticos, fantasiar sobre a real política do seu Governo, mistificar as questões de debate e torcer a realidade até ela se encaixar nos seus esquemas propagandísticos.

Por isso, sem novidade mas com inteira justificação e razão, mais uma vez se lança ao Primeiro-Ministro o desafio para que saia do seu pedestal de arrogância e de auto-suficiência e desça finalmente ao terreno do confronto democrático de ideias, aceitando participar num debate pluripartidário na RTP/1 sobre as consequências de Maastricht, sobre os resultados de Edimburgo e sobre a situação económica e social do País e as suas perspectivas.

E que influencie o seu Partido para, além disso, defender junto da RTP/1 a realização de uma série de debates, também de composição pluralista, sobre cada uma das mais candentes questões que agitam a vida dos portugueses e do País.